



**Serviço Público Federal**

**Universidade Federal do Pará**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento**

***UMA DISCUSSÃO DOS USOS DO TERMO  
EVENTOS PRIVADOS NA ANÁLISE DO  
COMPORTAMENTO À LUZ DE PROPOSIÇÕES  
DO PRAGMATISMO***

Discente: Aécio de Borba Vasconcelos Neto

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Belém

2007



**Serviço Público Federal**

**Universidade Federal do Pará**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento**

***UMA DISCUSSÃO DOS USOS DO TERMO  
EVENTOS PRIVADOS NA ANÁLISE DO  
COMPORTAMENTO À LUZ DE PROPOSIÇÕES  
DO PRAGMATISMO***

*Aécio de Borba Vasconcelos Neto*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Belém

2007

Aos amigos que fiz em Belém,  
E à Roberta, com amor.

A elaboração deste trabalho foi financiada em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/Mec), por meio de bolsa de mestrado.

“Bem, todos têm um mundo secreto dentro de si. Todo mundo mesmo. Todas as pessoas do mundo... por mais chatas e sem graça que sejam por fora. Por dentro, todas têm mundos inimagináveis, magníficos, fantásticos, estúpidos e maravilhosos... Não é um mundo só. Centenas deles. Milhares, até. Não é uma idéia estranha?”

-- Neil Gaiman, Um Jogo de Você.

## AGRADECIMENTOS

Uma lista de agradecimentos para essa dissertação certamente é extensa, e posso correr o risco de esquecer alguém. Entretanto, não se pode afirmar que correr riscos é algo que eu evite, e assim, encaremos mais esse.

Em primeiro lugar, agradecimentos nunca serão suficientes para minha família, pelo suporte e apoio essenciais que tive ao longo da vida, e de forma especial para esses dois anos. Ao meu Pai (o Comandante!), pelo treinamento ao longo dos dez anos que moramos juntos sozinhos (aquelas noites em que eu tinha que cozinhar realmente se pagaram), e o exemplo de honestidade e dedicação; minha Mãe, por ensinar o valor de trabalhar e assumir responsabilidades; minha irmã Reflá, por me fazer aprender (a seu próprio modo) a ser melhor que eu achava que podia ser; meu irmão Cezinha, meu melhor amigo e interlocutor, por todos os momentos que estamos juntos; e Leco, meu pequeno, pelo carinho que sabia que ia encontrar toda vez que voltava pra casa. Ao meu primo Rodrigo, por seus excelentes préstimos como auxiliar de pesquisa. E aos meus avôs, Dr. (Pai) Aécio e Mãe Mavi, que me ensinaram a não ter medo de trabalho e não descansar enquanto os sonhos não fossem atingidos.

Aos professores que de alguma forma me incentivaram e conduziram a Belém: Maia, por mostrar o que é ser um analista do comportamento; Cássio e Fátima, por ensinarem o que é a vida de professor (acreditem, a inspiração que vocês deram foi fundamental); Ricardo, pelos primeiros passos na vida acadêmica (esse trabalho é fruto direto daqueles anos), e Dany, pelos primeiros passos como monitor. E, especialmente, a João Ilo, pelas portas abertas, pelo apoio e por mostrar como passar por alguns desses caminhos de pedras.

Já em Belém, a Sylvio Allan e Gilson (e, claro, à Dona Beth!), meu obrigado por ajudarem na chegada a uma nova cidade, tanto para me ambientar, quanto o lugar para ficar. Vocês foram essenciais para tornar essa transição mais fácil.

Aos professores do programa que me ajudaram, de várias formas diferentes, nessa jornada: Grauben, Marilice, Olavo e Solange. E a Carlos, Marcus e Romariz, tanto pelos momentos de aprendizado acadêmico quanto pelos extra-acadêmicos. Aos colegas de grupo de pesquisa, em especial à Simone, por ensinar tanto sobre a vida acadêmica.

Quaisquer palavras de agradecimento ainda serão poucas para meu orientador, Emmanuel Tourinho. Não apenas pelas aulas e textos que me davam prazer em estudar mesmo antes de vir a Belém; não apenas pelas correções e discussões que me encaminharam a um novo estágio de minha vida acadêmica; e não só pelo que aprendi com a dissertação; e não

só por acreditar em mim e dar as oportunidades que me deu; mas, em especial, pelo exemplo de dedicação e profissionalismo, que tenho certeza que ajudaram a modelar o profissional que serei no futuro.

Simples palavras de agradecimento também não serão capazes de expressar o suficiente aos amigos que fiz em Belém. É uma máxima de nossa área dizer que “evento futuro não governa comportamento”, e, portanto, só o mestrado não seria suficiente no dia a dia. E foram essas pessoas que, no cotidiano, distribuíram os reforços para que eu chegasse ao final e feliz com o que estava fazendo: (A)Line, e Mi(chele), minhas paraenses mais queridas; meus colegas de casa (A)Manda, Tiago (Tico) e Nilza, pela companhia, amizade e o lar que fizemos juntos; aos Paulos, Delage e Goulart, pelas tardes na Sala 5 e companheirismo em vários hobbies; Felipe, Jussara e Peter, pelos momentos dentro e fora do grupo de pesquisa; Gis e Mari (eu não poderia separar vocês nem aqui nos agradecimentos, não é?), por todas os dias que tivemos juntos, e a ajuda para viver com a saudade de casa. Definitivamente... *I did get by with a great help from my friends.*

Por fim, à minha melhor amiga e companheira, minha Roberta, por (até o momento) cinco anos de amor e carinho, que mesmo (sobre)vivendo separados por mais de mil e quinhentos quilômetros, soube me fazer sentir querido e amado a cada dia. Sei que esse começo foi difícil, mas passar por isso mostra que o que vem pela frente vamos tirar de letra. E ainda tem muito pela frente.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>viii</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>MÉTODO</b>	<b>11</b>
1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	11
2. ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES RELEVANTES	11
3. SELEÇÃO DE FONTES	12
4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	25
5. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES	30
<b>CAPÍTULO I. IMPLICAÇÕES DE UM ENFOQUE RELACIONAL VERBAL NA ANÁLISE DOS CONCEITOS RELATIVOS À PRIVACIDADE.</b>	<b>32</b>
1.1. REJEIÇÃO DE ENFOQUES NÃO RELACIONAIS NA ABORDAGEM DE PROBLEMAS RELATIVOS À SUBJETIVIDADE	35
1.2. “MUNDO PRIVADO” COMO FUNÇÃO DE CONTINGÊNCIAS SÓCIO-VERBAIS.	42
1.3. A QUESTÃO DA “IMPRECISÃO” DAS AUTO-DESCRIÇÕES: INTERPRETAÇÃO REPRESENTACIONISTA VS. INTERPRETAÇÃO ANTI-REPRESENTACIONISTA.	50
<b>CAPÍTULO II. A AUSÊNCIA DE VISÃO CONSENSUAL SOBRE A COERÊNCIA DO TERMO EVENTOS PRIVADOS COM SISTEMA EXPLICATIVO ANALÍTICO- COMPORTAMENTAL.</b>	<b>55</b>
2.1. DIFERENTES USOS DO TERMO EVENTOS PRIVADOS	56
2.1.1. <i>Evento Privado como Resposta Verbal sob Controle de Fenômenos Distintos</i>	66
2.2. USOS DO TERMO EVENTOS PRIVADOS E OS MÉTODOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.	69



<b>CAPÍTULO III. FUNÇÕES DO TERMO EVENTOS PRIVADOS</b>	<b>76</b>
3.1. O ALCANCE DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E O CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS	76
3.1.1. <i>O Conceito de Eventos Privados Ajuda a Identificar Fenômenos Relevantes?</i>	83
3.2. A UTILIDADE DO CONCEITO DE EVENTOS PRIVADOS NA APLICAÇÃO	85
3.2.1. <i>A Instrumentalidade do conceito de eventos privados no contexto clínico.</i>	86
3.2.2. <i>Usos do conceito de eventos privados em outras áreas da Análise do Comportamento Aplicada</i>	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>

VASCONCELOS NETO, Aécio de Borba. (2007). *Uma discussão dos usos do termo eventos privados na Análise do Comportamento à luz de proposições do Pragmatismo*. Dissertação de Mestrado. Belém – Pará: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará. 120 páginas.

## RESUMO

A Análise do Comportamento distingue-se de outras modalidades de behaviorismo por seu tratamento original para a subjetividade. O conceito de eventos privados tem sido trabalhado na literatura analítico-comportamental como central para a abordagem desse tema, permitindo ao cientista e profissional lidar com eventos inacessíveis à observação pública graças a um critério instrumental de verdade. Este trabalho discute o conceito de eventos privados a partir de questões levantadas pelo pragmatismo, filosofia com a qual a Análise do Comportamento tem sido consistentemente associada. A partir dos escritos de James e Rorty, são examinados os aspectos relevantes do(s) uso(s) do conceito de eventos privados, discutindo-se a validade do conceito para abordar os problemas relacionados à subjetividade a partir de três categorias de análise: 1) Implicações de um enfoque relacional verbal na análise dos conceitos relativos à subjetividade, 2) Ausência de visão consensual sobre coerência do conceito de eventos privados com sistema explicativo analítico-comportamental; e 3) Funções do conceito de eventos privados. Apontamos como é elaborada na literatura analítico-comportamental a importância da linguagem na definição do “mundo privado”, e a influência disso para um enfoque relacional da subjetividade. Argumentamos ainda que analistas do comportamento têm usado o termo eventos privados sob controle de fenômenos de natureza e complexidade variável, gerando uma falta de consenso sobre a coerência do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental e, quando há algum, a falta consenso sobre sua instrumentalidade. Com isso, a coerência e a instrumentalidade do uso do termo eventos privados é condicionada a que eventos o pesquisador ou profissional está se referindo, ao recorte de análise utilizado (molar ou molecular), e ao método empregado na pesquisa. Encontramos que, quando há concordância sobre a coerência e instrumentalidade do conceito, esta é encontrada entre os autores que trabalham principalmente com o contexto de aplicação clínica. Concluimos salientando que a idéia de que o conceito de eventos privados é útil à Análise do Comportamento não é completamente aceita por toda a área, refletindo que ainda são necessárias discussões sobre o conceito de eventos privados e sobre o tratamento analítico-comportamental da subjetividade.

Palavras-chave: Pragmatismo, Análise do Comportamento, Eventos Privados, Subjetividade.

VASCONCELOS NETO, Aécio de Borba. (2007). *A discussion on the uses of the term private events in Behavior Analysis in light of propositions of Pragmatism*. Dissertação de Mestrado. Belém – Pará: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará. 120 pages.

## ABSTRACT

Behavior Analysis distinguishes itself from other kinds of behaviorism by its original treatment for subjectivity. The concept of private events has been used in behavior-analytic literature as a major topic in the theme, allowing the scientist and the professional to deal with events inaccessible to public observation because of an instrumental criterion of truth. This paper aims to discuss the concept of private events from the standpoint of Pragmatism, a philosophy with which Behavior Analysis has been associated. Considering James' and Rorty's publications, the relevant implications of using the term "private events" are examined and the validity of such a concept to approach problems related to subjectivity is discussed using three analytical categories: (1) Implications of a relational verbal approach to the analysis of the issues concerning privacy; 2) Absence of a consensual view on the coherence between the concept of private events and the behavioral-analytic system; and 3) Functions of the concept of private events. We point out how is elaborated the importance of language for the definition of "private world" in behavior-analytic and also we point out the influence of that for a relational approach of subjectivity. We argue that behavior analysts have been using the term "private events" under control of phenomena with different nature and complexity, resulting in an absence of consensus about the coherence of the term with Behavior Analysis. When there is some consensus on this, there is a lack of consensus about the instrumentality of the concept. Thus, the coherence and the instrumentality of the concept of private events is conditioned to (1) which events the scientist or the professional is referring to, (2) the level of analysis (molar or molecular), and (3) the method used in the research. We found that, when there is some agreement about the coherence and the instrumentality of the concept, it is restricted to the papers dealing mainly with the context of clinical application. We conclude by stressing that the idea that the concept of private events is useful for Behavior Analysis is not fully accepted in the area, showing that more discussion on the concept of private events and the conceptual treatment of subjectivity is still needed.

Keywords: Pragmatism, behavior analysis, private events, subjectivity.

O presente trabalho discute o comportamento verbal de analistas do comportamento ao examinarem fenômenos relativos à subjetividade com o conceito de eventos privados. Mais especificamente, o trabalho focaliza os usos do conceito de eventos privados por analistas do comportamento, tendo como referência algumas proposições da filosofia pragmatista, em particular as de que: a) a linguagem científica é o produto das práticas de uma comunidade científica, refletindo seus interesses e preocupações; b) o discurso científico não descreve uma essência da realidade investigada, mas orienta uma interação (produtiva) com a mesma; e c) a validade (ou veracidade) dos conceitos e leis científicas é estabelecida por seu valor instrumental e sua coerência com outros conceitos ou leis reconhecidos como válidos (ou verdadeiros).

A decisão de tomar as proposições pragmatistas como referência para a análise dos usos do conceito de eventos privados fundamenta-se em dois aspectos do sistema explicativo analítico-comportamental. De um lado, a identificação, apontada por diversos autores (e.g., Abib, 1999, 2001b; Baum, 2005; Lamal, 1983; Lattal & Laipple, 2003; Leigland, 1999, 2004; Tourinho, 1993, 1994, 1996; Tourinho & Neno, 2003), entre o discurso metacientífico de analistas do comportamento (Skinner incluído) e a concepção de conhecimento, linguagem e ciência veiculada por autores do pragmatismo (em particular, James e Rorty – cf. James, 1907/1987a, 1909/1987b; Rorty, 1987/1997b, 1988/1997a). Por exemplo,

As mudanças nas visões de Skinner, de 1945 em diante, podem ser vistas largamente encaminhando a Análise do Comportamento para uma orientação selecionista-pragmática. O interesse de Skinner na reconceitualização do comportamento verbal abriu o caminho. (Moxley, 2001, p. 211)

Temas pragmatistas têm aparecido na literatura analítico-comportamental em parte porque é claro que a visão de Skinner sobre os objetivos da ciência, além de sua visão geral sobre verdade, podem ser descrita como altamente pragmatistas.

(Leigland, 1999, p. 483)

Outra questão que fundamenta a discussão dos usos do conceito de eventos privados à luz dos pressupostos pragmatistas é o fato histórico de que Skinner (1945) sustenta a possibilidade de com esse conceito analisar eventos inacessíveis a uma observação pública direta. O argumento de Skinner para tanto é que a validade dos conceitos e proposições científicas deriva de sua instrumentalidade, não da observabilidade dos eventos ou fenômenos a que se remetem. Nas palavras de Skinner (1945),

O critério último para a boa qualidade de um conceito não depende de duas pessoas concordarem, mas se o cientista que usa o conceito pode operar com sucesso sobre seu material – sozinho se for necessário. (p. 293)

Com o conceito de subjetividade, estamos nos referindo a uma variedade de questões e problemas originados com o processo de individualização, a partir de mudanças sociais ocorridas no mundo ocidental, principalmente do renascimento em diante (Figueiredo & Santi, 2003; Tourinho, 2003, 2006a, 2006c). Esse conjunto de problemas tem a ver com o modo privatizado como são experimentados sentimentos, emoções, pensamentos, intenções, desejos, crenças, cognições etc.<sup>1</sup>.

Na medida em que esses fenômenos estão na base da constituição da Psicologia como uma ciência independente, eles constituem também um tema importante para a Análise do Comportamento, mesmo que outras propostas de psicologia comportamental os tenham ignorado ou evitado (cf. Tourinho, 1999b).

---

<sup>1</sup> Para uma discussão aprofundada das razões pelas quais esses fenômenos começam a ser experimentados de forma privatizada, ver Elias (1987/1994), Figueiredo (2002) e Tourinho (2006d).

O conceito de eventos privados foi proposto originalmente por Skinner no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms* (Skinner, 1945). Skinner aponta que uma parte importante do universo que pode assumir a função de ambiente para um organismo encontra-se no próprio organismo, o que ele mais tarde denominaria de “o mundo sob a pele” (Skinner, 1953/1965, 1974/1976). De forma semelhante, existem respostas do organismo que não podem ser publicamente observadas (Skinner, 1945). Tais estímulos com origem sob a pele e respostas não observadas publicamente são aquilo que Skinner irá chamar de eventos privados. Ao abordar com esses conceitos o problema da subjetividade, a Análise do Comportamento procura manter uma coerência com seu corpo teórico. Entendidos como estímulos e respostas, eventos privados podem ser tratados como constitutivos de relações comportamentais, assim como estímulos públicos e respostas abertas.

Uma diferenciação de tratamento de estímulos privados e respostas encobertas é necessária dada a acessibilidade restrita desses eventos, mesmo que, segundo Skinner, não exista qualquer diferença de natureza em relação às suas contrapartes públicas. A introdução do conceito de eventos privados permitiria, segundo Skinner (1945, 1974/1976), lidar com os problemas da subjetividade de forma científica.

A importância de um estudo científico do comportamento humano foi assunto recorrente na obra de Skinner (cf. Skinner, 1953/1965, 1971/2002a). Para ele, o conhecimento científico seria o discurso que melhor poderia conduzir à lidar de forma efetiva com os problemas humanos, desde os chamados transtornos psicológicos ao sistema público de educação e à possibilidade de evitar uma nova guerra mundial.

É importante considerar, contudo, que o conceito de ciência tem se modificado ao longo da história. Em especial no decorrer do século XX, diferentes interpretações da natureza e do alcance do fazer científico surgiram e se estabeleceram. Conforme mencionado anteriormente, diferentes autores têm apontado que a Análise do Comportamento poderia ser

considerada uma ciência apoiada em pressupostos pragmatistas (cf. Abib, 2001b; Baum, 2005; Leigland, 1999, 2004; Tourinho, 1994, 1996; Tourinho & Neno, 2003). Ao afirmarem isso, aqueles autores assumem uma posição específica acerca da validade dos conceitos da Análise do Comportamento.

Uma primeira proposição pragmatista sobre a natureza do conhecimento científico é a de que as descrições do mundo são elaboradas por membros de uma comunidade de falantes que compartilham um conjunto de interesses e modos específicos de interação com a realidade. Contemporaneamente, essa noção apóia-se fortemente na obra *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1953/1975), de Ludwig Wittgenstein (1889–1951).

Para Wittgenstein (1953/1975), a linguagem não deve ser compreendida como um sistema de representação da realidade. Um conceito qualquer não representa uma essência da realidade. Ele constitui um modo social arbitrariamente definido de interação com uma parcela da realidade. Seu significado encontra-se nos usos que os membros de uma comunidade fazem dele.

Ainda que não seja propriamente um pensador pragmatista, as reflexões de Wittgenstein sobre a linguagem como modo de ação no mundo tiveram importantes repercussões para o pragmatismo, em especial para a obra de Richard Rorty (cf. Rorty, 1998/2005; Tourinho, 1994). A validade e natureza do conhecimento têm sido discutidas por este autor, incluindo ponderações sobre o valor do conhecimento científico (e.g., Rorty, 1985/1997d; 1998/2005). Rorty (1998/2005) afirma que o discurso científico na cultura ocidental é tratado como privilegiado por supostamente ser objetivo. Segundo Rorty (1985/1997d; 1987/1997b), a noção de objetividade surgida com o iluminismo pode ser compreendida como uma propriedade de descrições das essências dos fenômenos. A descrição objetiva seria independente do cientista ou filósofo que observa a realidade. Graças a essa isenção do observador, a descrição poderia ser universal e a-histórica.

Rorty (1985/1987d) critica a noção de objetividade, apontando que ela está diretamente ligada à tradição da cultura ocidental de buscar uma verdade universal, proposta clara no movimento iluminista. Contudo, tal busca seria fundamentalmente uma reação às verdades teológicas da Igreja e ao ceticismo pós-medieval, quando se buscava um substituto que ocupasse o lugar da crença no divino. O substituto seria justamente uma forma de conhecimento que fosse independente de quaisquer instituições – o conhecimento independente do período histórico, de quem o afirma. Esse papel foi atribuído ao conhecimento científico, que teria como característica fundamental a objetividade.

Ao partir da noção de que qualquer forma de conhecimento é uma descrição do mundo regulada pelas práticas de uma comunidade lingüística, em que o sujeito cognoscente está inserido – noção que acompanha a filosofia de Wittgenstein – então é impossível um conhecimento “objetivo” no sentido acima exposto. A distinção entre objetivo e subjetivo é desnecessária, uma vez que, segundo Rorty (1985/1997d; 1987/1997b), qualquer descrição está limitada pelas práticas lingüísticas da comunidade do falante. A verdade de um enunciado não decorre de uma pretensa concordância com uma realidade última. A verdade é aquilo que é bom, no sentido de que produz uma forma efetiva de operar sobre a realidade.

A noção de que a verdade é definida a partir de uma concordância entre os membros de uma dada comunidade lingüística rompe com a necessidade de uma diferenciação entre verdade e as práticas necessárias para justificar essa verdade; a objetividade, do ponto de vista pragmatista, é uma qualidade de descrições dos fenômenos, com o maior índice de concordância possível, de forma que um maior número de pessoas possa concordar com aquelas descrições. Mesmo o conhecimento atualmente denominado de “objetivo” tem fundamentalmente uma justificação no acordo intersubjetivo (Rorty, 1985/1997d; 1998/2005).

Por isso Rorty (1985/1997d) prefere discutir a validação de um conceito, inclusive conceitos científicos, a partir do que ele chama de *solidariedade*, em vez da objetividade. A



solidariedade está articulada a uma cultura específica e implica que um conhecimento não é verdadeiro ou falso no sentido de representar uma parcela da realidade, mas no sentido de ter sua justificação aceita dentro de uma determinada comunidade de falantes. O que chamamos de conhecimento é visto como uma crença que pensamos estar bem justificada, de forma que nenhuma outra justificação parece ser necessária. A aceitação de um conceito ou de uma descrição em uma comunidade de cientistas irá depender, fundamentalmente, do quanto auxiliam o cientista para operar de forma efetiva sobre uma parcela da realidade. Esta instrumentalidade define a validade de determinada descrição da realidade.

A proposição de que a validade de um conceito depende de sua instrumentalidade é central para William James (1843-1912). Dizer que determinadas idéias ou crenças são verdadeiras significa que elas “ajudam a relacionarmo-nos satisfatoriamente com outras partes de nossa experiência” (James, 1907/1987a, p. 512). Mais adiante, ele complementa:

Qualquer idéia sobre a qual possamos nos apoiar, por assim falar, qualquer idéia que nos transporte proveitosamente de qualquer parte da nossa experiência para qualquer outra parte, ligando as coisas satisfatoriamente, trabalhando seguramente, simplificando, economizando trabalho; é verdadeira por tudo isso, verdadeira em toda a extensão, verdadeira instrumentalmente. Essa é a visão “instrumental” da verdade. (p.512).

Rorty (1988/1997a; 1998/2005) caminha na mesma tradição de James ao afirmar que não é a concordância com uma realidade objetiva ou uma precisa representação desta que permite ao cientista operar efetivamente com os fenômenos, e sim o contrário: um conceito é considerado verdadeiro na medida em que possibilita ao cientista agir sobre o mundo. Na medida em que novos conceitos ampliam a abrangência dos problemas que determinada área de conhecimento pode abordar, ao mesmo tempo em que continuam a dar respostas aos

antigos, eles se tornam aceitos dentro de uma comunidade lingüística particular<sup>2</sup>. Quando um conceito é capaz de dar conta de um determinado problema, e o faz frente a seguidas apresentações deste, o conceito passa a ter um grau de acordo intersubjetivo e a ser considerado válido. Nessa perspectiva, um conceito é entendido como uma sistematização de um conjunto de experiências frente a parcelas da realidade, validada na medida em que orienta as ações práticas de um grupo de falantes. Na filosofia de Rorty (e.g., Rorty 1998/2005), qualquer conceito científico é uma construção social e deve servir para que se possa operar de forma eficiente com os fenômenos estudados, aumentando a capacidade de previsão e controle do objeto de estudo.

A diferença entre tipos diferentes de discursos (como filosófico, científico ou artístico, por exemplo) é interpretada no pragmatismo como decorrente de concepções diversas acerca do que significa “operar de forma efetiva com a realidade” em comunidades de falantes distintas. Para conceitos científicos, o que define sua instrumentalidade é como ele permite prever e controlar o mundo natural (Rorty, 1987/1997b, 1988/1997a, 1998/2005). Isso é o que tornaria um conceito válido entre os cientistas, e isso é o que seria considerado um critério instrumental em ciência. Em outras disciplinas ou contextos teóricos, o que seria considerado instrumental seria diferente (S. C. Hayes & Brownstein, 1986; Rorty, 1988/1997a, 1983/1997c)<sup>3</sup>.

Os pragmatistas não definem a esfera das conseqüências práticas como a única relevante para a definição da validade de uma idéia (James, 1907/1987a, 1909/1987b). A esse respeito, Tourinho e Neno (2003) apontam que “uma crença pode ser verdadeira mesmo que não guie a uma ação particular no mundo físico mas se ela promove uma organização

---

<sup>2</sup> Nesse ponto, Rorty (1987/1997b) acompanha Thomas Kuhn (1962/2001) em sua análise do desenvolvimento da ciência.

<sup>3</sup> Outros tipos de discurso comportariam outros critérios instrumentais. Na música, por exemplo, seria um critério instrumental o que fosse capaz de produzir um determinado padrão sonoro que possa ser considerado esteticamente belo, por exemplo, seguindo uma série de regras específicas de fraseados, harmonias e escalas musicais.

conceitual do mundo” (p. 67). São reconhecidos como válidas ou verdadeiras proposições que permitem uma sistematização de declarações sobre o objeto de estudo do filósofo ou do cientista, e esse seria seu valor instrumental.

Para compreender como um conceito pode ser verdadeiro mesmo que não conduza diretamente a novas atividades sobre o mundo, dentro de uma perspectiva pragmatista, é importante indicar o que James entende por “prática” quando afirma que uma idéia verdadeira deve permitir a ação prática sobre o mundo. Para James (1909/1987b), seria um erro grosseiro criar uma dicotomia entre “prática” e “teoria”. A validade de uma idéia pode ser determinada também se ela permite dar conta de uma quantidade maior de fenômenos (mesmo de forma inferencial), ou se ela organiza outras idéias dentro de um sistema explicativo mais parcimonioso, por exemplo.

A concordância de uma idéia com o corpo teórico do qual ela faz parte é fundamental para definir sua validade. Segundo Tourinho e Neno (2003), a “efetividade, do ponto de vista pragmatista, não é colocada à parte de um sistema de crenças, não é uma medida suficiente e independente da validade de uma reivindicação de conhecimento” (p. 68). James argumenta que as verdades anteriores têm um papel ativo na formação das novas verdades, tanto quanto o critério de efetividade de uma idéia. As crenças não simplesmente somam-se umas às outras: modificam-se progressivamente à medida que vão subsumindo novas experiências.

Assim as verdades antigas também precisam ser levadas em conta ao observar o que conta como “efetivo” em uma crença. As novas verdades são estabelecidas na medida em que novas experiências se articulam às antigas e são acrescentadas aos conjuntos de proposições pré-existentes (James, 1907/1987a, 1909/1987b; Tourinho & Neno, 2003).

Assim, junto ao critério instrumental, podemos apontar a coerência como um segundo critério que define a validade de um conceito, de acordo com pressupostos pragmatistas. Apenas dentro de uma rede de referência uma determinada idéia pode ser considerada

verdadeira; e, quando se define a veracidade de um conceito a partir de um critério instrumental, é fundamental apontar que esse critério está inserido dentro de um contexto que define inclusive o que será considerado operar sobre a realidade de forma efetiva.

Ao discutirmos nesse trabalho a validade do conceito de eventos privados a partir de proposições pragmatistas, podemos então fazer várias perguntas: Se há aspectos em comum entre Análise do Comportamento e a filosofia pragmatista, a proposição e uso do conceito de eventos privados refletem essa afirmação? O conceito de eventos privados é reconhecido por analistas do comportamento como instrumental, ou seja, reconhece-se que ele nos permite operar de forma efetiva sobre a realidade? Permite-nos uma organização conceitual, estendendo de modo coerente a abrangência do conjunto de fenômenos explicados pela Análise do Comportamento? Conduz a uma atividade prática produtiva e coerente com o sistema explicativo analítico comportamental?

O objetivo deste trabalho será analisar os usos do conceito de eventos privados na Análise do Comportamento, tendo como referência as noções pragmatistas acerca da validade dos conceitos científicos. Apesar de muitos trabalhos apontarem a proximidade entre o pragmatismo e a Análise do Comportamento, poucos o fazem buscando refletir sobre um conceito ou problema específico na Psicologia. Frequentemente, essas aproximações apenas apontam que o analista do comportamento se vale de um critério instrumental de verdade em lugar de um critério de verdade por concordância (cf. Abib, 1999; Moore, 2001; Tourinho, 1996, 2003; Tourinho & Neno, 2003).

Nas próximas páginas apresentamos as decisões metodológicas que orientaram a realização deste trabalho. Em seguida, ao longo de três capítulos, apresentamos os resultados do exame de uma literatura sobre eventos privados em Análise do Comportamento: o primeiro capítulo trata das implicações de um enfoque relacional para a abordagem dos problemas relativos à privacidade; o segundo capítulo discute a ausência de consenso sobre a

coerência do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental; o terceiro capítulo examina a questão da instrumentalidade do conceito de eventos privados.

## MÉTODO

O presente trabalho insere-se no contexto de trabalhos conceituais a respeito de eventos privados. Como pesquisa teórica, o trabalho foi desenvolvido tomando-se uma série de decisões metodológicas, que são descritas a seguir: A definição do problema de pesquisa; a especificação das fontes relevantes; a seleção das fontes; o levantamento de informações; e, o tratamento das informações coletadas.

### *1. Definição do Problema*

Este trabalho busca examinar os usos do termo eventos privados pelos analistas do comportamento, tendo como referência proposições de uma filosofia pragmatista. Isso foi realizado discutindo os usos do termo a partir de um conjunto de categorias desenvolvidas com base no material discutido na introdução.

A partir de proposições pragmatistas, o trabalho buscou responder às perguntas que apresentamos anteriormente. A proposição e uso do conceito de eventos privados refletem a aproximação entre Análise do Comportamento e o pragmatismo? O conceito de eventos privados é reconhecido por analistas do comportamento como instrumental e coerente? Amplia as possibilidades práticas e conceituais de uma ciência do comportamento? O trabalho aponta o que vem sendo reconhecido (ou não) como contribuição do conceito de eventos privados para uma ampliação conceitual e prática dos horizontes da Análise do Comportamento.

### *2. Especificação das Fontes Relevantes*

As informações para o desenvolvimento do trabalho foram buscadas em duas literaturas diferentes. Primeiramente, foram levantadas informações sobre o pragmatismo.

Para isso, foram trabalhados textos de William James e Richard Rorty, por suas extensas contribuições para a reflexão sobre o fazer científico e serem associados frequentemente à Análise do Comportamento (e.g., Lamal, 1983; Leigland, 1999, 2004; Tourinho, 1993, 1994). Textos de comentadores que discutem a relação entre o pragmatismo e Análise do Comportamento também foram examinados (e.g., Abib, 2001b; Leigland, 1999; Tourinho, 1994).

A segunda literatura está relacionada com a produção em Análise do Comportamento. Foram buscados textos que abordam o conceito de eventos privados ou fazem referência a fenômenos usualmente abordados com esse conceito: processos cognitivos (pensamento e percepção, por exemplo) e emocionais. Para isso, foram analisados artigos publicados em periódicos científicos. Os periódicos selecionados estão dentre aqueles mais representativos da área da Análise do Comportamento: *Acta Comportamentalia*, *Behavior and Philosophy*, *Behavior and Social Issues*; *Behaviorism*, *Journal of Applied Behavior Analysis (JABA)*, *Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB)*, *The Analysis of Verbal Behavior*, *The Behavior Analyst* e *The Behavior Analyst Today*. Para contemplar a produção nacional, foram ainda levantados artigos na *Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)* e *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. Periódicos não específicos da área (como o *Journal of Mind and Behavior*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *Behavior Therapy*) não foram selecionados.

### **3. Seleção de Fontes**

O levantamento dos artigos foi realizado com base nos títulos e resumos, utilizando as seguintes palavras-chave: evento(s) privado(s), estímulo(s) privado(s), resposta (s) encoberta(s), emoção(ões), sentimento(s), e cognição. Inicialmente, foi utilizado também

“pensamento”, mas a quantidade elevada de artigos irrelevantes encontrados com o uso desta palavra-chave levou à sua exclusão.

Para os periódicos *Analysis of Verbal Behavior*, *Behavior and Social Issues*, *JABA*, *JEAB*, e *The Behavior Analyst*, foram utilizados os mecanismos de busca nas páginas dos periódicos na Internet<sup>4</sup>. No caso de periódicos que não possuem sistema de busca por palavras-chave, os artigos foram selecionados diretamente a partir da leitura dos títulos e resumos disponíveis em páginas da Internet (caso da *Behavior and Philosophy*<sup>5</sup> e *The Behavior Analyst Today*<sup>6</sup>). Já nos casos de revistas sem páginas na internet, ou cujas páginas não disponibilizam mecanismo de busca, o levantamento foi realizado diretamente nos volumes impressos (casos da *Acta Comportamentalia*, *Behaviorism*, *REBAC*, e *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*).

Com esse processo de busca, foram localizados 163 artigos, os quais foram submetidos a uma análise preliminar. Os resultados desta busca podem ser vistos na Tabela 1.

---

<sup>4</sup> Os endereços das páginas dos periódicos na Internet são: <http://www.abainternational.org/journals.asp> (*Analysis of Verbal Behavior* e *The Behavior Analyst*), <http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/> (*Behavior and Social Issues*), <http://seab.envmed.rochester.edu/jaba/> (*JABA*), e <http://seab.envmed.rochester.edu/jeab/> (*JEAB*).

<sup>5</sup> Endereço na Internet: <http://www.behavior.org/journals%5FBP/>

<sup>6</sup> Endereço na Internet: <http://www.behavior-analyst-today.com/>



Tabela 1: Número de artigos encontrados, por periódico, por palavras-chave.

<b>Periódico</b>	<b>Eventos Privados</b>	<b>Estímulos Privados</b>	<b>Respostas Encobertas</b>	<b>Emoção</b>	<b>Sentimento</b>	<b>Cognição</b>	<b>Total</b>
Acta Comportamentalia	0	0	0	1	0	5	<b>6</b>
Behavior and Social Issues	3	0	0	0	0	1	<b>4</b>
Behaviorism / Behavior & Philosophy	19	1	1	0	0	4	<b>25</b>
JABA	8	7	2	5	10	4	<b>36</b>
JEAB	8	3	3	3	6	14	<b>37</b>
REBAC	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
RBTC <sup>7</sup>	4	0	4	4	3	1	<b>16</b>
The Analysis of Verbal Behavior	3	0	1	0	0	3	<b>7</b>
The Behavior Analyst	8	1	2	6	6	7	<b>30</b>
The Behavior Analyst Today	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>163</b>

Destas 163 ocorrências de artigos, 37 foram artigos repetidos, que apareceram em diferentes palavras-chave. Aos 126 artigos restantes, foram aplicados alguns critérios de exclusão: foram excluídos editoriais ou memoriais, resenhas que se limitam a descrever o conteúdo de livros, artigos que, apesar de publicados em periódicos da área, não trabalham nem têm como objeto de análise o sistema conceitual skinneriano, e artigos que não dizem respeito a eventos privados<sup>8</sup>. Os resultados desse processo de exclusão podem ser vistos na Tabela 2.

<sup>7</sup> Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.

<sup>8</sup> Encontrar artigos que não lidavam com eventos privados foi bastante frequente nas buscas com a palavra-chave cognição, que levava com frequência a artigos sobre controle de estímulos, sem qualquer referência a esses processos como ocorrências relativas ao fenômeno da privacidade.

Tabela 2: Distribuição dos Artigos Localizados, Excluídos e Selecionados, por Periódico

<b>Periódicos</b>	<b>Artigos Localizados</b>	<b>Artigos Excluídos</b>	<b>Artigos Selecionados</b>
Acta Comportamentalia	6	6	<b>0</b>
Behavior and Social Issues	4	1	<b>3</b>
Behaviorism / Behavior & Philosophy	25	1	<b>24</b>
JABA	36	30	<b>6</b>
JEAB	37	26	<b>11</b>
REBAC	1	0	<b>1</b>
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	16	6	<b>10</b>
The Analysis of Verbal Behavior	7	4	<b>3</b>
The Behavior Analyst	30	19	<b>11</b>
The Behavior Analyst Today	1	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>93</b>	<b>70</b>

Além dos 70 textos selecionados, foram adicionados outros sete, conhecidos a partir de um contato prévio com a literatura, mas que não foram localizados por meio das buscas descritas. Assim, foram selecionados para análise um total de 77 textos.

A concentração de artigos em revistas que em geral são destino da produção teórica em Análise do Comportamento não é surpreendente, visto a natureza das discussões mais frequentes acerca de eventos privados (essa questão será abordada de forma mais clara adiante, quando apresentarmos os dados relativos às categorias de registro).

Os textos foram numerados, obedecendo à ordem cronológica e de autoria, seguindo as normas de referências da APA, 5ª edição (American Psychological Association, 2001). A lista completa dos 77 textos é apresentada no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Lista de Artigos Seleccionados.

Ordem de Publicação	Referência
01	Skinner, B. F. (1959). An experimental analysis of certain emotions. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 2, 264.
02	Day, W. F. (1969). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B.F. Skinner. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 12, 489-506.
03	Keat, R. (1972). A critical examination of B. F. Skinner's objections to mentalism. <i>Behaviorism</i> , 1(1), 53-70.
04	Moore, J. (1975). On the principle of operationism in a science of behavior. <i>Behaviorism</i> , 3(2), 120-138.
05	Begelman, D. A. (1976). Wittgenstein. <i>Behaviorism</i> , 4(2), 201-207.
06	Day, W. F. (1976). Analyzing verbal behavior under the control of private events. <i>Behaviorism</i> , 4(2), 195-200.
07	Lahren, B. (1976). Commentary on Margolis' paper "mental states". <i>Behaviorism</i> , 4, 77-95.
08	Wisocki, P. A. (1976). Instructions, exposure, rehearsal and feedback as elements in imagery-based procedures. <i>Behaviorism</i> , 4(2), 189-193.
09	Lacey, H. M., & Rachlin, H. (1978). Behavior, cognition and theories of choice. <i>Behaviorism</i> , 6(1), 177-202.
10	Schnaitter, R. (1978). Private causes. <i>Behaviorism</i> , 6(1), 1-12.
11	Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. <i>Behaviorism</i> , 7(1), 1-8.
12	Allen, H. J. (1980). P. W. Bridgman and B. F. Skinner on private experience. <i>Behaviorism</i> , 8, 15-29.
13	Brigham, T. A. (1980). Self-control revisited: Or why doesn't anyone actually read Skinner anymore? <i>The Behavior Analyst</i> , 3, 25-33.
14	Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B.F. Skinner's account of private Events. <i>Behaviorism</i> , 8, 31-53.
15	Flanagan, Jr., O. J. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. <i>Behaviorism</i> , 8, 1-13.

Ordem de Publicação	Referência
16	Moore, J. (1980). On behaviorism and private events. <i>The Psychological Record</i> , 30, 459-475.
17	Ribes, E. (1982). Los eventos privados: ¿Un problema para la teoría de la conducta? <i>Revista Mexicana de Análisis de la Conducta</i> , 8, 11-29.
18	Wasserman, E. A. (1982). Further remarks on the role of cognition in the comparative analysis of behavior. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 38, 211-216.
19	Natsoulas, T. (1983). Perhaps the most difficult problem faced by behaviorism. <i>Behaviorism</i> , 11, 1-16.
20	Deitz, S. M. & Arrington, R. L (1984). Wittgenstein's language-games and the call to cognition. <i>Behaviorism</i> , 12(2), 1-14.
21	Moore, J. (1984). On Privacy, causes, and contingencies. <i>The Behavior Analyst</i> , 7, 3-16.
22	Schnaitter, R. (1984). Skinner on the "mental" and the "physical". <i>Behaviorism</i> , 12(1), 1-14.
23	Lamal, P. A. (1985). A response to a call to cognition: Comments on Deitz and Arrington. <i>Behaviorism</i> , 13, 147-149.
24	Morris, E. K. (1985). "Wittgenstein's language-games and the call to cognition": Comments on Deitz and Arrington. <i>Behaviorism</i> , 13(2), 137-146.
25	Lubinski, D., & Thompson, T. (1987). An animal model of the interpersonal communication of interoceptive (private) states. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 48, 1-15.
26	Schnaitter, R. (1987). Behaviorism is not cognitive and cognitivism is not Behavioral. <i>Behaviorism</i> , 15, 1-11.
27	Howard, J. S., & Rice, D. E. (1988). Establishing a generalized autoclitic repertoire in preschool children. <i>The Analysis of Verbal Behavior</i> , 6, 45-59.
28	Blackman, D. E. (1991). B. F. Skinner and G. H. Mead: On biological science and social science. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 55, 251-265.

Ordem de Publicação	Referência
29	DeGrandpre, R. J., Bickel, W. K., & Higgins, S. T. (1992). Emergent equivalence relations between interoceptive (drug) and exteroceptive (visual) stimuli. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 58, 9-18.
30	Stemmer, N. (1992). Skinner and a solution to the problem of inner events. <i>The Behavior Analyst</i> , 15, 115-128.
31	Place, U. T. (1993). A radical behaviorist methodology for the empirical investigation of private events. <i>Behavior and Philosophy</i> , 20/21, 25-35.
32	Hayes. S. C., & Wilson, K. G. (1994). Acceptance and commitment therapy: Altering the verbal support for experiential avoidance. <i>The Behavior Analyst</i> , 17, 289-303.
33	Overskeid, G. (1994). Private events and other causes of behavior: Who can tell the difference? <i>The Psychological Record</i> , 44, 25-43.
34	Kennedy, C. H. & Souza, G. (1995). Functional analysis and treatment of eye poking. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 28, 27-37.
35	Kirby, K. C., & Bickel, W. K. (1995). Implications of behavioral pharmacology research for applied behavior analyses: JEAB's special issue celebrating the contributions of Joseph V. Brady (March 1994). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 28, 105-112.
36	Keenan, M. (1996). Teaching about private events in the classroom. <i>Behavior and Social Issues</i> , 6, 75-84.
37	Anderson, C. M., Hawkins, R. P., & Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. <i>Behavior Therapy</i> , 28, 157-179.
38	Taylor, I., & O'Reilly, M. F. (1997). Toward a functional analysis of private verbal self-regulation. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 30, 43-58.
39	Tourinho, E. Z. (1997). Evento privado: Função e limites do conceito. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 13, 203-209.
40	Cohen, D. J., & Blair, C. (1998). Mental rotation and temporal contingencies. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 70, 203-214.

Ordem de Publicação	Referência
41	Critchfield, T. S., & Epting, L. K. (1998). The trouble with babies and the value of bathwater: Complexities in the use of verbal reports as data. <i>The Analysis of Verbal Behavior</i> , 15, 65-74.
42	Friman, P. C., Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 31, 137-156.
43	Friman, P. C., Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (1998). Behavior analysis of private events is possible, progressive, and nondualistic: A response to Lamal. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 31, 707-708.
44	Lamal, P. A. (1998). Advancing backwards. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 31, 705-706.
45	Banaco, R. A. (1999). O acesso a eventos privados na prática clínica: Um fim ou um meio? <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 1, 135-142.
46	Leigland, S. (1999). Pragmatism, Science, and society: A review of Richard Rorty's Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers, Volume 1. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 71, 483-500.
47	Simonassi, L. E. (1999). Cognição: Contato com contingências e regras. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 1, 83-93.
48	Anderson, C. M., Hawkins, R. P., Freeman, K. A., & Scotti, J. R. (2000). Private events: Do they belong in a science of human behavior? <i>The Behavior Analyst</i> , 23, 1-10.
49	Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Cullinan, V. (2000). Relational frame theory and Skinner's Verbal Behavior: A possible synthesis. <i>The Behavior Analyst</i> , 23, 69-84.
50	Dougher, M. J., & Hackbert, L. (2000). Establishing operations, cognition, and emotion. <i>The Behavior Analyst</i> , 23, 11-24
51	Keenan, M., & Dillenburger, K. (2000). Images of behavior analysis: The shaping game and the behavioral stream. <i>Behavior and Social Issues</i> , 10, 19-38.
52	Moore, J. (2000). Thinking about thinking and feeling about feeling. <i>The Behavior Analyst</i> , 23, 45-56

Ordem de Publicação	Referência
53	Scala, C. T. (2000). Proposta de intervenção em psicologia do esporte. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 2, 53-59.
54	Tourinho, E. Z., Teixeira, E. R., & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. <i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i> , 13, 425-434.
55	Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (2000). Why it is crucial to understand thinking and feeling; An analysis and application to drug abuse. <i>The Behavior Analyst</i> , 23, 25-43.
56	Gongorra, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no behaviorismo radical. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 3, 9-24.
57	Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. <i>Behavior and Philosophy</i> , 29, 167-186.
58	Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. <i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i> , 14, 133-142.
59	Calkin, A. B. (2002). Inner behavior: Empirical investigations of private events. <i>The Behavior Analyst</i> , 25, 255-259.
60	Barnes-Holmes, D. (2003). For the radical behaviorist biological events are not biological and public events are not public. <i>Behavior and Philosophy</i> , 31, 145-150.
61	Catania, A. C. (2003). B. F. Skinner's <i>Science and Human Behavior</i> : Its antecedents and its consequences. <i>Journal of Experimental Analysis of Behavior</i> , 80, 313-320.
62	Dixon, M. R., Dymond, S., Rehfeldt, R. A., Roche, B., & Zlomke, K. R. (2003). Terrorism and relational frame theory. <i>Behavior and Social Issues</i> , 12, 129-147.
63	Garcia-Serpa, F. A., Meyer, S. B., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Origem social do relato de sentimentos: Evidência empírica indireta. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 5, 21-29.

Ordem de Publicação	Referência
64	Leigland, S. (2003). Private events and the language of the mental: Comments on Moore. <i>Behavior and Philosophy</i> , 31, 159-164.
65	Moore, J. (2003). Some further thoughts on the pragmatic and behavioral conception of private events. <i>Behavior and Philosophy</i> , 31, 151-157.
66	Simonassi, L. E., & Cameshi, C. E. (2003). O episódio verbal e a análise de comportamentos verbais privados. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 5, 105-119.
67	Stemmer, N. (2003). Covert behavior and mental terms: A reply to Moore. <i>Behavior and Philosophy</i> , 31, 165-171.
68	Palmer, D. C. (2004). Data in search of a principle: A review of relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition. <i>Journal of Experimental Analysis of Behavior</i> , 81, 189-204.
69	Palmer, D., Eshleman, J., Brandon, P., Layng, T. V. J., McDonough, C., Michael, J., & cols. (2004). Dialogue on private events. <i>The Analysis of Verbal Behavior</i> , 20, 111-128.
70	Reese, H. W. (2004). Private speech and other forms of self-communication. <i>The Behavior Analyst Today</i> , 5, 182-188.
71	Vandenberghe, L. (2004). Relatar emoções transforma emoções relatadas? Um questionamento do paradigma de Pennebaker com implicações para a prevenção de transtorno de estresse pós-traumático. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 6, 39-48.
72	Costa, N. (2005). Contribuições da psicologia evolutiva e da Análise do Comportamento acerca do ciúme. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 7, 5-13.
73	Darwich, R. A., & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por conseqüências. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 7, 107-118.
74	Moróz, M., Rubano, D. R., Lopes, A. L., Marutto, A. A., Lucci, M. A., Utida, H. H., & Bocchi, K. B. (2005). Verbalizações e o estudo de eventos encobertos: Discussão metodológica. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 7, 179-195.



<b>Ordem de Publicação</b>	<b>Referência</b>
75	Branch, M. N. (2006). How research in behavioral pharmacology informs behavioral science. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 85, 407-423.
76	Tourinho, E. Z. (2006a). Mundo interno e autocontrole. <i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento</i> , 2, 21-36.
77	Tourinho, E. Z. (2006b). private stimuli, covert responses, and private events: conceptual remarks. <i>The Behavior Analyst</i> , 29, 13-31.

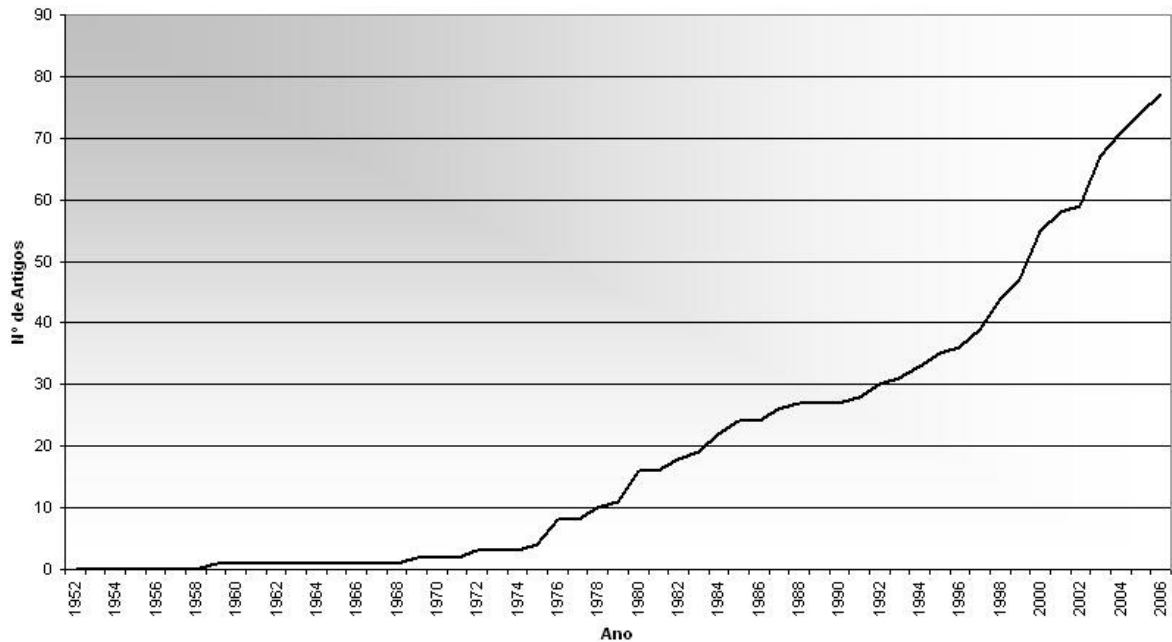
A distribuição dos textos por ano pode ser observada na Figura 1. O primeiro texto selecionado (Skinner, 1959 [5]<sup>9</sup>) foi o resumo de uma apresentação de Skinner na conferência sobre Análise Experimental do Comportamento, em setembro de 1959. O texto seguinte data de dez anos depois (Day, 1969/1992a [2]). Dessa forma, podemos dizer que o conceito de eventos privados esteve desde cedo na literatura analítico-comportamental. Contudo, tem havido um grande aumento na frequência de artigos abordando o tema a partir da década de 1990, que concentra a grande maioria dos textos. Isso pode ser observado ao se ressaltar que 41 textos (aproximadamente 53%) foram publicados de 1997 até 2006. Apenas de 2000 a 2006, selecionamos 30 artigos, o que corresponde a 38% do total.

A Figura 1 apresenta a curva acumulada do número de textos selecionados, por ano, desde a criação do JEAB em 1952, o periódico mais antigo dentre os consultados.

---

<sup>9</sup> Os 77 artigos selecionados serão citados com sua data de publicação e, entre colchetes, o número de referência na lista do Quadro 1.

Figura 1. Distribuição Acumulada de Artigos por Ano de Publicação



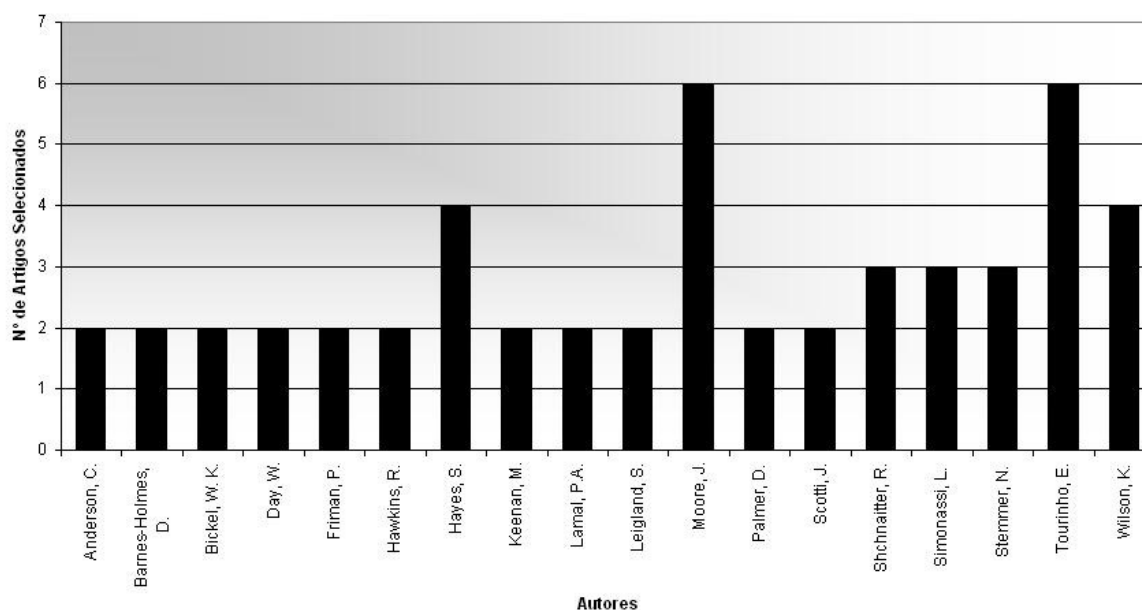
Alguns pontos de aceleração podem ser observados na Figura 1. O primeiro, no ano de 1976, quando foi registrado na revista *Behaviorism* um debate sobre eventos privados, que incluía três trabalhos (Begelman, 1976 [5]; Day, 1976 [6], Wisocki, 1976 [8]), além de uma réplica a um artigo cognitivista (Lahren, 1976 [7]). O segundo, no ano de 1980, quando aparecem três artigos na *Behaviorism* (Allen, 1980 [12]; Creel, 1980 [13]; Flanagan Jr., 1980 [15]) e outros dois em outros periódicos (Moore, 1980 [16] no *Psychological Record* e Brigham, 1980 [13] na *The Behavior Analyst*). Temos novamente uma grande aceleração no ano de 1998 (com maior contribuição de uma discussão no JABA: Friman, S. C. Hayes & Wilson, 1998 [42], uma réplica de Lamal, 1998 [44] e a resposta de Friman, Wilson & S. C. Hayes, 1998 [43]). A aceleração seguinte é ocasionada por uma seção especial na *The Behavior Analyst*, em 2000 (cf., Anderson, Hawkins, Freeman & Scotti, 2000 [48]; Dougher & Hackbert, 2000 [50]; Moore, 2000 [52]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]), além de alguns outros (D. Barnes-Holmes, Y. Barnes-Holmes & Cullinan, 2000 [49]; Keenan & Dillenburger, 2000 [51]; Scala, 2000 [53]; Tourinho, Texeira & Maciel, 2000 [54]). A última

grande concentração de textos ocorre em 2003, ocasionada principalmente pelos comentários de autores ao texto de Moore (2001 [57]) na *Behavior and Philosophy* e sua réplica a eles (D. Barnes-Holmes, 2003 [60], Leigland, 2003 [64], Moore, 2003 [65], Stemmer, 2003 [67]).

Na Figura 2, podemos observar os pesquisadores que assinam como autores e/ou co-autores mais de um texto selecionado. Vemos que os que tiveram maior número de artigos selecionados são John (Jay) C. Moore, professor da University of Wisconsin em Milwaukee, e Emmanuel Zagury Tourinho, professor da Universidade Federal do Pará.

Os 18 autores relacionados na Figura 2 correspondem a aproximadamente 18% dos 108 pesquisadores que assinam os 77 artigos selecionados<sup>10</sup>. Os demais 90 autores não publicaram continuamente sobre o tema eventos privados nos periódicos selecionados. Aqueles 18 autores, por sua vez, assinam 39 dos 77 artigos, o que corresponde a pouco mais de 50%, sugerindo certa concentração de autoria no debate acerca de eventos privados.

Figura 2. Distribuição de Autoria e/ou Co-autoria dos Pesquisadores Com Mais de Um Artigo Selecionado



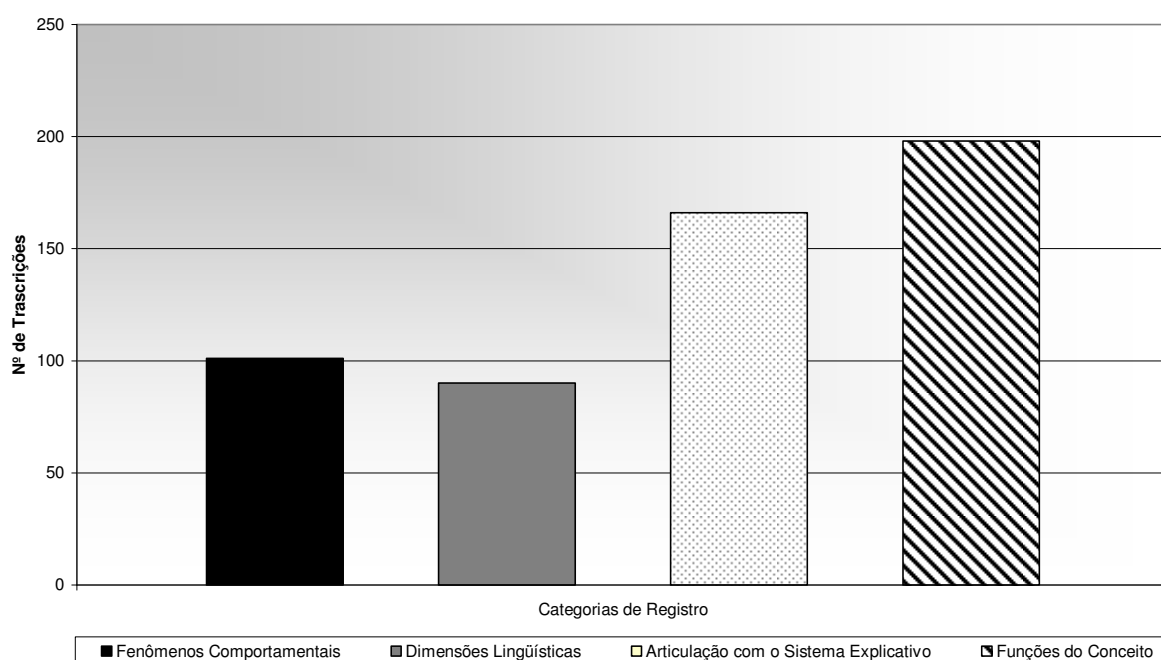
<sup>10</sup> Essa afirmação refere-se aos artigos que foram selecionados de acordo com os critérios descritos anteriormente no método. Autores que tiveram apenas um artigo selecionado podem ter escrito sobre o tema em outros periódicos ou publicações não-periódicas (como livros).

#### 4. Levantamento de Informações

Uma vez selecionados, os textos foram lidos e fichados, gerando um arquivo com transcrições, posteriormente utilizado para o desenvolvimento das análises do trabalho. Foram realizadas transcrições de trechos dos artigos com base em quatro categorias de registro: i) eventos privados como fenômenos comportamentais; ii) dimensões lingüísticas do problema da privacidade; iii) articulação do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental; e iv) funções do conceito de eventos privados. Essas categorias foram construídas a partir das leituras preliminares para a formulação do problema de pesquisa.

Foram transcritas um total de 555 passagens, distribuídas nas quatro categorias de registro. A distribuição das transcrições pode ser observada na Figura 3.

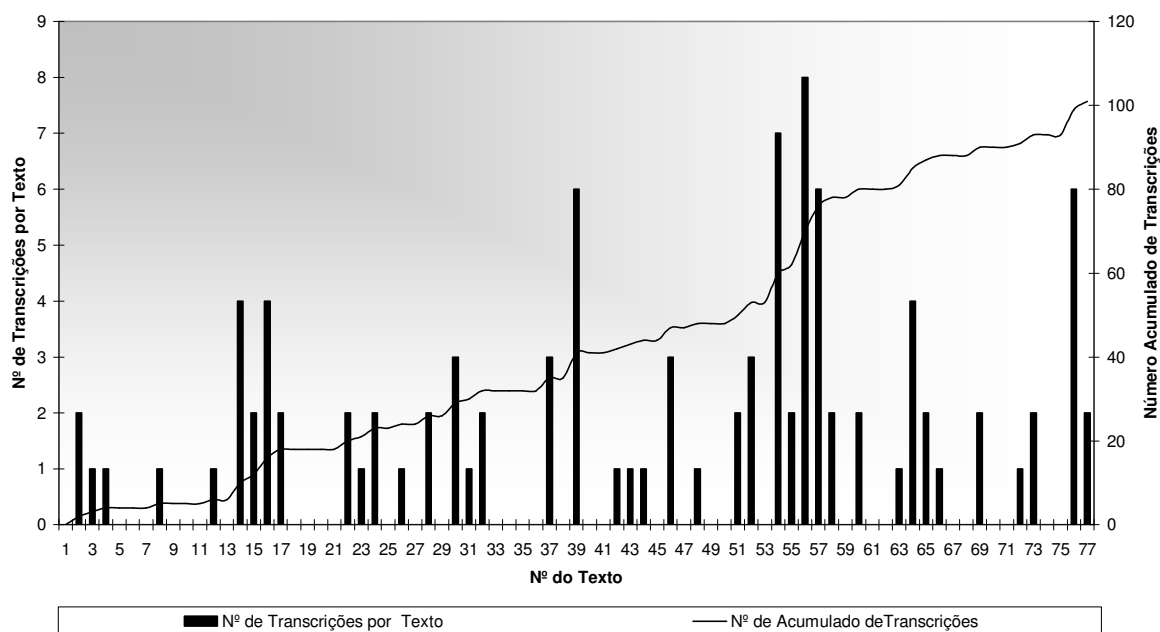
Figura 3. Distribuição das Transcrições por Categoria



A categoria mais freqüente foi a de Funções do Conceito de Eventos Privados, com 198 transcrições. A segunda categoria mais freqüente foi Articulação do Conceito de Eventos Privados com o Sistema Explicativo Analítico-Comportamental, registrando 166 transcrições.

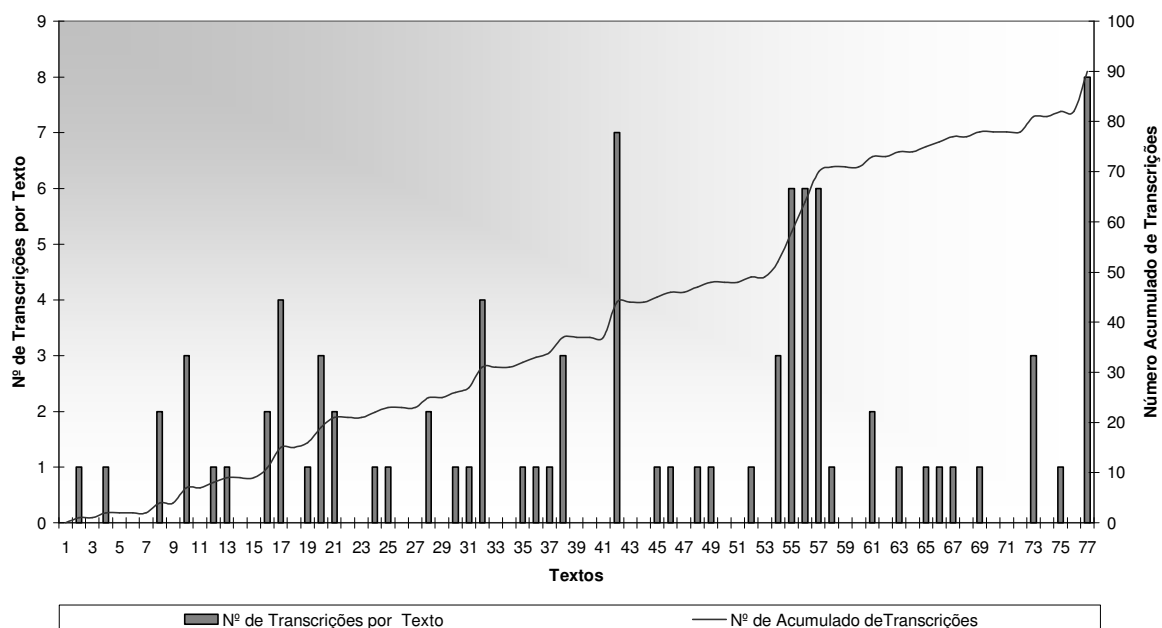
A categoria em que se discute o conceito de Eventos Privados como Fenômenos Comportamentais deu origem a 101 transcrições. Por fim, a categoria Dimensões Lingüísticas do Problema da Privacidade resultou em 90 transcrições.

Figura 4. Distribuição das Ocorrências da Categoria 1 - Eventos Privados Como Fenômenos Comportamentais



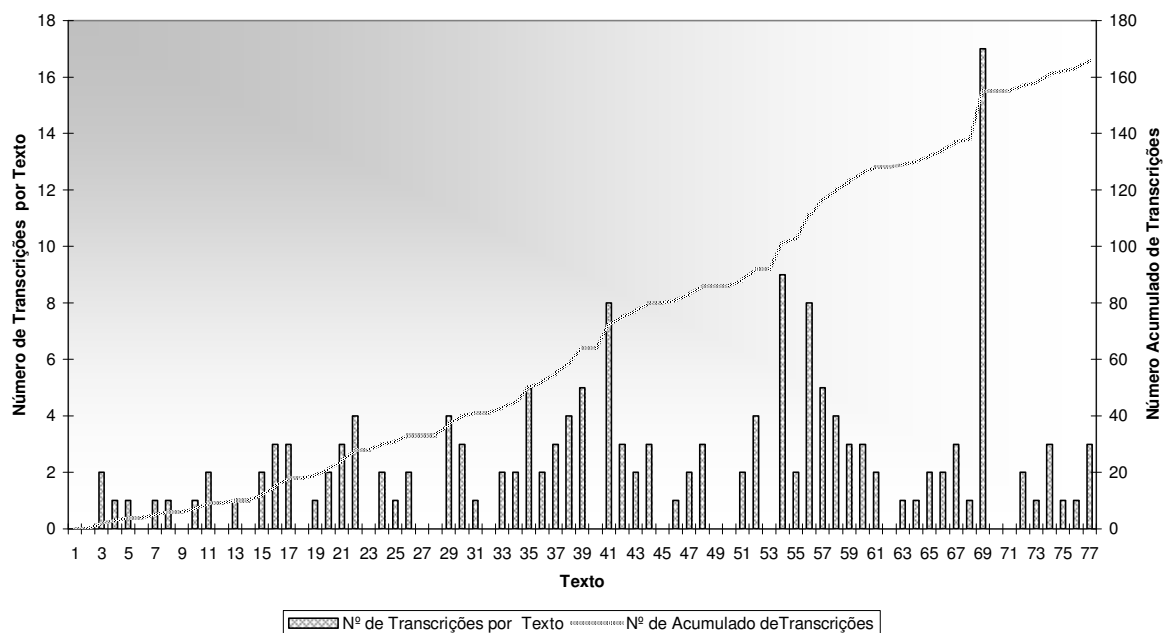
A Figura 4, acima, apresenta as frequências por texto e acumulada da primeira categoria de registro (Eventos Privados como Fenômenos Comportamentais). Nesta categoria, estão trechos que discutem o *status* ontológico de eventos privados, e suas relações com a fisiologia. As 101 transcrições registradas correspondem a aproximadamente 18% do total de transcrições. Elas estão distribuídas em 41 (53%) dos textos selecionados. A maior quantidade de transcrições (8) foi registrada em Gongorra e Abib (2001 [56]), que discutem extensamente o *status* ontológico do conceito de eventos privados. Não parece ser possível estabelecer uma relação entre a ocorrência de transcrições nesta categoria e períodos cronológicos específicos.

**Figura 5. Distribuição das Ocorrências da Categoria 2 - Dimensões Lingüísticas do Problema da Privacidade**



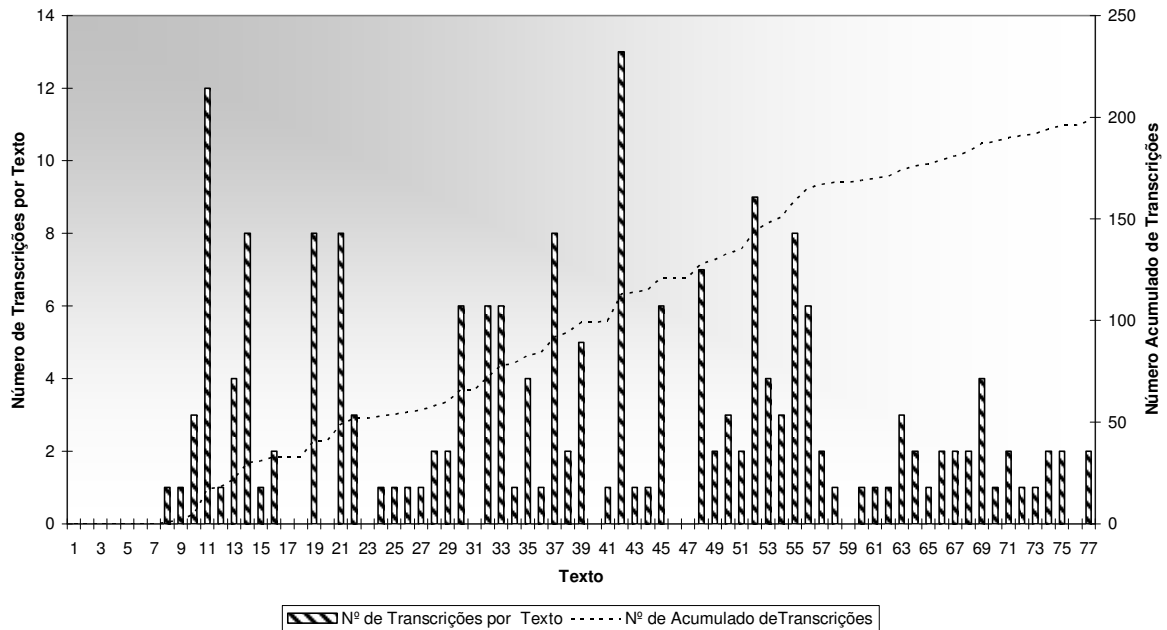
A frequência por texto e acumulada da categoria 2 aparece na Figura 5. Esta foi a categoria que registrou a menor quantidade de transcrições (90). Apesar disso, a categoria foi registrada também em 42 (53%) dos textos selecionados. A maior quantidade de transcrições apareceu no texto de Tourinho (2006b [77]), que discute entre outras questões a importância da linguagem para que eventos fisiológicos assumam a função de estímulo privado. Como na categoria anterior, não parece haver qualquer período cronológico em que se concentrem ocorrências da categoria.

Figura 6. Distribuição das Ocorrências da Categoria 3 - Articulação do Conceito de Eventos Privados com o Sistema Explicativo Analítico-Comportamental



Na Figura 6, podemos observar a frequência das transcrições relativas à categoria 3, Articulação do Conceito de Eventos Privados com o Sistema Explicativo Analítico-Comportamental. Nesta categoria, foram transcritos trechos que discutem como os eventos privados se situam dentro de um quadro de referência teórico, e se seu estudo é adequado de acordo com seu método. Foram registradas 166 transcrições em 58 (75%) dos textos. O maior número de transcrições foi registrado em Palmer e cols. (2004 [69]). Não há concentração das transcrições em um período cronológico específico.

Figura 7. Distribuição das Ocorrências da Categoria 4 - Funções do Conceito de Eventos Privados

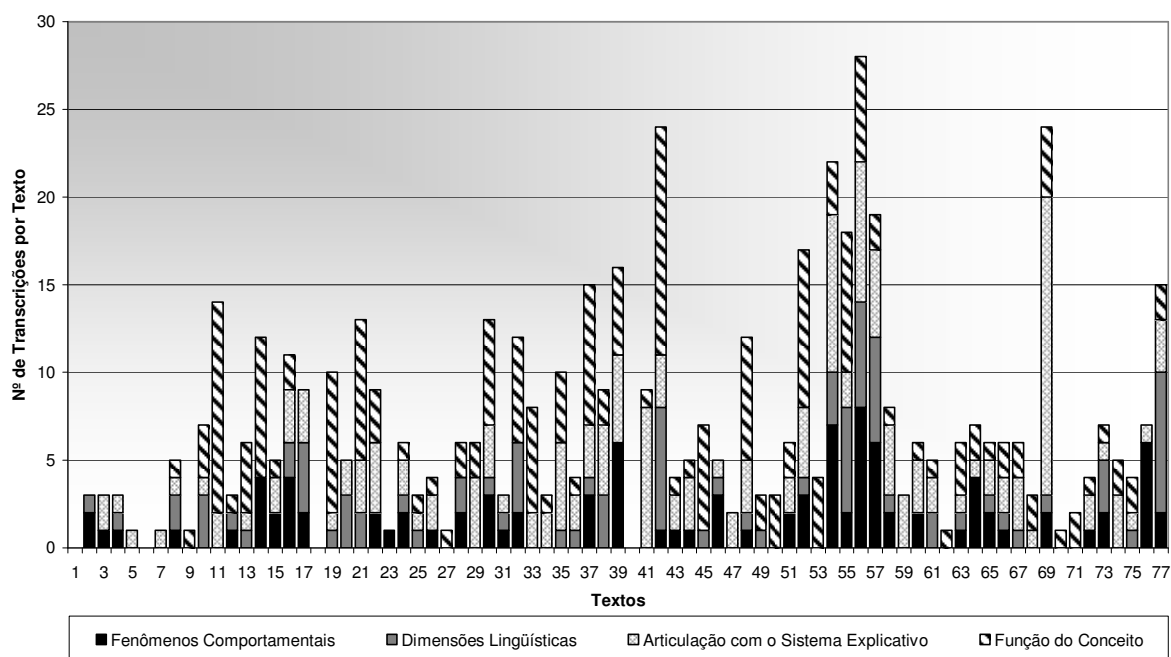


Na Figura 7, vemos a distribuição das ocorrências por texto e acumulada relativas à quarta categoria, Funções do Conceito de Eventos Privados. A categoria aparece pela primeira vez em Lahren (1976 [7]), e tem a maior frequência em Friman, S. C. Hayes e Wilson (1998 [42]), com 14 transcrições, onde é discutido o uso do conceito de eventos privados na atividade clínica do analista do comportamento. A categoria aparece em 60 (78%) dos textos.

A Figura 8, a seguir, sintetiza a ocorrência de todas as categorias ao longo dos textos selecionados.



Figura 8. Distribuição das Ocorrências por Categoria de Registro, por Texto



Apenas em quatro textos não foram encontrados trechos que se enquadrassem em qualquer categoria. O primeiro (Skinner, 1959 [1]), é um resumo publicado no JEAB. O seguinte (Wisocki, 1976 [5]) consiste da apresentação do autor em um simpósio. Wasserman (1982 [18]) discute posições cognitivistas e behavioristas acerca de processos cognitivos, mas apenas apresenta as duas posições. O último (Cohen & Blair, 1998 [40]) consiste do relato de um experimento que pretende demonstrar que uma resposta privada pode estar sob controle de contingências temporais.

### 5. Tratamento das Informações

Após o processo de levantamento de informações, foram elaboradas categorias de análise que sintetizam o tratamento das informações levantadas, à luz do problema que orienta a presente investigação. Essas categorias foram elaboradas após uma releitura do arquivo com transcrições, produzido com as categorias de registro.

As categorias de análise são as seguintes: i) implicações de um enfoque relacional verbal para a análise dos conceitos relativos à privacidade; ii) ausência de uma visão consensual sobre a coerência do termo eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental; e iii) utilidade do conceito de eventos privados. Essas categorias basearam a elaboração dos capítulos a seguir.

## **CAPÍTULO I. IMPLICAÇÕES DE UM ENFOQUE RELACIONAL VERBAL NA ANÁLISE DOS CONCEITOS RELATIVOS À PRIVACIDADE.**

O pragmatismo desenvolveu-se como uma crítica a posturas representacionistas frente ao conhecimento. Ao abordar a subjetividade, a Análise do Comportamento mantém a postura anti-representacionista encontrada na filosofia pragmatista? Afirmações analítico-comportamentais sobre o conhecimento do “mundo interno” evitam um essencialismo? O presente capítulo procura responder questões desse tipo, ao discutir a proposta analítico-comportamental de interpretação da subjetividade<sup>11</sup> como fenômenos relacionais.

Na Análise do Comportamento, conceitos emocionais e cognitivos podem ser entendidos como respostas verbais, mantidos por contingências de reforçamento dispostas pela comunidade verbal (Skinner, 1945). Eles diriam respeito, então, a formas de interação do homem com o mundo (especialmente, mundo social), e não a entidades com existência independente do sujeito que se comporta e do ambiente onde ele está inserido.

O objeto de estudo da Análise do Comportamento é a relação entre o organismo como um todo e o ambiente (Skinner, 1953/1965, 1974/1976). A partir dessa visão, o analista do comportamento também busca compreender o fenômeno da subjetividade como um fenômeno relacional, de interação entre o homem e o mundo (cf. Tourinho, 2006c). Nesta seção, apontaremos o que significa um enfoque relacional para os problemas relativos à subjetividade, e será discutida a noção de evento privado como resposta verbal. Em seguida, serão discutidas algumas das implicações do tratamento relacional para o problema da subjetividade, em três tópicos: Rejeição de enfoques não relacionais na abordagem de problemas relativos à privacidade; “Mundo privado” como função de contingências sócio-

---

<sup>11</sup> Sempre que estivermos falando em subjetividade, estaremos nos referindo a problemas que na linguagem cotidiana que são definidos como sentimentos, emoções e cognições.

verbais; e a questão da “imprecisão” das auto-descrições: interpretações representacionistas vs. interpretações anti-representacionistas.

Ao compreender seu objeto de estudo como uma relação, a Análise do Comportamento assume uma posição diferenciada em relação a noções tradicionais de Psicologia. Watson (1924/2004), por exemplo, em alguns momentos define o objeto de estudo do comportamentalismo como a atividade do corpo, ou seja, o movimento de seus músculos e glândulas. A ênfase recaía sobre o que o organismo faz, embora a unidade de análise de Watson (o reflexo) incluía estímulos no contexto de relações. Em propostas cognitivistas (e.g., Tomasello, 2003), por exemplo, o objeto de estudo são os processos cognitivos, inferidos a partir da observação do que o sujeito faz (Wasserman, 1982 [18]).

Skinner segue um caminho próprio. Ao compreender o seu objeto de estudo como uma relação, estabelece um paradigma em que os termos de uma relação comportamental são definidos mutuamente: uma consequência define a resposta da mesma forma que uma resposta define a consequência. É essencial, em uma análise relacional, ressaltar que os termos desta análise são compreendidos a partir de sua *função em uma relação*, e não da topografia de cada termo (cf. Leigland, 1999 [46]; Schnaitter, 1984 [22]). Ao fazer isso, Skinner parte para uma concepção não-reificada do comportamento – um estímulo ou uma resposta não existe por si só, fora de uma relação entre um organismo que se comporta e um ambiente com o qual interage.

O caráter relacional do fenômeno comportamental é ressaltado por vários autores (e.g., Gongorra & Abib, 2001 [56]; Leigland, 1999 [46], 2003 [64]; Morris, 1985 [24]; Schnaitter, 1984 [22]; Tourinho, 2006a [76], 2006b [77]). Para Darwich e Tourinho (2005a [73]), por exemplo, abordar o comportamento dos organismos como um fenômeno relacional é o que diferencia a Análise do Comportamento de outras propostas científicas, garantindo seu *status* como ciência independente.

Analisar o comportamento como relação será também o caminho para a compreensão dos problemas relativos à subjetividade. Skinner procura manter a perspectiva relacional em uma análise de fenômenos psicológicos (Skinner, 1945). Essa proposição reflete-se na literatura sobre eventos privados, em especial na forma de críticas a abordagens não relacionais do problema da subjetividade. Segundo Tourinho (2006a [76]),

A Análise do Comportamento tem formulado críticas sistemáticas ao mentalismo na Psicologia, mas é importante observar que a postura mentalista é antecedida pela suposição de que fenômenos psicológicos são fenômenos do ou no indivíduo, internos a ele. É apenas quando se aborda, por exemplo, o pensar como uma ocorrência do/no indivíduo, que se é levado a discutir se tem uma natureza material ou imaterial, se se confunde com processos neurofisiológicos, ou se pertence a uma outra dimensão da existência humana (Tourinho, 2006a [76], p. 23)

Autores como Morris (1985 [24]) e Gongorra e Abib (2001 [56]) também assinalam que compreendendo os chamados fenômenos mentais ou cognitivos como relações, ou seja, atividades de um organismo em um ambiente, eles podem ser abordados pela Análise do Comportamento. Tourinho (2006b [77]) aponta ainda que, ao analisar a subjetividade, os analistas do comportamento devem estar atentos ao fato de que os fenômenos cognitivos e emocionais podem apresentar níveis diferentes de complexidade, envolvendo componentes produzidos nos três níveis de seleção e variação apontados por Skinner (1981/1988), a filogênese, ontogênese e a seleção cultural.

A compreensão de fenômenos relativos à privacidade como relações entre organismo e ambiente, contudo, parece por vezes não ser compartilhada por analistas do comportamento, como pode ser visto em autores que elaboram perspectivas fisicalistas na abordagem de fenômenos relativos à subjetividade (cf. Creel, 1980 [14], Flanagan, Jr., 1980 [15], Palmer &

cols., 2004 [69]<sup>12</sup>, Stemmer, 1992 [30]). Em oposição ao fisicalismo e defendendo o enfoque relacional no estudo da privacidade, Leigland (2003 [64]) aponta que, se eventos privados fossem tratados de forma não relacional, não haveria qualquer ganho em relação a outras propostas de psicologia:

Se “eventos privados” podem ser interpretados como eventos internos, e se assume-se que estes eventos entram em relações de “controle” do comportamento, então em que sentido possível Skinner não é um cognitivista ou um mentalista? A solução começa reconhecendo que para o behaviorista radical, termos como “causa” e “controle” não possuem implicações metafísicas, mas na verdade simplesmente referem-se a relações observadas. (Leigland, 2003 [64], p. 160)

A noção de privacidade como fenômeno relacional irá refletir-se na produção analítico-comportamental na forma de uma rejeição de propostas não relacionais de estudo da subjetividade e na importância atribuída à linguagem. Entretanto, uma concepção não reificada de fenômenos comportamentais relativos à privacidade possui limites que devem ser ressaltados. Nas próximas seções, exploramos essas questões com maior detalhamento.

### ***1.1. Rejeição de enfoques não relacionais na abordagem de problemas relativos à subjetividade***

A Análise do Comportamento, ao entender fenômenos psicológicos como relações entre eventos naturais, rejeita descrições daqueles problemas (1) como relações entre eventos de naturezas distintas; e (2) como relações entre eventos pertencentes a um outro nível de funcionamento do organismo (ocorrências de partes do organismo, como eventos neurais ou outros processos fisiológicos). Nesse sentido, a análise de fenômenos relacionados à

---

<sup>12</sup> Em Palmer e cols. (2004), a defesa de uma proposta fisicalista é feita por Nathan Stemmer.

subjetividade, constitui-se como um anti-mentalismo e um anti-organicismo, além de um anti-fisicalismo. Ainda que essa perspectiva prevaleça na Análise do Comportamento, esta seção aponta como na literatura analítico-comportamental alguns autores ainda empregam o conceito de eventos privados como descritivos de ocorrências fisiológicas e produzem análises fisicalistas da subjetividade.

Lidar com os eventos relativos à subjetividade como fenômenos não-relacionais é típico de tradições representacionistas, em especial no período pós-renascentista, em que existe uma identidade entre os chamados fenômenos psicológicos e os fenômenos mentais. Nessas tradições, como aponta Rorty (1980/1988), a mente funciona como um espelho que reflete a natureza, construindo cópias do mundo. O que o homem conheceria seriam essas cópias.

Skinner (1945) oferece uma alternativa ao tratamento representacionista da subjetividade, em que esses fenômenos não são considerados como possuindo uma natureza distinta do comportamento<sup>13</sup>. Para Skinner, os chamados fenômenos mentais poderiam ser entendidos como relações comportamentais, incluindo respostas verbais sob controle de estímulos que poderiam ou não ser acessíveis à observação pública.

A postura skinneriana aparece com frequência na literatura analítico-comportamental, e alguns autores apontam a importância de seu caráter anti-mentalista (e.g., Anderson & cols. 1997 [37]; Anderson, Hawkins & Scotti, 2000 [48]; Gongorra & Abib, 2001 [56]; Moore, 1980 [16]; 2001 [57]; Palmer & cols., 2004 [69]; Place, 1993 [31]; Ribes, 1982 [17]). Place (1993 [31]) afirma que a rejeição do dualismo é a pedra fundamental do comportamentalismo, e abordar fenômenos relativos à subjetividade sem recorrer ao mentalismo pode ser

---

<sup>13</sup> A noção de que eventos mentais são fenômenos de uma natureza distinta de fenômenos comportamentais e por isso inacessíveis à investigação científica era constitutiva do chamado Behaviorismo Metodológico, defendido por psicólogos como Boring e Stevens (Skinner, 1945; Tourinho, 1997b).

considerada uma das maiores contribuições de Skinner à psicologia (Palmer & cols., 2004 [69])<sup>14</sup>.

A posição de que eventos privados têm uma dimensão física é sistematicamente reiterada na literatura (cf. Allen, 1980 [12], Creel, 1980 [14], Keat, 1972 [3], Leigland, 1999 [46], Tourinho, 2006a [76], Tourinho & cols., 2000 [54]). Abib (2001a) ressalta ainda que, na lógica analítico-comportamental, não há uma “escolha” pelo físico na dicotomia físico-mental: a própria dicotomia é rejeitada, entendendo que não faz sentido uma divisão dessa natureza. Na literatura analisada, a rejeição à lógica dualista que distingue um mundo físico e outro mental aparece em alguns textos (e.g., Lahren, 1976 [7]; Leigland (2003) [64]; Moore, 1980 [16], 2003 [65]; Ribes, 1982 [17]). Nas palavras de Ribes (1982 [17]):

Consideramos que a postulação de eventos privados como acontecimentos internos, constitutivas de uma subjetividade inacessível, se fundamenta historicamente em concepções ontológicas e epistemológicas dualistas. O dualismo como teoria dos mundos, levou a uma “interioridade” do homem como sujeito, o reflexo da perfeição, das formas puras projetadas pela divindade. Esta mitologia da subjetividade, como antimaterialidade ainda criada com o pensamento pré-socrático e platônico, adquiriu uma certidão de nascimento formal na ciência ocidental com Descartes e a consolidação da tradição judaico-cristã. (p. 12-13)

Segundo Moore (2000 [52], 2001 [57]), a distinção entre físico e mental é baseada mais em tradições culturais, e não em fatos. Como apontado, para Ribes (1982 [17]), tal perspectiva de análise da subjetividade baseia-se no cartesianismo e nas tradições religiosas que consideram o homem como reflexo de um Criador transcendental. Tourinho (2006a [76],

---

<sup>14</sup> Uma discussão aprofundada de porque é interessante uma alternativa ao mentalismo está além dos objetivos deste trabalho. Para aprofundar essa questão, recomendamos a leitura de Keat (1972 [3]), Tourinho (1994) e Rorty (1980/1988).



2006d), seguindo Elias (1994), aponta que processos de mudança social deram origem a contingências que favoreceram concepções do homem como indivíduo, levando a uma compreensão dos fenômenos psicológicos como ocorrências do ou no indivíduo. Esse individualismo conduziu a um dualismo. Entretanto, como apontado em alguns dos textos analisados (e.g., Creel, 1980 [14]; Gongorra & Abib, 2001 [56]; Lahren, 1976 [7]; Moore, 2003 [65]; Tourinho, 1997 [39]; Tourinho & cols. 2000 [54]), pensar nos fenômenos relativos à subjetividade como possuindo uma natureza distinta é cometer um erro de análise *a priori*:

É preciso perceber que a própria noção de “físico” e muito do que inspirou o debate ontológico, por si, faria pouco sentido se não fosse pelo fato de, historicamente, comportamentos humanos complexos terem sido explicados postulando-se eventos “não-físicos” especiais ou processos como explicações... Sempre que discussões ontológicas estiverem referindo-se ao comportamento humano, o behaviorista deveria ser rápido em ressaltar que a evidência tanto do “mental” quanto do “físico” depende do exercício de capacidades discriminativas humanas... A vantagem disso para behavioristas é a conclusão de que referências ao dualismo não se relacionam na realidade com questões ontológicas substantivas, mas sim que elas discriminam diferenças em práticas lingüísticas explanatórias de comunidades lingüísticas diferentes ou práticas diversas em uma mesma comunidade. O dualismo é de natureza lingüística, não um dualismo de eventos ou propriedades. (Lahren, 1976 [7], p. 93)

A citação acima aponta um importante fator na análise da subjetividade para a Análise do Comportamento: termos mentais e o dualismo metafísico são respostas verbais mantidas por determinadas contingências de reforçamento dispostas por uma comunidade verbal; não são impostos por uma natureza imaterial destes eventos. Essa questão será abordada de forma mais aprofundada no próximo tópico. Antes de avançar para essa discussão, contudo, ainda é

importante destacar outra postura que o enfoque relacional da Análise do Comportamento rejeita: o organicismo, ou seja, a noção de que o comportamento tem como causa iniciadora eventos fisiológicos.

O organicismo tem ganhado força nos últimos anos, em especial a partir da década de 1990, chamada por vezes de a “década do cérebro” (Lamal, 1998 [44]). Em uma visão organicista, o comportamento se origina no cérebro, e as reações químicas deste órgão explicam desde os fatos mais corriqueiros da vida humana (por exemplo, a suposição de que a paixão é a alta produção de noradrenalina) até transtornos psicológicos (por exemplo, a idéia de que a depressão é uma deficiência de serotonina).

O organicismo, para a literatura analítico-comportamental, mantêm o problema de não abordar o comportamento dentro de uma perspectiva relacional (Blackman, 1991[28]; Lamal, 1985 [23], 1998 [44]; Schnaitter, 1984 [22], 1987 [26]; Tourinho & cols., 2000 [54]). Ao buscar a origem do comportamento no funcionamento de partes do corpo, o pesquisador deixa de observar a relação entre esse organismo como um todo e o ambiente.

Afirmar que eventos fisiológicos não podem ser tomados como causa do comportamento não é destituir a pesquisa desses eventos de importância, ou afirmar que algo não ocorre no interior do organismo quando este se comporta. Vários autores, inclusive Skinner (1974/1976), já afirmaram que pesquisas da área da fisiologia podem contribuir para a ciência do comportamento, na medida em que revelam como funcionam os processos comportamentais em um nível biológico. Mas a explicação da fisiologia não se identifica com a da Análise do Comportamento, uma vez que as duas disciplinas estão dando conta de fenômenos distintos, e que essa diferenciação é essencial para o estabelecimento da Psicologia como uma ciência independente (Tourinho, 2006b [77], Tourinho & cols., 2000 [54]). Como apontado por Schnaitter (1984 [22]), “é a propriedade funcional que faz do operante o que ele é, e não uma propriedade física ou fisiológica” (p.8). Moore (2001 [57]) defende que

fenômenos neurofisiológicos, por mais que participem de toda e qualquer atividade comportamental, não podem ser considerados causas do comportamento no sentido em que a Análise do Comportamento entende o conceito de “causa”. Ele argumenta:

Considere a pressão à barra de um rato. A neurofisiologia certamente participa da atividade motora de pressionar a barra, mas a fisiologia do rato não identifica o estímulo antecedente que exerce controle discriminativo ou o esquema de reforçamento em que uma resposta é reforçada. O mesmo ocorre com fenômenos privados. A neurofisiologia participa do evento comportamental privado, assim como de um evento comportamental público, mas um apelo à fisiologia não explica como o evento comportamental privado desenvolve-se ou como ele vem a exercer controle discriminativo. (Moore, 2001 [57], p. 174)

Como apontamos anteriormente, a grande maioria dos analistas do comportamento considera que eventos privados têm uma dimensão física. Se o evento privado não é um fenômeno mental, esse fenômeno deve então ser uma condição corporal – um evento fisiológico. O que diferencia a posição analítico-comportamental em relação à proposta organicista é que esses fenômenos devem ser compreendidos a partir de sua função, não de sua estrutura. O evento fisiológico assume uma função específica – reforçador, estímulo discriminativo, estímulo aversivo – de acordo com contingências dispostas no ambiente em que esse organismo se comporta. Interessa ao analista do comportamento, portanto, não se o coração acelera diante de certo evento, mas que função essa aceleração assume como parte de uma relação comportamental e, possivelmente, que contingências foram dispostas para que ela assumisse essa função. Como apontado por Tourinho (2006a [76]),

No que concerne à ciência psicológica, o mundo interno possível consiste apenas de um aparato anátomo-fisiológico que é condição para relações comportamentais e que até pode adquirir certas funções de estímulo, mas que não define nem

mesmo a resposta do organismo, muito menos as relações comportamentais.

(Tourinho, 2006a, p. 24)

Entretanto, o papel das condições corporais na pesquisa analítico-comportamental ainda é motivo de discussões na literatura. Para alguns autores (e.g., Lamal, 1998 [44]; Stemmer, 1992 [30]) o termo eventos privados reporta-se a fenômenos cujo estudo é atribuição da (neuro)fisiologia, não da psicologia. Para Lamal (1998 [44]) e Rachlin (2003), o estudo de eventos privados recai no mesmo problema que a pesquisa organicista: deixar de olhar para a história de reforçamento do organismo em busca de variáveis internas, que não podem ser acessadas.

É fundamental, contudo, apontar que as críticas de Rachlin (2003) e Lamal (1998 [44]) apóiam-se na noção de que o termo eventos privados diz respeito a algo *interno* do sujeito. Tal alegação difere da posição de Skinner que apontamos anteriormente, de acordo com a qual o conceito de eventos privados remete à observabilidade restrita de alguns estímulos e respostas.

O anti-mentalismo e anti-organicismo que apresentamos pode ser observado também em tratamentos pragmatistas, em especial quando a subjetividade é abordada com a filosofia de Wittgenstein (cf. Day, 1969/1992b [2]). O que a Análise do Comportamento critica é abordar conceitos psicológicos como eventos que existem independentemente de uma comunidade verbal. Entretanto, esses conceitos são descrições de certas formas de interação entre o homem e o mundo, e como tal, devem ser compreendidos como práticas verbais que são emitidas e mantidas em uma comunidade de falantes.

A importância de variáveis sociais – e podemos dizer, variáveis lingüísticas – é fundamental para a compreensão de fenômenos relativos à subjetividade dentro de uma perspectiva relacional. Na próxima seção, abordaremos a importância atribuída à comunidade verbal na definição do “mundo privado” de cada sujeito.

## *1.2. “Mundo privado” como função de contingências sócio-verbais.*

Na seção anterior, discutimos que dentro de uma perspectiva analítico-comportamental, são rejeitadas perspectivas não relacionais de explicação do comportamento, incluindo o mentalismo e o organicismo. Nesta seção, abordamos a questão da centralidade de contingências sócio-verbais para a explicação de fenômenos relativos à subjetividade e a constituição do “mundo interno”. A relação entre subjetividade e linguagem é fundamental para compreendê-la como um fenômeno relacional, e, portanto, estar em consonância com uma abordagem pragmatista da questão. Compreendê-la dentro de uma perspectiva tanto comportamental quanto pragmatista é entendê-la como uma prática lingüística. Em linguagem analítico-comportamental, conceitos psicológicos são respostas verbais selecionadas por contingências dispostas por uma comunidade verbal que promove a auto-observação e o autocontrole.

Contingências dispostas por uma comunidade verbal podem tornar relevantes estímulos inacessíveis à observação pública direta. Discutiremos aqui tanto que tipos de contingências são essas, quanto o controle do comportamento por estímulos privados na sociedade contemporânea.

O tipo de compreensão da subjetividade encontrado na literatura analítico-comportamental tem diversas semelhanças com as discussões do tema na literatura pragmatista. Rorty (e.g., 1998/2005) deve muito de seu pensamento às discussões de Wittgenstein (1953/1975), como ele mesmo reconhece. As semelhanças entre a interpretação skinneriana e a análise da linguagem ordinária por Wittgenstein também é freqüentemente assinalada na literatura (e.g., Begelman, 1976 [5]; Day, 1969/1992b [2]; Deitz & Arrington, 1984 [20]; Morris, 1985 [24]).

A centralidade do comportamento verbal na explicação da subjetividade pela Análise do Comportamento é derivada do próprio fato de que os conceitos emocionais e cognitivos são respostas verbais. Assim, o que é proposto em uma interpretação analítico-comportamental de fenômenos subjetivos não é a existência de fenômenos independentemente das práticas lingüísticas de uma comunidade verbal.

Na medida em que se concebem declarações verbais que descrevem eventos “privados” ou “subjetivos” como uma forma de interação lingüística que não apenas não corresponde biunivocamente a supostos estados ou eventos, mas que de fato, constituem as formas sociais de construir os referidos eventos – pois os eventos descritos não são mais que relações entre pessoas –, defende-se que a “subjetividade”, é dizer a identidade pessoal e as formas de referir-se a ela, são conseqüência das práticas lingüísticas da sociedade. Não apenas a “subjetividade” é uma criação social da individualidade através do processo de desenvolvimento que tem como núcleo a linguagem, a subjetividade não pode ser concebida como um mundo privado, interior, igual em todas as pessoas. Partindo do fato de que a dita “subjetividade” não é mais que um conjunto de descrições lingüísticas constitutivas de formas de interações convencionadas publicamente, as reações (e obviamente as circunstâncias situacionais em que se apresentam) variam o “conteúdo subjetivo” dependendo da cultura particular e da história individual de desenvolvimento. (Ribes, 1982 [17], p. 25)

Como apontado por Ribes (1982 [17]), o conceito de subjetividade é uma forma de descrever determinadas relações entre o homem e o mundo. Descrever um fenômeno como físico ou mental – ou subjetivo ou objetivo, ou público ou privado – é descrever diferentes formas de relação, não diferentes naturezas desses fenômenos. Os problemas relativos à

subjetividade são, portanto, problemas de natureza verbal: que contingências estão em operação que mantêm estas descrições (Day, 1969/1992b [2]).

Em uma cultura marcada pelo individualismo, como a sociedade ocidental contemporânea, os fenômenos emocionais e cognitivos começam a ser considerados no senso comum como entidades ou eventos que ocorrem no interior do organismo, seja em uma mente imaterial ou no cérebro. Moore (1975 [04]) aponta isso ao argumentar que a consciência não é uma estrutura mental, e que

é um uso cultural que desmerecidamente eleva comportamento concreto a um misterioso processo mental, e desse modo inibe sua análise. Clara e simplesmente, o que permite à pessoa descrever seu próprio comportamento, tanto no nível aberto quanto encoberto, são as conseqüências fornecidas pela comunidade verbal. (p. 129)

Dizer que os fenômenos relativos à subjetividade são constituídos a partir de contingências sócio-verbais implica que, ao buscar as contingências que controlam verbalizações a respeito do “mundo interno”, sempre serão encontradas contingências públicas. A impossibilidade de uma linguagem puramente privada é argumentada na análise de Wittgenstein (1953/1975), e foi também já elaborada por Skinner (1945). Ela reflete-se ainda na literatura examinada (cf. Day, 1969/1992b [2]; Lahren, 1976 [7]; Moore, 2001 [57]).

A base do argumento da impossibilidade de uma linguagem privada é idéia de que toda resposta verbal tem origem social. Em concepções tradicionais da linguagem, o que confere sentido a uma declaração é sua correspondência com um fenômeno que existe independentemente do falante. A perspectiva funcional, no entanto, é uma alternativa ao pensamento referencial.

Na postura funcionalista, uma palavra não é a descrição de uma essência, mas uma resposta verbal que desempenha uma função em uma comunidade verbal. Essa função é

semelhante para os membros dessa comunidade, por convenção. Não existe qualquer propriedade da palavra que determine seu uso. As convenções que definem a função de uma verbalização são arbitrárias, e não existe uma correspondência formal entre uma determinada parcela da realidade e a palavra.

Se qualquer resposta verbal é emitida em acordo com critérios convencionados, não há como uma palavra descrever algo com o que apenas um sujeito possa entrar em contato. Não é possível afirmar que existe uma parcela da realidade que adquire sentido independente da interação entre sujeito e comunidade verbal. O “mundo interno” (ou estes estímulos privados) adquire sentido (ou função) a partir desta interação.

Desse modo, alguns autores apontam que mesmo ao estar se referindo a eventos relativos à subjetividade, o sujeito emite respostas verbais sob controle de contingências públicas, partilhadas pela comunidade verbal (e.g., Deitz & Arrington, 1984 [20]; Lahren, 1976 [08]; Morris, 1985 [24]; Ribes, 1982 [17]; Tourinho, 2006a [76], 2006b [77]). Como apontado por Tourinho (2006b [77]), “respostas verbais descritivas de eventos privados são adquiridas sob controle de um conjunto de estímulos que incluem estímulos públicos (esses tornando possível a ação reforçadora da comunidade verbal)” (p. 16).

A partir da compreensão de que o “mundo interno” do indivíduo é constituído a partir de contingências sócio-verbais dispostas pela cultura em que ele está inserido, mantêm-se uma coerência entre um tratamento de temas relativos à subjetividade e o sistema explicativo analítico-comportamental. É possível assim abordar os termos chamados “mentais” dentro de uma perspectiva relacional e monista.

Mas, ao especificar que os problemas relativos à subjetividade têm dimensões lingüísticas, o que podemos dizer sobre estímulos privados? Na literatura analítico-comportamental, estímulos privados irão assumir funções diversas na medida em que entram



em determinados tipos de relação entre o homem e o mundo. São essas relações que serão examinadas a seguir.

Aprende-se a falar sobre eventos privados da mesma maneira como se começa a falar de eventos públicos. É a ação da comunidade verbal que modela e reforça tais verbalizações, sempre sob controle de eventos públicos que acompanham a resposta privada. A resposta “estou sentindo dor” é reforçada diante de eventos públicos (uma pancada ou tecido danificado, por exemplo). Isso será verdade também no caso de sentimentos, por exemplo. O sujeito aprende a emitir respostas verbais como “estou triste” sob controle de eventos públicos a partir da exposição a contingências sócio-verbais. No entanto,

a Análise do Comportamento argumenta que comportamento verbal pode originar-se sob controle de circunstâncias públicas e o controle pode *então* ser transferido para estímulos privados, de forma que em situações específicas, o comportamento verbal em questão pode ser ocasionado por estímulos privados. (Moore, 2001 [57], p. 177 – itálicos acrescentados).

A função de estímulo discriminativo para respostas verbais é a mais citada na literatura como função assumida por estímulos privados (e.g., Anderson & cols. 2000 [48]; Day, 1976/1992a [6]; Darwich & Tourinho, 2005 [73]; DeGranpre, Bickel & Higgins, 1992 [29]; Lubinsky & Thompson, 1987 [25]; Moore, 1980 [16]; Schnaitter, 1978 [10]; Tourinho, 2006b [77]; Tourinho & cols., 2000 [49]; Zuriff, 1979[11]). Essa função é adquirida (e mantida) a partir da relação entre eventos privados e eventos públicos que participam de contingências de reforçamento dispostas pela comunidade verbal (Tourinho, 1999b).

O que é necessário é distinguir cuidadosamente entre (a) as condições responsáveis pela aquisição do comportamento verbal, que incluem verdadeiramente fatores publicamente observáveis, de (b) as condições responsáveis pelo comportamento verbal em uma dada circunstância, que não

necessariamente incluem fatores publicamente observáveis. (Moore, 2001 [57], p. 178)

De forma semelhante, a comunidade verbal pode dispor contingências que façam com que estímulos privados assumam outras funções que passam a controlar o comportamento do sujeito. Quando tornados relevantes pela comunidade verbal, estímulos privados podem assumir diferentes funções além de estímulo discriminativo. Nesse sentido, autores de linha analítico-comportamental têm apontado diversas funções que estímulos privados podem assumir: estímulos discriminativos, reforçadores e punidores (Moore, 2003 [65]); operações estabelecedoras (Dougher & Hackbert, 2000 [50]), estímulos especificadores de função (Anderson et. al., 2000 [48]). Também tem sido indicado que adquirem essas funções a partir de sua participação em classes de estímulos equivalentes (Degrandpre, Bickel & Higgins, 1992[29]) e em quadros relacionais (Friman, S. C. Hayes & col., 1998 [42]).

A cultura ocidental, em especial, reforça a auto-observação do comportamento, a partir de máximas como “conhece a ti mesmo”, ou pessoas felizes são aquelas que “agem com o coração”. Assim, passa a ser fundamental compreender “o que se está sentindo”

É também papel da comunidade verbal a disposição de contingências que tornam possíveis as descrições do próprio comportamento (Skinner, 1974/1976, 1989/2002b; Tourinho, 1995). Segundo Gongorra e Abib (2001), Skinner

entende que, sem a participação de um grupo social que fale uma mesma língua e compartilhe alguma cultura comum, ao qual ele denominou comunidade verbal, não é possível conhecer o mundo privado. Isto porque ele pressupõe que, de início, o mundo privado de cada um, tal como o ambiente, não é diferenciado. Apenas com a participação da comunidade verbal é possível a cada indivíduo aprender, desde criança, a ir fazendo discriminações a respeito de eventos de seu mundo privado. (Gongorra & Abib, 2001, p.15-16)

O autoconhecimento é possível apenas quando contingências verbais dispostas pela comunidade selecionam verbalizações descritivas do próprio comportamento. É importante lembrar, contudo, que o comportamento humano é multideterminado, sendo selecionado em variados níveis e dentro de um processo histórico que se estende por toda a vida do sujeito (Keenan & Dillenburger, 2000 [51]; Skinner, 1981/1988; Tourinho, 2006b [77]). Com isso, torna-se difícil (ou impossível) descrever todas as variáveis das quais o comportamento é função. É então que, novamente, a cultura age favorecendo a descrição do próprio comportamento sob controle de ocorrências internas ao sujeito.

Em culturas ocidentais modernas, contingências sociais não favorecem a discriminação de todas as fontes de controle de repertórios auto-descritivos. Elas favorecem mais frequentemente a discriminação do que ocorre no corpo do que a discriminação de relações comportamentais. É a exposição a contingências verbais que dá origem ao ambiente privado sobre o qual falamos e que faz alguns eventos fisiológicos adquirirem um controle discriminativo parcial de respostas verbais. (Tourinho, 2006b [77], p. 17)

Respostas sob controle de estímulos privados, apesar de selecionadas a partir de práticas individualistas, desempenham um importante papel na relação entre as pessoas na cultura ocidental contemporânea. Reconhecer os eventos que levam a essa importância é essencial para a compreensão da manutenção de relatos verbais sobre eventos privados.

Três aspectos do contexto sócio-verbal da ação humana que mantêm respostas auto-descritivas são discutidos por S. C. Hayes e Wilson (1994 [32]). O primeiro é o impacto de considerar literalmente o significado de expressões, tais como “Tornar o amor real é expulsá-lo de você para que ele possa ser de alguém” (Nando Reis, 2000, música 5); outro é a aceitação de explicações baseadas em pensamentos e sentimentos que controlam o comportamento, como quando se diz “Eu estou namorando por estar apaixonado”; e por fim,

as máximas e discursos que dizem que ser guiado pelas emoções e pensamentos é o meio adequados para levar a vida, uma noção bastante presente desde o movimento romântico de valorização da interioridade na arte.

Na mesma linha de S. C. Hayes e Wilson (1994 [32]), Anderson e cols. (1997 [24]) apontam razões que criam a predileção por explicações baseadas em eventos privados na linguagem cotidiana. Segundo os autores, explicações baseadas em emoções e cognições são consideradas suficientes pela comunidade verbal para explicar o próprio comportamento. Se uma pessoa diz que enviou flores para sua mãe porque a ama, isso é uma explicação válida do ponto de vista do senso comum. E esta resposta seria mais provavelmente reforçada socialmente que responder que o presente foi dado porque ela fez um almoço especial semana passada (descrevendo as contingências de controle da resposta naquele momento).

A esse efeito, combina-se a noção de que emoções e cognições são fenômenos internos, corrente no senso comum. À medida que o sujeito passa a responder verbalmente de um determinado modo a aspectos corporais, tais eventos começam a fazer parte de redes de relações entre estímulos e podem adquirir indiretamente outras funções. Em uma situação aversiva, uma pessoa pode dizer que está com medo, e práticas da comunidade verbal dizem que o medo é aquilo que é sentido pelo sujeito como estímulos interoceptivos ou proprioceptivos. Em outras situações, aquela sensação corporal pode controlar a resposta do sujeito de dizer “estou com medo”.

Na medida em que condições corporais vão sendo associados a explicações do comportamento, elas passam a assumir uma função importante na linguagem cotidiana para comunicar a outras pessoas determinados padrões de comportamento do sujeito. Ao afirmar que tenho preguiça, é pouco provável que eu vá sair de casa, por exemplo. Morris (1985 [25]) ressalta que falar de forma mentalista dentro de uma cultura internalista, para os efeitos das relações cotidianas, é produtivo (ou instrumental, para utilizar um vocabulário pragmatista). É

quando queremos uma linguagem científica que termos mentais passam a ser pouco funcionais<sup>15</sup>. Mas, nas interações verbais do dia a dia, eles comunicam dados relevantes sobre o comportamento do sujeitos. Segundo Wilson e S. C. Hayes (2000 [55]),

Explicações emocionais e cognitivas são formas de discurso que servem como predições para eventos futuros, e podem alterar o ambiente social através da persuasão de outros ou pelo apelo a razões convencionais de explicações do comportamento. (p. 30)

O papel da comunidade verbal é essencial para compreender os conceitos cognitivos e emocionais dentro de uma perspectiva relacional, como foi discutido nessa seção. Salientar essa importância é fundamental para uma abordagem pragmatista da subjetividade. Contudo, em alguns momentos analistas do comportamento ainda apresentam discursos que podem ser aproximados do representacionismo. O próximo tópico desenvolve essa questão.

### ***1.3. A questão da “imprecisão” das auto-descrições: Interpretação representacionista vs. Interpretação anti-representacionista.***

Em uma abordagem analítico-comportamental, respostas verbais a respeito de sentimentos e emoções são instaladas e reforçadas por uma comunidade verbal, com base em eventos públicos. Segundo Skinner (1945, 1974/1976), algumas dessas respostas podem ficar circunstancialmente ou parcialmente sob controle de estimulações proprioceptivas ou interoceptivas.

Em uma visão pragmatista de conhecimento e autoconhecimento, conceitos empregados na referência a fenômenos emocionais e cognitivos não descrevem essências internas, assim como conceitos empregados na referência a fenômenos atmosféricos não

---

<sup>15</sup> Essa questão será tratada de forma mais aprofundada no terceiro capítulo, Funções do Conceito de Eventos Privados.

descrevem propriedades essenciais de uma natureza física da Terra. Ao descrever as cognições e emoções, o sujeito continua sob controle de contingências dispostas por uma comunidade verbal – ou, para usar uma terminologia wittgensteiniana, continua participando de jogos de linguagem em uma comunidade lingüística.

Em alguns momentos, contudo, analistas do comportamento afastam-se dessa perspectiva, e ao discutirem a questão das auto-descrições reproduzem proposições representacionistas. Ao fazê-lo, utilizam o conceito de eventos privados de maneira que afasta tais autores de uma abordagem pragmatista.

Alguns autores, seguindo Skinner (1945), elaboram o problema das auto-descrições apontando uma imprecisão desse tipo de verbalização. Segundo esses autores (e.g., Brigham, 1980 [13]; Creel, 1980 [14]; Gongorra & Abib, 2001 [56]; Moore, 1980 [16], 2001 [57]), uma vez que se compreendam conceitos emocionais e cognitivos como respostas verbais, deve-se reconhecer que não há como os membros de uma comunidade terem certeza de que eventos específicos inacessíveis à observação pública estão assumindo o controle do comportamento verbal.

A imprecisão no condicionamento de respostas verbais a estímulos privados, contudo, é um problema apenas dentro de uma perspectiva representacionista de análise: há a suposição de que existe um fenômeno interno (privado) que deve ser nomeado de forma adequada pela comunidade verbal. Se esses eventos não podem ser nomeados de forma precisa, isso é um problema e as autodescrições um conhecimento pouco confiável e inadequado a uma análise científica (cf. Lamal, 1998 [44]).

Outro conjunto de autores reconhece que os conceitos emocionais e cognitivos imprimem uma configuração específica para lidar com uma série de fenômenos (e.g., Leigland, 1999 [46], 2003 [64]; Ribes, 1982 [17]; Schnaitter, 1978 [10]; Tourinho, 1994, 2006b [77]). Esses fenômenos têm uma dimensão pública, mesmo que estimulações

proprioceptivas ou interoceptivos estejam circunstancialmente funcionando como estímulos discriminativos para tais verbalizações.

A crítica sobre a imprecisão de relatos verbais evocados por estímulos privados é abordada por Schnaitter (1978 [10]), que aponta que não são apenas descrições de eventos privados que podem ter seu controle considerado impreciso ou confuso. Quando uma pessoa tateia eventos públicos, ela também pode emitir respostas que não seriam confiáveis por outras pessoas. Por exemplo, certa pessoa pode não ser capaz de tatear de forma adequada (para determinados padrões) uma determinada cor, caso ela não sido submetida a contingências verbais adequadas para diferenciar as cores rosa, lavanda e salmão, por exemplo. Os relatos verbais desta pessoa a respeito de cores semelhantes poderiam ser reconhecidos como tendo tão pouca credibilidade quando relatos verbais sobre determinados eventos privados.

Para alguns autores, a subjetividade tem a ver com certas descrições feitas pela comunidade verbal (e.g., Leigland, 1999 [46], 2003 [64]; Ribes, 1982 [17]; Tourinho, 2006b [77]). Os termos cognitivos e emocionais constituem descrições de determinadas formas de interação entre o homem e seu ambiente, sendo emitidos em circunstâncias diferentes daquelas que controlam respostas que não dizem respeito à subjetividade. Segundo Ribes (1982 [17]):

A subjetividade, privacidade e/ou internalidade dos eventos psicológicos não têm relação com seu estatuto de existência como eventos físicos ou eventos “mentais”, e sim constitui um problema relacionado com os níveis de descrição que uma comunidade lingüística estabelece para referir-se a formas particulares de interação de uma pessoa com outra ou consigo mesma. (p. 19)

Não há, portanto, uma distinção de essências entre o que é acessível e não acessível, aquilo que pode ser nomeado de forma adequada ou aquilo que a acessibilidade restrita de

alguns fenômenos dificulta à comunidade descrever de forma apropriada. O que podemos apontar é uma diferença na forma como essas atividades do sujeito são compreendidas pela comunidade verbal. Autores como Elias (1987/1994) e Figueiredo (2002) fazem uma discussão extensa sobre as contingências históricas que levaram as pessoas a tratar de sentimentos e emoções como fenômenos que são experienciados de forma privatizada. Contudo, uma exposição sobre essas contingências estaria além dos objetivos deste trabalho.

A postura relacional no tratamento da subjetividade, incluindo aqui seu anti-mentalismo, e a compreensão funcional da linguagem é um dos pontos fundamentais de aproximação entre Análise do Comportamento e concepções pragmatistas. Se compreendermos um conceito como uma resposta verbal emitida por uma comunidade científica, uma visão não-representacionista do conceito de eventos privados é essencial para manter a coerência do conceito com o sistema explicativo analítico-comportamental. Ao compreender o conceito de eventos privados como uma resposta verbal emitida por analistas do comportamento quando estes abordam os problemas relativos à subjetividade, é importante reconhecer que o conceito não descreve uma essência desses problemas. Ele constitui uma forma de sistematizar o conhecimento sobre esses problemas e orientar a ação do pesquisador ou profissional sobre eles (cf. Dittrich, 2004; Rorty, 1988/1997a, 1987/1997b). Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar como as dimensões lingüísticas do conceito de eventos privados refletem esse não-essencialismo, e como analistas do comportamento procuram discutir criticamente abordagens representacionistas do problema da subjetividade.

Woolfolk (1983) aponta que tanto pragmatistas quanto behavioristas radicais possuem os mesmos inimigos, que são as perspectivas mentalistas da subjetividade, que se assemelham a abordagens representacionistas. Uma das soluções encontradas tanto por analistas do comportamento quanto por pragmatistas para lidar com conceitos emocionais e cognitivos sem recorrer ao mentalismo está na abordagem relacional dos fenômenos. Exploramos nesse



capítulo ainda como a concepção relacional dos problemas relativos à subjetividade aparece na literatura analisada. Podemos apontar que um dos pontos centrais é na rejeição de enfoques não-relacionais: analistas do comportamento criticam abordagens mentalistas e organicistas, que tendem a identificar emoções e cognições como ocorrências no indivíduo. Ainda assim, na literatura analítico-comportamental, encontramos abordagens fisicalistas da subjetividade (e.g., Creel, 1980 [14]; Stemmer, 1992 [30]), que ainda que não possam ser consideradas mentalistas ou organicistas, ainda se constituem como visões não-relacionais dos problemas relativos à subjetividade.

A abordagem analítico-comportamental de emoções, sentimentos e cognições também aproxima-se do pragmatismo ao atribuir grande importância ao tratamento da subjetividade como fenômeno verbal. Essa visão pode ser considerada não-essencialista e não representacionista. Apesar disso, alguns analistas do comportamento ainda elaboram o problema da privacidade aproximando-se do representacionismo, por exemplo, discutindo a (im)precisão da descrição de eventos privados.

O tratamento dos problemas abordados neste capítulo será importante nos próximos capítulos para discutir outros aspectos relacionados ao uso do conceito de eventos privados na literatura analítico-comportamental. O próximo capítulo discute a questão da coerência do conceito de eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental, enquanto o capítulo 3 aprofunda a discussão da instrumentalidade do conceito.

## **CAPÍTULO II. A AUSÊNCIA DE VISÃO CONSENSUAL SOBRE A COERÊNCIA DOS USOS DO TERMO EVENTOS PRIVADOS COM SISTEMA EXPLICATIVO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.**

O processo de validação de um conceito científico envolve uma apreciação de sua coerência com um corpo teórico compartilhado pelos membros de uma comunidade científica. Ao descrever um evento, o cientista não está sob controle apenas do fenômeno em si, mas está inserido em uma comunidade lingüística que compartilha uma série de pressupostos e crenças. Para que uma descrição seja considerada verdadeira, ela precisa ser coerente com o sistema explicativo adotado, além de permitir operar efetivamente com o objeto de estudo.

Há muito debate ainda entre analistas do comportamento sobre a importância de lidar com fenômenos relacionados à subjetividade, e quanto à abordagem desses fenômenos com o conceito de eventos privados. Dois pontos são discutidos aqui: primeiro, apontaremos que a literatura apresenta usos diferentes para o termo eventos privados, limitando as possibilidades de uma argumentação única a respeito da coerência entre o conceito e o sistema explicativo. O segundo ponto diz respeito à relação entre o uso do conceito e os métodos empregados pela ciência do comportamento.

Sugerimos neste capítulo que a falta de consenso na literatura acerca dos usos do termo eventos privados decorre do fato de analistas do comportamento emitirem esta resposta verbal sob controle de diferentes fenômenos e de uma visão por vezes reificada dos fenômenos relativos à subjetividade.

## ***2.1. Diferentes Usos do Termo Eventos Privados***

Ainda que vários autores apontem a importância para a Análise do Comportamento de lidar com fenômenos relativos à subjetividade (e.g., Anderson & cols., 1997 [37]; Deitz & Arrington, 1984 [20]; Friman, S. C. Hayes & col., 1998 [42]; Keenan, 1996 [36]; Moore, 2000 [52], 2001 [56]; Overskeid, 1994 [33]; Tourinho, 2006a [76], 2006b [77]), não há consenso na literatura sobre se os fenômenos emocionais e cognitivos devem ser tratados com o conceito de eventos privados. Isso se reflete em diversos usos do termo e diferentes posturas sobre a coerência entre o conceito e o sistema explicativo analítico-comportamental.

Na literatura analisada, foram encontrados usos do termo eventos privados que caracterizam principalmente duas posições distintas. Nesta seção, apresentaremos brevemente cada um desses usos e discutiremos a coerência deles com outros conceitos e princípios da Análise do Comportamento.

Uma primeira posição é defendida por autores que consideram que a única diferença entre eventos privados e públicos é sua acessibilidade restrita (cf. Calkin, 2003 [59]; Gongorra & Abib, 2001 [56]; Place, 1993 [31]; Moore, 1975 [4], 1980 [16], 2000 [52], 2001 [57]; Simonassi, Tourinho & Silva, 2001 [51]). Para esses autores, não deve haver diferença entre o uso do conceito de eventos privados e o conceito de eventos públicos, do ponto de vista de que ambos referem-se a eventos que podem ser considerados termos de relações comportamentais. Esse seria o uso do conceito coerente com a proposta de Skinner (1945).

Leigland (2003 [64]) afirma que um fenômeno ser público ou privado deve ser irrelevante para o analista do comportamento, uma vez que este deve estar preocupado com a função daquele evento, e não se ele é ou não acessível à observação pública. Assim, ao explicar um fenômeno, o analista do comportamento pode utilizar o conceito de eventos privados para reportar-se a fenômenos que não podem ser observados diretamente, sem entrar em conflito com o sistema explicativo.

Vários dos autores que utilizam o conceito dessa maneira estão voltados para a prática profissional (e.g., Banaco, 1999 [45]; Guilhardi, 2004; Hayes, 2004; Kohlenberg & Tsai, 1991/2001), onde os problemas apresentados ao analista do comportamento são definidos pelo cliente em termos de sentimentos e emoções. Para então dar conta dos fenômenos emocionais e cognitivos, o analista do comportamento lança mão do conceito de eventos privados.

Descrever um fenômeno como público ou privado é uma resposta verbal do analista do comportamento sob controle da acessibilidade do fenômeno (pelo menos, a princípio), e não uma propriedade que descreva algo de essencial dos fenômenos. Qualificar eventos como públicos ou privados é uma forma de comportar-se diante dos mesmos, como apontamos no capítulo anterior.

Alguns autores apontam ressalvas quanto à análise de fenômenos relativos à subjetividade, como a feita por Critchfield e Epting (1998 [41]). Esses autores afirmam que a posição skinneriana (e, por extensão, analítico-comportamental) “defende o uso de um princípio comum para dar conta de comportamentos verbais públicos e privados, não necessariamente uma equivalência entre as duas formas” (p. 66). Isso se daria porque

respostas são partes de relações funcionais discretas, indivisíveis. Alterar um componente dessas relações (i.e, neutralizando fatores que façam com que o comportamento verbal seja emitido de forma encoberta) não ilumina comportamentos previamente obscuros. Ele produz novas relações funcionais. (p. 66-67)

Tourinho (1997 [39], 2006a [76]) adverte ainda que ao utilizar o conceito de eventos privados, o analista do comportamento não deve promover discussões sobre eventos emocionais ou cognitivos como internos ao sujeito que os experimenta. Ao lidar com o conceito, o cientista e o profissional estão voltados para termos de relações comportamentais,

e ao lidar com eventos relacionais não faz sentido indicar um “espaço” em que tais fenômenos ocorrem ou um “recipiente” em que acontecem.

Os autores que defendem que a única diferença entre eventos públicos e eventos privados é a acessibilidade restrita destes consideram coerente o conceito de eventos privados com o sistema explicativo (e.g., Moore, 2001 [57]; Schnaitter, 1978 [10], 1987 [26]; Zuriff, 1979 [11]). A diferença de acessibilidade não conduz à necessidade de quaisquer princípios ou proposições novas em análise do comportamento. Esses autores utilizam o conceito para lidar com estímulos e respostas que não podem ser publicamente observáveis, mas que participam de relações funcionais.

A posição de que o conceito de eventos privados é coerente com o sistema explicativo analítico-comportamental não pode ser considerada um consenso na área. Autores como Stemmer (1992 [30], 2003 [67]), Lamal (1998 [44]), McDonough e Layng (Palmer & cols., 2004 [69]) postulam a incoerência do termo eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental. Ainda que esta posição seja defendida por um número reduzido de autores na literatura que trata de eventos privados (apenas os quatro citados), as críticas são interessantes de serem consideradas por denotarem um uso do conceito de eventos privados diferente do que o considera coerente com a Análise do Comportamento. Para os defensores dessa posição, o termo evento privado diz respeito a fenômenos que ocorrem sob a pele; mas nada ocorre no interior do corpo que não sejam eventos fisiológicos. Logo, o termo eventos privados é desnecessário para o analista do comportamento, pois seria papel da fisiologia o estudo desses fenômenos.

Stemmer afirma que o interesse por eventos privados é perigoso à Análise do Comportamento, por pressupor a existência de fenômenos sobre os quais não há evidência empírica suficiente (Stemmer, 2003 [67]; ver também Wisocki, 1976 [5]). Para Lamal (1985

[23], 1998 [44]) e Stemmer (2003 [67]), não há uma definição clara de que fenômenos seriam abordados com o conceito de eventos privados.

Como sugerem Stemmer (2003 [67]) e Lamal (1985 [23]), se o termo eventos privados reporta-se a eventos fisiológicos, um problema adicional é apontado pelos defensores dessa posição: o fato de que descreve fenômenos que não são passíveis de controle. Haveria pouco ou nenhum ganho em estudar um fenômeno que não renderia ao cientista um maior poder preditivo e tecnológico. O termo, assim, não traria para o analista do comportamento qualquer ganho, teórico ou prático, para abordar os problemas comportamentais.

Rachlin (2003) também relaciona o termo eventos privados a eventos fisiológicos. Ainda que aceite a importância de estudar a privacidade, ele afirma a possibilidade de estudar fenômenos emocionais e cognitivos independentemente de eventos privados. Para o autor, a questão de o que se passa dentro do corpo não pode ser adequadamente estudada pelo analista do comportamento. Rachlin entende que quando os behavioristas assumem a existência de fenômenos inacessíveis à observação pública, que possuem algum valor explicativo, eles necessariamente competem com cognitivistas, fisiólogos e psicólogos introspeccionistas em seus próprios campos. E, comparada a eles, Rachlin (2003) entende que a proposta behaviorista é “simplista, crua, e irrelevante para as preocupações humanas” (p. 189).

De acordo com Rachlin (2003), ao aceitar os fenômenos internos como relevantes para a análise funcional do comportamento, o pesquisador estaria deixando de voltar-se para o ambiente, onde estariam as contingências determinantes das respostas do organismo. Nesse sentido, a Análise do Comportamento incorreria no mesmo erro que ela aponta nas psicologias introspeccionistas. Isto é, o conceito de eventos privados representa um retorno ao internalismo (Rachlin, 2003; ver também Lamal, 1998 [44], Stemmer, 1992 [30], 2003 [67]). Mesmo que o analista do comportamento evite a noção do homem autônomo e livre que foi repetidamente combatida por Skinner (1974/2002, 1974/1976, 1990/1999), como teme Lamal

(1998 [44]), ainda existe o perigo do cientista interromper sua análise em fatores internos, em vez de buscar as variáveis de controle ambientais.

Rachlin (2003) afasta-se em parte do behaviorismo radical ao utilizar o termo eventos privados sob controle de uma dimensão espacial, isto é, referindo-se com esse conceito a fenômenos internos. Os eventos internos não possuiriam funções comportamentais e obscureceriam a análise de fenômenos relevantes. É importante apontar, contudo, que ao referir-se a eventos privados, Rachlin está emitindo uma resposta verbal sob controle de variáveis diferentes daquelas que controlam autores como Skinner (1945; 1974/1976) e outros (e.g., Moore, 2000 [52], 2001 [57]; Schnaitter, 1978 [10]), usando o termo para lidar com fenômenos internos e não com termos de relações funcionais, por exemplo. Analistas do comportamento poderiam inclusive concordar com suas críticas a eventos internos, distinguindo o que seriam eventos internos e o que estaria sendo referido com o conceito de eventos privados.

Rachlin é um dos principais autores que defendem a chamada abordagem *molar* do comportamento. Nesta perspectiva de análise, os autores lidam com recortes mais amplos de fenômenos, em análises que podem ser compostas de vários eventos, chamados ocorrências. A visão molar de eventos psicológicos deve bastante à análise conceitual de Gilbert Ryle (Baum, 2005). Para Ryle (1949/1963), alguns conceitos devem ser compreendidos como disposicionais<sup>16</sup>. Quando apontam que a subjetividade deve ser entendida com conceitos disposicionais, Ryle está afirmando que conceitos psicológicos não dizem respeito a ocorrências discretas no tempo, mas a padrões ou processos em períodos estendidos. Quando alguém diz que deseja sorvete de cupuaçu, por exemplo, não está descrevendo uma determinada atividade interna ao organismo. Está dizendo que poderia ir até uma sorveteria, e

---

<sup>16</sup> A possibilidade de tratar conceitos psicológicos como disposições na Análise do Comportamento já foi desenvolvida por autores como Lopes (2003, 2004).

provavelmente não pediria um sorvete de sabor chocolate. O desejo não está em algo interno, mas desejo é ir até a sorveteria, pedir o sorvete, falar sobre isso.

Ao analisar conceitos “mentais”, Ryle argumenta que a oposição mente e corpo é fantasiosa, na medida em que corresponde ao que poderia ser chamado de um “erro de categoria” – um uso indevido de um conceito. A lógica do conceito de mente é distinta da de corpo; enquanto esta última reflete elementos discretos no espaço e tempo, aquela primeira consiste de um rótulo para uma série de eventos ocorrendo em períodos mais amplos. Não faz sentido, portanto, uma oposição entre os dois conceitos – ou a postulação de variáveis intervenientes internas para adequar a explicação de termos mentais em uma explicação natural dos fenômenos (natural aqui, por oposição a sobrenatural).

Autores que abordam a questão da subjetividade a partir de uma visão molar dos fenômenos afastam-se da Análise do Comportamento tradicional de base skinneriana<sup>17</sup>. Ao analisar eventos psicológicos estendidos no tempo, autores molaristas prescindem da necessidade de reportar-se a estímulos privados e respostas encobertas, como apontado por Rachlin (2003). Para o autor, a abordagem de fenômenos relativos à subjetividade não impõe a referência a eventos discretos e, portanto, não precisa fazer referência a eventos não observáveis publicamente. Todos os eventos psicológicos podem ser explicados a partir de relações públicas estabelecidas entre sujeito e ambiente. Assim, eventos privados não fariam parte do objeto de estudo da Análise do Comportamento. Essa discussão foi resumida por Gongorra e Abib (2001 [56]):

No nível macro ou molar de análise, portanto, as ocorrências de eventos privados, sejam eles estímulos ou respostas, nada explicam, eles são explicados pelos

---

<sup>17</sup> Apesar de afastar-se da Análise do Comportamento skinneriana, Rachlin (e outros autores que serão citados ao longo do trabalho, como por exemplo L. J. Hayes, que apresentam análises divergentes de Skinner) fazem parte comunidade verbal analítico-comportamental. Isto é, eles publicam em periódicos e livros de Análise do Comportamento, participam de congressos e sociedades dessa área, ou seja, se expõem às contingências dessa comunidade científica.



processos ambientais de variação e seleção. Contudo, numa microanálise, em um modelo relacional, nada impede que estímulos privados possam, sob contingências especiais, assumir função de variável independente e controlar a ocorrência de certas respostas. (p. 23)

As contingências especiais a que os autores se referem são aquelas apontadas anteriormente: a dependência da comunidade verbal para, quando estamos nos referindo a fenômenos psicológicos, tornar relevantes determinadas ocorrências orgânicas, que passam a funcionar como estímulos privados, e dispor contingências para fazer com que respostas abertas passem a ser emitidas na forma encoberta (cf. Palmer & cols., 2004 [69]; Tourinho, 1997 [39], 2006b [77]).

Dizer que em uma abordagem molar o cientista ou o profissional não precisa ou não deve utilizar o termo eventos privados revela um uso específico deste termo. Embora os molaristas afirmem que fenômenos emocionais e cognitivos não são fenômenos passíveis de serem tratados a partir de ocorrências discretas, os autores que defendem a abordagem molar ressaltam o aspecto relacional dos conceitos psicológicos, de forma diferente por exemplo da proposta fisicalista de Stemmer (1992 [30]).

Para os autores que se posicionam contra o uso do termo eventos privados para lidar com a subjetividade não haveria como articulá-lo com o sistema explicativo que se propõe relacional e externalista. Para eles (e.g., Rachlin, 2003), falar em eventos privados constitui um retrocesso para a Análise do Comportamento.

Além dessas duas posições veiculadas na literatura analítico-comportamental – a que lida com eventos privados como apresentando as mesmas propriedades de eventos públicos, e a que aponta que o conceito não descreve questões relevantes para o estudo da subjetividade – é possível encontrar abordagens que lidam com o problema da subjetividade sem recorrer ao conceito de eventos privados, mas cujas elaborações são compatíveis com a proposta

skinneriana. Duas alternativas serão discutidas a seguir: a análise baseada nos jogos de linguagem desenvolvida por Wittgenstein e as propostas baseadas no interbehaviorismo de Kantor. Uma vez que o propósito deste trabalho é discutir os usos do termo eventos privados, está além de seus objetivos uma discussão aprofundada de tratamentos que não se apropriam dele. Contudo, consideramos que, mesmo que brevemente, registrar algumas considerações sobre essas propostas é relevante no sentido de indicar a existência de alternativas coerentes com a Análise do Comportamento para o tratamento de questões relativas à subjetividade. Essas propostas, apesar de não serem estritamente analítico-comportamentais, são discutidas por autores que publicam em periódicos da área e expõem-se a essa comunidade científica<sup>18</sup>. Além disso, ainda que essas análises possuam alguns pontos que as afastam da literatura analítico-comportamental propriamente dita, algumas de suas proposições podem contribuir com a área.

A análise baseada em Wittgenstein é sugerida por Begelman (1976 [5]), Deitz e Arrington (1984 [20]) e Morris (1985 [24]). Para os autores, o analista do comportamento deve tratar fenômenos emocionais e cognitivos como fenômenos lingüísticos. Um conceito emocional ou cognitivo participa de determinados jogos de linguagem em uma dada comunidade lingüística, e o estudo desses fenômenos é impossível sem uma compreensão desses jogos. Deitz e Arrington (1984 [20]) exemplificam essa questão do seguinte modo:

Considere o caso de dizer “estou com uma dor de cabeça de rachar”. Wittgenstein pensava que muitos problemas intelectuais poderiam ser evitados se nos voltássemos para o jogo de linguagem em que essa declaração é emitida. Qual é esse jogo de linguagem? Ele inclui a propriedade de algumas ações por parte de outros provendo simpatia ou tratamento; inclui também a possibilidade de outras

---

<sup>18</sup> A possibilidade de que posições sejam compatíveis com a Análise do Comportamento não é consenso na área (e.g., Lamal, 1985 [23], para críticas à incorporação de proposições da filosofia de Wittgenstein às explicações analítico-comportamentais).

ações por parte do falante, tais como gemidos, levar a mão à cabeça, e assim por diante. Entender o contexto de atividades públicas interrelacionadas é ver que “estou com uma dor de cabeça de rachar” não serve (meramente) para relatar um sentimento interno. Se é que é possível dizer que descreve um sentimento, é um sentimento que está conceitualmente relacionado suas às expressões comportamentais (gemitir, pressionar a cabeça, etc.) e as reações apropriadas de outras pessoas a ele. (p. 5)

O estudo da subjetividade não seria, portanto, uma questão que envolveria estímulos privados ou respostas encobertas, e sim os processos verbais implicados em determinadas formas de descrição das relações entre o sujeito e seu ambiente. Entender um conceito psicológico é entender em que condições esse conceito é utilizado em uma comunidade lingüística, e que comportamentos (do falante e dos ouvintes) está relacionado a ele.

Ao abordar um conceito que seria considerado no senso comum como descritivo um evento subjetivo ou mental, na perspectiva defendida por Wittgenstein (1953/1975) é necessário perguntar a respeito do que o sujeito está falando. Um exame do comportamento verbal indicaria que, quando usamos termos mentais, não estamos nos referindo a entidades, e sim a relações e formas de se comportar. Termos mentais não dizem respeito a fenômenos inacessíveis à observação pública, e sim a padrões de comportamento de uma comunidade verbal (cf. Morris, 1985 [24]).

A posição difere daquela de Leigland (2003 [64]), Moore (2001 [57]) e Tourinho (2006b [77]), porque esses autores aceitam análises que a possibilidade de fenômenos inacessíveis à observação pública controlarem respostas verbais (ainda que adquirir essa função seja dependente de uma interação com a comunidade verbal), e que esses fenômenos são relevantes para se falar de problemas relativos à subjetividade. Contudo, em uma análise conceitual, o pesquisador não precisa voltar-se a eventos inacessíveis à observação pública,

uma vez que fenômenos relativos à subjetividade reportam-se a eventos públicos, e não privados. O conceito de eventos privados, nesse tipo de análise, é desnecessário para lidar com a subjetividade.

L. J. Hayes (1994), Ribes (1982 [17]) e Tourinho (2004) apontam alternativas ao tratamento behaviorista radical de eventos privados a partir do Interbehaviorismo. Segundo Tourinho (2004), Kantor dá uma grande ênfase ao fato de que, quando um sujeito se comporta, é um organismo como um todo, e não partes de um organismo, que está se comportando<sup>19</sup>. Se for um organismo como um todo que se comporta, *em qualquer resposta emitida* parte da resposta não pode ser observada publicamente. Assim, não existe qualquer necessidade de propor que existam fenômenos acessíveis e não acessíveis à observação pública; o grau de observabilidade de uma resposta irá variar entre mais ou menos observável. Essa observabilidade pode variar de acordo com fatores como o grau de ativação do aparelho motor ou a familiaridade do sujeito que observa com a pessoa que se comporta, por exemplo. O fato de um sujeito entrar em contato de forma única com seu próprio comportamento, percebendo-o de forma como nenhuma outra pessoa pode perceber, é uma característica comum a todas as respostas que um organismo emite, e não apenas a respostas privadas. O que faz fenômenos emocionais e cognitivos especiais (no sentido de diferentes de dar um passo, por exemplo) é uma série de práticas culturais que sugerem que emoções e cognições sejam consideradas “internas” e vistas como ocorrências no indivíduo, no lugar de relações.

Para L. J. Hayes (1994), o tratamento conferido por Kantor ao problema da privacidade é mais coerente do que o skinneriano. Segundo Tourinho (2004, 2006b [77]), as considerações de Kantor a respeito da subjetividade não são incompatíveis com o sistema explicativo analítico-comportamental, ainda que parta de conceitos diferentes.

---

<sup>19</sup> Skinner (1953/1965; 1974/1976) também argumenta que é um organismo como um todo que se comporta, mesmo quando estamos falando de emoções e cognições. Contudo, sua elaboração é diferente da desenvolvida por Kantor, por abordar sentimentos e emoções com o conceito de eventos privados.

De acordo com o que foi discutido até o momento neste capítulo, é possível apontar que não há uma visão consensual sobre a necessidade do conceito de eventos privados para o estudo de emoções e cognições, nem acerca das condições sob as quais é possível lançar mão do conceito para discutir determinado conjunto de fenômenos. Duas questões podem ser levantadas para explicar essa variedade de posições: a primeira, a de que ao emitir a resposta verbal “eventos privados”, os analistas do comportamento estão sob controle de diferentes fenômenos; a segunda questão é uma disputa entre análises molares e moleculares no estudo do comportamento.

### *2.1.1. Evento Privado como Resposta Verbal sob Controle de Fenômenos Distintos*

Freqüentemente na literatura analítico-comportamental o termo eventos privados é utilizado sob controle de fenômenos distintos com variados graus de complexidade. Esse argumento é defendido por Tourinho (2006b [77]):

O uso do conceito de eventos privados na literatura analítico-comportamental mostra que pelo menos três classes de eventos são relevantes: (a) condições fisiológicas, (b) estímulos e respostas como componentes de relações comportamentais, (c) relações comportamentais. De acordo com que classe é referida, certos argumentos sobre privacidade podem ou não ser válidos. *Dificuldades conceituais e desacordos podem surgir do fato de que algumas asserções são feitas sobre a privacidade de um modo geral, ainda que elas se apliquem a apenas uma instância de eventos mencionados.* (p. 22-23, itálicos acrescentados)

Mais adiante, Tourinho (2006b [77]) exemplifica como um conceito emocional pode ser utilizado sob controle de diferentes conjuntos de fenômenos:

“Medo” é uma resposta verbal emitida sob controle de conjuntos mais ou menos complexos de relações. Considere-se o exemplo do medo de uma criança em relação a seu (sua) professor(a). O medo da criança pode limitar-se a um conjunto de respostas fisiológicas condicionadas (e.g., aceleração do batimento cardíaco), eliciadas pela presença do(a) professor(a). Na medida em que a criança é exposta a contingências operantes aversivas, dispostas pelo(a) professor(a) (e.g., críticas e ameaças contingentes a sua participação em atividades em sala), ela pode aprender a fugir ou evitar a presença do professor (e.g., “adoecendo” nos dias de aula, machucando um colega para ser retirado de sala, pedindo aos pais para ser levada para casa etc.). A criança pode, também, aprender (quando exposta a contingências sociais apropriadas) a observar o próprio corpo e a descrever-se com medo. A criança pode, ainda, aprender, por meio de processos verbais, que as pessoas que sentem medo de professores são pouco inteligentes e que é uma vergonha ser pouco inteligente. Em todas essas circunstâncias, vemos instâncias de medo, mas essas instâncias são fenômenos que claramente diferem em complexidade. Em todas as circunstâncias respostas encobertas [ou] estímulos privados estão envolvidos, e isso torna o medo uma instância de eventos privados. Contudo, as diferenças em complexidade são tão relevantes que implicam em abordagens distintas para lidar com o medo de alguém... Assim, para ser mais preciso, medo não é algo específico, mas existem muitos “medos” (p. 27).

Grande parte das polêmicas observadas na literatura a respeito da coerência e da instrumentalidade do termo eventos privados parece ter como fundo uma imprecisão com respeito a que tipo de fenômeno está sendo referido. Autores como Stemmer (1992 [30], 2003 [67]) e Lamal (1998 [44]), ao usarem o termo para voltar-se para ocorrências

fisiológicas, o consideram incoerente com o sistema explicativo analítico-comportamental, dado que não se refere a fenômenos comportamentais. Como apontado por Tourinho (2007), compreende-se quando um analista do comportamento... afirma que eventos privados podem ser vistos como produtos colaterais das contingências, ou quando sugere (e.g., Skinner, 1953/1965) que eventos privados podem ser ignorados na intervenção comportamental. Compreende-se que, nessas circunstâncias, o analista do comportamento está sob controle daquelas condições anátomo-fisiológicas, que de fato constituem um outro produto da história genética e ambiental, isto é, não se confundem com o produto comportamental (p. 6).

Entretanto, em análises como as feitas por Simonassi e cols. (2001 [58]) ou DeGrandpre e cols. (1994 [29]), os autores estão usando o conceito de eventos privados para referir-se a termos de relações comportamentais, que podem tanto ser estímulos quanto respostas que não podem ser publicamente observadas de forma direta. Nesses casos, o uso do conceito é importante para explicar processos de comportamentais, tal como a aquisição de funções de estímulo por determinados eventos.

Por fim, outra possibilidade é a que utiliza o termo eventos privados sob controle de relações mais complexas. Esse tipo de análise pode ser encontrada em autores como Friman, S. C. Hayes e col. (1998 [42]), Costa (2005 [72]) e Vandenberghe (2004 [71]), que utilizam o termo eventos privados como sinônimo de emoções, sentimentos e cognições. Nesses casos, o conceito não se refere a um evento específico, mas a fenômenos mais complexos que podem envolver até várias relações comportamentais entrelaçadas.

Não se trata, pois, de afirmar que alegações de alguns autores sobre a coerência do termo eventos privados são ou não corretas. Pretendemos argumentar que a ausência de uma visão consensual acerca da coerência do termo eventos privados com o sistema explicativo analítico-comportamental se dá devido a diferenças quanto ao seu uso por autores da Análise

do Comportamento. É um uso específico do termo que pode ser considerado coerente ou não com o sistema explicativo, e não é possível fazer uma afirmação geral sobre todos esses usos. Debates em que os autores emitem a resposta verbal “eventos privados” sob controle de fenômenos diferentes podem tornar-se pouco produtivos (e.g., Friman, S. C. Hayes & col. 1998 [42], Frimam, Wilson & col., 1998 [43], em discussão com Lamal, 1998 [44]; ou Moore, 2001 [56] com Stemmer, 2003 [67]).

## ***2.2. Usos do Termo Eventos Privados e os Métodos da Análise do Comportamento.***

Uma ciência do comportamento pode estudar relações das quais participam eventos inacessíveis a uma observação pública direta? A questão, colocada para os analistas do comportamento, encontra respostas diversas, dependendo do uso que os autores fazem do termo eventos privados. Nesta seção, tentaremos identificar os diversos usos do termo em relação ao método experimental e à interpretação.

O método experimental é considerado o método tradicional da Análise do Comportamento, por ser aquele mais adequado à investigação de relações funcionais entre eventos (e.g., Gongorra & Abib, 2001 [56]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]). Contudo, este método é baseado na observação e manipulação de variáveis. Instaura-se, então, um impasse para o analista do comportamento: como estudar e manipular variáveis que, por definição, não são acessíveis à observação pública? Ao assumir que alguns fenômenos são inacessíveis à observação pública, é possível cair em um problema para uma ciência experimental, na medida em que tais eventos terão que ser tratados de forma unicamente inferencial. Se o método da Análise do Comportamento é experimental, eventos privados estariam fora do escopo dessa ciência.

Alguns autores apontam a impossibilidade de lidar com fenômenos inacessíveis à observação pública a partir do método experimental (cf. Lamal, 1998 [44]). Ainda assim há



alguns poucos trabalhos de pesquisa básica sobre o tema: Sete (10%) dos textos analisados trazem pesquisas desse tipo (Cohen & Blair, 1998 [40]; DeGrandpre & cols., 1992 [29]; Garcia-Serpa, Meyer & Del Prette, 2003 [63]; Lubinsky & Thompson, 1987 [25]; Moróz & cols., 2005 [74]; Simonassi & cols., 2001 [58]; Taylor & O'Reilly, 1997 [38]); outros cinco dedicam-se a discutir a possibilidade de estudo experimental de eventos privados (Branch, 2006 [75]; Critchfield & Epting, 1998 [41]; Kirby & Bickel, 1995 [35]; Place, 1993 [31]; Wisocki, 1976 [5]); e um traça um panorama sobre estudos empíricos a respeito de eventos privados na literatura de Ensino de Precisão (*Precision Teaching* - Calkin, 2002 [59]).

Alguns autores que estudam variáveis inacessíveis à observação pública direta por meio do método experimental utilizam metodologias que induzem determinadas condições anátomo-fisiológicas a partir da administração de drogas (e.g., DeGrandpre & cols., 1992 [29]; Lubinsky & Thompson, 1987 [25]). Outra possibilidade de estudo experimental de eventos privados é desenvolvida por autores que estudam respostas encobertas ao planejarem contingências que as tornam públicas (e.g., Calkin, 2002 [59]; Moróz & cols., 2005 [74]; Simonassi e cols., 2001 [58]). Nessas metodologias, os autores lançam mão do conceito de eventos privados para dar conta de uma ocorrência que não pode ser observada, mas que teria relação com aquilo que é diretamente observado. Apresentaremos ambas as soluções a seguir<sup>20</sup>.

*Respostas sob controle de estimulação privada induzida por drogas:* Em dois experimentos publicados (DeGrandpre & cols., 1992 [29]; Lubinsky & Thompson, 1987 [25]), os pesquisadores treinaram sujeitos a reportar estímulos privados que foram induzidos pelo experimentador por meio de drogas.

---

<sup>20</sup> Outros métodos que apareceram nos textos selecionados poderiam ainda ser analisados (e.g., Cohen & Blair, 1998 [40]; Garcia-Serpa & cols., 2003 [63]; Howard & Rice, 1988 [27]; Taylor & O'Reilly, 1997 [38]), mas uma revisão de todos os métodos de estudo de eventos privados estaria além dos objetivos desse trabalho; por isso, apresentaremos apenas aquelas que apareceram mais de uma vez nos textos analisados.

Lubinsky e Thompson (1987 [25]) utilizaram cocaína, pentobarbital e uma substância salina (que funcionava como condição placebo) para induzir determinadas condições fisiológicas em sujeitos experimentais (pombos). Essas condições eram usadas como ocasião para que o pombo (chamado de “tateador” pelos experimentadores) pressionasse um disco específico. A resposta servia então de ocasião para outro pombo (chamado pelos experimentadores de “mandante”, por emitir o equivalente a um mando) pressionar outro disco que, se correspondesse à substância administrada ao “tateador”, liberava reforço para ambos os sujeitos.

Lubinsky e Thompson (1987 [25]), com esse procedimento, oferecem um modelo animal de comunicação de eventos privados, treinando ambos os animais para funcionarem como uma pequena “comunidade verbal” que questiona seus membros a respeito do que eles estão sentindo. O experimento retrata, ainda que de forma simplificada, como um determinado falante pode relatar eventos a que a comunidade verbal não tem acesso. Este seria um modelo experimental de introspecção, onde o sujeito experimental é ensinado a relatar determinadas ocorrências a que apenas ele tem acesso.

DeGrandpre e cols. (1992 [29]) utilizam um tipo de benzodiazepina e placebo para treinar sujeitos a responderem sob controle de estimulação privada. Nesse experimento, os autores trabalharam com duas respostas (uma verbal e outra não-verbal) sob controle de estimulação privada. Sujeitos humanos foram treinados em um procedimento de pareamento ao modelo, em que um dos estímulos de comparação seria uma estimulação interoceptiva produzidos por uma das drogas. O sujeito respondia em um computador com três botões, que indicavam estímulos na tela. Os resultados apontam que não apenas respostas verbais e não-verbais (pressionar o botão e falar qual botão está pressionando) podem ficar sob controle de estímulos interoceptivos, como estas relações podem ser aprendidas por meio de

procedimentos de equivalência de estímulos (essa afirmação será essencial para trabalhos como Friman, S. C. Hayes e col., 1998 [42], e Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55])

Alguns autores que têm defendido a importância da análise de estímulos privados induzidos por psicofármacos (Branch, 2006 [75]; Kirby & Bickel, 1995 [35]). Kirby e Bickel (1995 [35]) apontam que uma extensa literatura em farmacologia comportamental, apesar de normalmente escrita e voltada para uma audiência mentalista, possui uma larga quantidade de dados a respeito dos “efeitos subjetivos” produzidos por drogas. Tais pesquisas podem auxiliar na explicação de como eventos privados podem interferir no controle de respostas verbais, e assim contribuir para a explicação do comportamento complexo.

*Publicização de respostas encobertas*: um segundo tipo de procedimento utilizado para estudar eventos privados por meio do método experimental é aquele que utiliza contingências para tornar públicas respostas encobertas. Apresentaremos aqui alguns desses procedimentos.

Simonassi e cols. (2001 [58]) apresentam uma metodologia para o estudo de respostas encobertas, a partir da disposição de contingências que levam a tornar públicas estas respostas. Os sujeitos eram expostos a problemas apresentados em um computador e respondiam tocando na tela. Depois de algumas tentativas, o sujeito era questionado se sabia a resposta dos problemas apresentados. De acordo com a condição (relato ao final ou relato a cada vez que o sujeito dizia que sabia a resposta), o sujeito era solicitado a escrever em um papel o que estava fazendo para solucionar o problema. A pergunta seria a contingência que tornaria públicas as respostas.

Moróz e cols. (2005 [74]) fazem uma revisão de trabalhos que investigam respostas encobertas na resolução de problemas por meio de sua publicização. Eles levantam a importância de fazer uma análise das contingências de controle das respostas emitidas para informar sobre ocorrências encobertas, apontando que falar sobre o que ocorre de forma

privada não é meramente um “aumento de volume” das respostas encobertas, mas sim respostas em si mesmas. Assim, fazem uma crítica a experimentos como o de Simonassi e cols. (2001 [58]) que afirmam estar lidando com respostas encobertas na forma pública.

Critchfield e Epting (1998 [41]) chamam a idéia de que “pensar em voz alta” é a mesma resposta que “pensar de forma encoberta” de *hipótese do megafone*. Os autores colocam-se contra essa hipótese, argumentando que “pensar em voz alta” (de forma aberta) é uma resposta que possui relações de controle distintas daquelas emitidas de forma encoberta. Argumentam, ainda, que a hipótese do megafone é inconsistente com o sistema explicativo comportamental. Ao alterar as contingências que tornam uma resposta encoberta, o sujeito passaria a emitir uma outra resposta, e não a mesma de forma aberta.

Mesmo com a crítica de Critchfield e Epting (1998 [41]), ainda é possível apontar que os experimentos que utilizam contingências para tornar públicas respostas encobertas possuem o mérito de intervir de forma experimental em um determinado conjunto de fenômenos que são abordados com o conceito de eventos privados. Esse tratamento seria uma proposta de lidar com o que alguns analistas do comportamento referem com o conceito de pensamento.

Os procedimentos apresentados aqui correspondem ao uso de métodos experimentais para acessar e estudar eventos emocionais e cognitivos, lançando mão para isso do conceito de eventos privados. Para lidar com fenômenos relativos à subjetividade, porém, outros métodos podem ser discutidos, como o que é desenvolvido por Lacey e Rachlin (1978 [9]), que propõem estudar comportamento de escolha sem recorrer a processos que não podem ser observados diretamente. Como apontado na seção anterior, isso é possível dentro de uma concepção molar de eventos psicológicos, onde – no caso de Lacey e Rachlin (1978 [9]) – tomar uma decisão não envolve respostas que não podem ser observadas. Ao escolher entre pegar uma rota A ou B para chegar a determinado destino, seguir a rota B é a própria escolha.

A alegação de que uma ciência experimental não pode estudar eventos privados (cf. Lamal, 1998 [44]; Rachlin, 2003; Stemmer, 2003 [67]) ignora o fato de que outro método é proposto também por Skinner para a Análise do Comportamento, ao mesmo tempo em que aponta a possibilidade de se trabalhar com eventos privados: a interpretação (cf. Skinner, 1945). A interpretação pode ser utilizada para tratar de fenômenos que não são passíveis de observação pública, desde que se apóie em conceitos que foram desenvolvidos e/ou testados por meio de métodos experimentais. Isso garante a coerência do trabalho, ainda que não haja uma observação empírica ou uma manipulação experimental (Palmer & cols., 2004 [69]).

Entretanto, nem todos analistas do comportamento aceitam a interpretação como um método adequado de estudo. Críticos dessa noção argumentam que interpretações do comportamento não podem ser consideradas em uma ciência natural, uma vez que não podem ser discutidas como dados obtidos a partir de procedimentos experimentais (cf. Layng em Palmer & cols., 2004 [69]).

Palmer (em Palmer & cols., 2004 [69]), em contrapartida, defende que a ciência como um todo é construída principalmente a partir de interpretação, com alguns temas passíveis de experimentação (e às vezes, como a astronomia, nem esse pouco de experimentação existe):

Nós somos capazes de analisar experimentalmente apenas uma minúscula fração dos fenômenos naturais, seja comportamento ou qualquer outra coisa. Assim o nosso entendimento do mundo consistirá de uma pequena ilha de fatos e princípios experimentais em um grande oceano de aplicações e interpretações... Eu entendo como um axioma que esse estado das coisas irá prevalecer, e que é a razão pela qual nós deveríamos oferecer, sem vergonha, interpretações que darão conta do comportamento encoberto. Isto não é pseudociência; é apenas ciência. Toda a ciência é principalmente interpretação. (Palmer & cols., 2004 [69], p. 119).

Nesse sentido, alguns autores defendem a interpretação como um método válido e legítimo para o estudo do comportamento. Lançando mão desse método, o pesquisador ou o profissional pode voltar-se para as questões relativas à emoção e cognição sem que a questão da acessibilidade dos fenômenos seja um problema. É nesse método que a maior parte dos trabalhos conceituais e sobre a aplicação do conceito se apóiam (e.g., Darwich & Tourinho, 2005 [73]; Dougher & Hackbert, 2000 [50]; Gongorra & Abib, 2001 [56]; Kennedy & Souza, 1995 [34]; Wilson & Hayes, 2000 [55]).

Nesta seção, discutimos a articulação entre o termo eventos privados e o sistema explicativo analítico-comportamental. Apontamos que não existe consenso entre os autores da área sobre a necessidade de utilizar esse termo para lidar com a subjetividade, ou sua coerência com o sistema analítico-comportamental. Argumentamos que isso ocorre por haver uma variedade de usos possíveis do termo eventos privados, seja porque aqueles que emitem essa resposta verbal estejam sob controle de fenômenos diferentes ao emitirem a resposta eventos privados, seja por trabalharem com abordagens diferentes de relações comportamentais. Também discutimos que o estudo de eventos privados seria possível e coerente a partir do uso do método da interpretação na abordagem dos fenômenos relativos à privacidade, mas esse método também não é inteiramente aceito pelos autores da área.

Não é possível, portanto, derivar uma posição consensual acerca da validade do termo eventos privados na literatura analítico-comportamental, a partir do critério pragmatista da coerência. O conceito pode ou não ser coerente com a teoria; depende fundamentalmente de a que eventos o autor está se referindo e como interpreta os dados dentro da teoria, e de que métodos considera adequados e coerentes com a teoria.

### **CAPÍTULO III. FUNÇÕES DO TERMO EVENTOS PRIVADOS**

À luz do pragmatismo, um conceito pode ser considerado verdadeiro quando permite lidar de forma efetiva com uma parcela da realidade. No caso do conhecimento científico, “lidar de forma efetiva com a realidade”, significa que o conceito conduz a uma abordagem do objeto de estudo que favorece sua previsão e controle. Este capítulo discute questões relativas à instrumentalidade do termo eventos privados, procurando responder a seguinte pergunta: o termo eventos privados é instrumental para o analista do comportamento?

Quando James (1907/1987a) afirma que um conceito verdadeiro permite ao cientista operar de forma mais efetiva com a realidade, ele não está se referindo apenas a atividades práticas, no sentido de uma aplicação tecnológica. Também é instrumental uma proposição que permite ao cientista explicar de modo econômico um conjunto maior de fenômenos. Neste capítulo, iniciamos discutindo se e como o conceito de eventos privados permite ao analista do comportamento abordar um conjunto maior de fenômenos. Além disso, dado que um conceito científico permite um maior grau de previsão e controle do objeto de estudo, debatemos se o conceito pode ser usado para dirigir a atenção (e a ação) do cientista ou do profissional a eventos relevantes, constitutivos de relações funcionais que definam um comportamento. No fim do capítulo, abordamos como o conceito de eventos privados é usado por analistas do comportamento em sua prática profissional, tanto na área clínica quanto em outras áreas aplicadas.

#### ***3.1. O Alcance da Análise do Comportamento e o Conceito de Eventos Privados***

Nesta seção, discutiremos se e como com o conceito de eventos privados o analista do comportamento pode ampliar o alcance de sua abordagem. Apontaremos que, para alguns

autores, o conceito de eventos privados ajuda a lidar com fenômenos classificados como emoções, sentimentos, desejos, intenções, pensamentos e cognição. Indicaremos que existem outras propostas de lidar com tais fenômenos, e discutiremos brevemente a noção de conceitos disposicionais para contrapor à análise de fenômenos relativos à subjetividade com o conceito de eventos privados. Apontaremos, por fim, que também existe uma falta de consenso acerca da instrumentalidade do conceito de eventos privados, que tem origem nos usos diversos do conceito por analistas do comportamento.

Diferentes autores têm apontado que fenômenos relacionados à subjetividade têm sido relativamente negligenciados na Análise do Comportamento (e.g., Anderson e cols., 2000 [48]; Dougher & Hakbert, 2000 [50]; Kirby & Bickel, 1995 [35]; Moróz e cols., 2005 [74]; Tourinho, 2006b [77]). Motivos para isso vão desde a dificuldade metodológica para estudar tais questões, até a possibilidade de desenvolver uma ciência do comportamento sem reportar-se a esses eventos.

A opção de ignorar a questão da subjetividade implica deixar de lado toda uma série de problemas que são usualmente colocados à Psicologia (cf. Friman, Hayes & col., 1998 [42]). Em certa medida, essa tem sido uma opção da Análise do Comportamento, gerando uma lacuna na literatura analítico-comportamental com respeito ao tratamento de emoções, sentimentos, intenções, desejos e outros fenômenos tradicionalmente considerados como subjetivos (cf. Anderson & cols., 1997 [48]), e dificultando o diálogo interdisciplinar. Mais do que isso, a recusa em lidar com estas questões inibiu por bastante tempo o desenvolvimento de modalidades de intervenção (como a terapia face a face com adultos verbalmente competentes), ou dificultou a aceitação de intervenções analítico-comportamentais em diferentes contextos de atuação profissional do psicólogo.

As questões relativas à subjetividade possuem grande importância na sociedade ocidental contemporânea. Mesmo que um tratamento analítico-comportamental para essas



questões tenha sido esboçado por Skinner (1945), em 1945, os anos seguintes não revelaram grande repercussão de suas proposições. Com isso, alternativas à Análise do Comportamento encontraram um solo fértil para o seu desenvolvimento (cf. Cavalcante, 1999, S. C. Hayes, 2004, Moore, 2000 [52]). Muitas dessas alternativas baseavam-se em concepções mentalistas ou organicistas, e formaram a base da chamada terapia cognitivo-comportamental.

Oferecer uma abordagem para as questões relativas à subjetividade é importante em uma sociedade marcada pelo individualismo e o internalismo. Auto-relatos de sentimentos, desejos, intenções, emoções e outros fenômenos são freqüentes nessas sociedades e desempenham uma função na interação cotidiana dos indivíduos uns com os outros. Como apontam alguns autores (e.g., Brigham, 1980 [13]; Moore, 2001 [57]; Morris, 1985 [24]), do ponto de vista de quem emite respostas verbais relativas a fenômenos subjetivos, emoções e cognições são parte da experiência cotidiana, muitas vezes servindo para o leigo como causas do comportamento quando perguntado “por que você fez isso?”. Como os conceitos que se reportam a esses eventos não são termos técnicos, a apropriação desses termos por cientistas tem sido no mínimo complicada, e muitas vezes inconciliável com um discurso científico (cf. Friman, S. C. Hayes & col, 1998 [42]).

O conceito de eventos privados pode ser utilizado pelo analista do comportamento que atua com um referencial skinneriano para explicar uma série de fenômenos que, na linguagem cotidiana, são tratados como relacionados à subjetividade (cf. Anderson & cols., 1997 [48]; Moore, 2001 [57]; Skinner, 1945, 1974/1976). O conceito de eventos privados permite ao analista do comportamento explicar como determinados eventos fisiológicos podem assumir função de estímulos e como determinadas respostas podem ser emitidas de forma encoberta.

Com isso, pode dar conta de um conjunto de fenômenos maior do que um conjunto de proposições que rejeita ou ignora o campo da subjetividade como objeto de estudo<sup>21</sup>.

Ao emitir a resposta verbal “eventos privados”, o analista do comportamento não está (ou não deveria estar) legitimando o internalismo, como apontam críticos do conceito (e.g., Lamal, 1998 [44]; Rachlin, 2003). A Análise do Comportamento promove uma crítica do discurso encontrado no senso comum e na psicologia tradicional, indicando como o indivíduo adquire respostas autodescritivas e aprende a comportar-se de determinadas maneiras ao reportar emoções, por exemplo. Como aponta Tourinho (1997 [39]), Skinner

busca mais propriamente discutir de maneira crítica os princípios subjetivistas, apontando seus equívocos ou inconsistências, do que oferecer uma nova teoria da subjetividade. O conceito de evento privado integra o aparato conceitual do behaviorismo radical de B. F. Skinner e aparece no contexto dessa tentativa de promover a superação de crenças e supostos que tradicionalmente são constitutivos do campo da psicologia e que, freqüentemente, segundo Skinner, funcionam como empecilhos para o desenvolvimento dessa disciplina. (p. 203).

Alguns autores têm defendido que o conceito de eventos privados ajudaria o cientista a dar conta do comportamento complexo (cf. Dougher & Hackbert, 2000 [50]; Kirby & Bickel, 1995 [35]; Tourinho, 2006b [77]). Tourinho (2006b [77]), ampliando a discussão de Donahoe e Palmer (1994) sobre complexidade, argumenta que o comportamento é fruto de processos repetidos de variação e seleção, nos níveis filogenético, ontogenético e cultural. No caso de fenômenos subjetivos, freqüentemente estaremos nos referindo a fenômenos que são resultado de repetidos processos de variação e seleção nos três níveis, formando relações ou redes de relações comportamentais que podem possuir alguns elementos inacessíveis à observação pública direta; com o conceito de eventos privados, o analista do comportamento pode

---

<sup>21</sup> Como apontamos no capítulo anterior, existem outras propostas comportamentais que lidam com fenômenos relativos à subjetividade que diferenciam-se da análise skinneriana baseada no conceito de eventos privados.

explicar esses processos de interação mais complexos, organizando conceitualmente o fenômeno estudado e, assim, prever e controlar o comportamento de forma mais eficaz.

O conceito de eventos privados tem sido utilizado pelos analistas do comportamento ao abordarem fenômenos como: intenções (e.g., Day, 1976/1992a [6]; Lahren, 1976 [08]); consciência (e.g., Allen, 1980 [12]; Natsoulas, 1983 [19]; Simonassi, 1999 [47]), pensamento (e.g., Moore, 2000 [52]), comportamentos ou respostas precorrentes e resolução de problemas (e.g., Moróz e cols., 2005 [74]; Simonassi e cols., 2001 [58]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]), auto-relatos (e.g., Friman, Wilson & col. 1998 [43]; Reese, 2004 [70]); Gongorra & Abib, 2001 [56]; Tourinho, 1995, 1997 [39]), e sentimentos e emoções (e.g., Banaco, 1999 [45]; Costa, 2005 [72]; Darwich & Tourinho, 2005 [73]; Dixon, Dymond, Rehfeldt, Roche, & Zlomke, 2003 [62]; Dougher & Hackbert, 2000 [50]; Friman, S. C. Hayes e col., 1998 [42]). Esses fenômenos poderiam ser vistos como relações comportamentais das quais podem participar eventos inacessíveis à observação pública direta, isto é, estímulos privados ou respostas encobertas.

O que no senso comum seria chamado de “consciência” é conceitualizado na Análise do Comportamento como respostas autodescritivas do comportamento ou de contingências que controlam o comportamento (e.g., Skinner, 1974/1976; Simonassi, 1999 [47]). Essa descrição pode estar sob controle de estímulos que ocorrem sob a pele e/ou de respostas que não estão acessíveis à observação pública direta. Esses relatos são um tipo de resposta que é selecionada por uma comunidade verbal que freqüentemente pergunta ao sujeito o que ele está sentindo ou fazendo, mesmo quando ele aparentemente não está fazendo nada (ou seja, pode estar se comportando de forma encoberta), podendo “a partir das descrições de eventos privados, inferir antecedentes do comportamento atual e, ainda, prever a probabilidade de certos comportamentos futuros” (Gongorra & Abib, 2001 [56], p.18).

A importância de se levar em consideração respostas encobertas também deve ser salientada no exame de respostas precorrentes. Com esse termo, os analistas do comportamento abordam respostas cuja conseqüência reforçadora depende de outras respostas, chamadas terminais ou finais; as respostas precorrentes são aquelas que tornam a resposta final disponível, mais provável ou mais eficaz (cf. Moróz e cols., 2005 [74]; Simonassi e cols., 2001 [58]). Respostas encobertas podem assumir a função de respostas precorrentes, por exemplo, na resolução de problemas (cf. Simonassi & Cameschi, 2003 [66]). Estas respostas precorrentes tanto podem ser abertas quanto encobertas e, muito embora diferentes em termos de topografia, possuem funções semelhantes.

Vários analistas do comportamento têm interpretado o pensamento como respostas encobertas (e.g., Moore, 2000 [52]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]). Este seria uma resposta que foi tornada encoberta a partir do contato do sujeito com contingências específicas, tais como a punição de formas abertas, reforçamento diferencial para a forma encoberta ou quando a forma encoberta tem um custo de resposta mais baixo. Moore (2000 [52]) salienta a importância de entender o pensamento como um fenômeno comportamental, e não como um evento de natureza distinta.

Emoções e sentimentos<sup>22</sup> também têm sido tratados por analistas do comportamento com o conceito de eventos privados, talvez sendo os fenômenos mais largamente discutidos com esse conceito. Uma interpretação analítico-comportamental de sentimentos e emoções tem sido considerada fundamental para a prática do analista do comportamento que atua na clínica, em especial, para lidar com parte das queixas e problemas reportados (cf. Banaco, 1999 [45]). Ao falar em um sentimento ou emoção, o sujeito pode estar sob controle de diferentes eventos ou aspectos desses eventos (cf. Friman, S. C. Hayes e col., 1998 [42];

---

<sup>22</sup> Emoções e sentimentos por vezes são tratados como fenômenos distintos. As emoções seriam consideradas alterações fisiológicas eliciadas por determinados estímulos; já sentimentos seriam fenômenos mais complexos que dependeriam de uma comunidade verbal (cf. Darwich & Tourinho, 2005 [73]; Tourinho, 2006b [77]).

Tourinho, 2006b [77]), o que conduz a afirmações contraditórias sobre a importância de levar em conta sentimentos e emoções na explicação do comportamento. Por exemplo, alguns autores afirmam que emoções podem ser causas (e.g., S. C. Hayes & Wilson, 1994 [32]; Overskeid, 1994 [33]), outros argumentam que não (e.g., Banaco, 1999 [45]; Creel, 1980 [14]; Moore, 1984 [21]).

Alguns autores assumem certos postulados que os afastam da Análise do Comportamento skinneriana, ao tratar o problema da subjetividade a partir de um recorte mais amplo dos fenômenos, envolvendo padrões de comportamento estendidos no tempo em vez de ocorrências discretas (e.g., Baum, 2001, 2002, 2004; Lacey & Rachlin, 1978 [9]; Rachlin, 2003). Se os fenômenos relativos a conceitos psicológicos forem compreendidos como disposições, seria um erro lógico identificar o desejo (ou a emoção, etc.) com a ocorrência interna. Nesse sentido é que os autores afirmam que o termo eventos privados não dirige a ação do pesquisador para qualquer fenômeno relevante para o estudo da subjetividade (cf. Gongorra & Abib, 2001 [56]; Lopes, 2003; Rachlin, 2003)<sup>23</sup>.

Dar conta do problema da subjetividade torna-se essencial na medida em que isso torna o analista do comportamento apto a discutir uma série de fenômenos que são considerados relevantes pela cultura que identifica a Análise do Comportamento como uma forma de Psicologia. Além disso, ser capaz de compreender uma linguagem mentalista quando esta se reporta a fenômenos relativos à subjetividade é essencial para abrir um espaço possível de interlocução entre diferentes comunidades verbais, por exemplo sociologia e antropologia. Com isso, é possível ser aceito não só por essas comunidades intelectuais quanto pela própria população leiga que utiliza largamente a linguagem mentalista.

---

<sup>23</sup> A proposta molar de análise, baseada nas propostas de Ryle (1949/1963), foi discutida no Capítulo II, e por isso não será retomada de forma mais aprofundada neste momento.

### *3.1.1. O Conceito de Eventos Privados Ajuda a Identificar Fenômenos Relevantes?*

O conceito de eventos privados pode direcionar o olhar do cientista ou do profissional para fenômenos relevantes no estudo de questões relativas à subjetividade? Esta pergunta é crucial para a discussão da instrumentalidade de um conceito científico. O valor instrumental de um conceito científico pode ser definido quando aumenta o leque de fenômenos possíveis de serem abordados pela teoria e quando dirigem a ação do cientista para questões relevantes. O primeiro ponto foi discutido no tópico anterior; neste, discutimos se com o conceito de eventos privados o analista do comportamento é guiado a interagir de forma mais produtiva com a realidade.

Dittrich (2004), coerente com uma posição pragmatista, aponta que leis científicas governam a ação de pessoas em interação com contingências de reforço: “A obtenção de leis científicas verdadeiras é reforçada porque leva a comportamentos que são reforçados” (p. 110). O mesmo pode ser afirmado em relação aos conceitos científicos: são válidos (ou verdadeiros) quando dirigem a ação do cientista a interagir de forma a ser reforçado ao operar com seu objeto de estudo. No caso do conceito de eventos privados, esse objeto seriam os eventos relacionados à subjetividade.

Vários autores apontam que o conceito auxilia o analista do comportamento ao dirigir sua atenção para eventos que podem fazer parte de relações comportamentais, ou seja, compor relações funcionais com outros eventos (cf. Darwich & Tourinho, 2005 [73]; DeGrandpre & cols., 1992 [29]; Friman, Hayes e col., 1998 [42]; Moore, 1984 [21], 2001 [57]; Schnaitter, 1978 [10], 1987 [26]; Tourinho, 2006b [77]). Isso é importante de ser levado em consideração no caso do comportamento complexo, em que diversos fenômenos podem influenciar uma resposta.

No capítulo 1, apontamos que analistas do comportamento têm utilizado o conceito de estímulos privados para abordar eventos que, quando se tornam diferenciados por ação da

comunidade verbal, podem assumir diversas funções, de estímulos discriminativos e reforçadores condicionados, inclusive como membros de quadros relacionais. Assim, o analista do comportamento está dirigindo seu olhar para um determinado conjunto de fenômenos que podem ser relevantes no estudo de fenômenos subjetivos.

Quando falamos sobre como analistas do comportamento tratam do fenômeno da subjetividade com o conceito de eventos privados, a pergunta que devemos fazer é: estímulos privados podem ser compreendidos como variáveis independentes? E respostas encobertas, podem ser analisadas como variáveis dependentes?

Para a grande maioria dos autores examinados, as respostas a essas perguntas são afirmativas. Diversos experimentos (e.g., Cohen & Blair, 1998 [40]; DeGranpre & cols., 1992 [29]; Kennedy & Souza, 1995 [34]; Taylor & O'Reilly, 1997 [38]) e interpretações analítico-comportamentais (e.g., Dixon & cols., 2003 [62]; Palmer, 2004 [68]) abordam fenômenos dos quais participam eventos que não podem ser observados publicamente de forma direta. Os autores utilizam o conceito de eventos privados para dar conta desses fenômenos.

Um exemplo é encontrado no trabalho de Wilson e S. C. Hayes (2000 [55]), que apontam a importância de levar em consideração eventos privados para o estudo do uso e abuso de drogas. No trabalho, os autores discutem a importância da relação entre respostas verbais emitidas pelo usuário de drogas e condições fisiológicas sentidas, tanto para explicar os hábitos do drogadicto, quanto para o seu tratamento.

A importância de dirigir a atenção para os fenômenos abordados com o termo eventos privados pode variar de acordo com o uso que o analista do comportamento faz deste termo. Como apontado no capítulo anterior, alguns analistas do comportamento estão referindo-se a fenômenos fisiológicos quando emitem essa resposta verbal. Para esses autores (e.g., Stemmer, 1992 [30], 2003 [67]) o termo eventos privados não dirige a atenção do analista do comportamento para quaisquer fenômenos relevantes do ponto de vista comportamental. Os

eventos fisiológicos, parte do estudo da fisiologia, não são definidores de relações comportamentais, e muito menos de fenômenos relativos à subjetividade.

Por outro lado, alguns autores, ao utilizarem o termo eventos privados, estão sob controle de fenômenos de maior complexidade que simples relações de tríplice contingência, envolvendo várias relações, inclusive verbais. Nesses casos (e.g, Friman, Hayes & cols., 1998 [42]; Vandenberghe, 2004 [71]; Wilson & Hayes, 2000 [55]), o termo de eventos privados é utilizado como sinônimo de emoções e cognições, que não são *um* evento específico, mas um conjunto de fenômenos diversos, por vezes bastante distintos.

Ainda que existam poucos trabalhos de pesquisa básica sobre o assunto (e.g., Garcia-Serpa & cols., 2003 [63]; Simonassi & cols., 2001 [58]), emoções e cognições tornam-se uma questão fundamental para os analistas do comportamento que atuam na área aplicada. A próxima seção explora essa questão.

### ***3.2. A Utilidade do Conceito de Eventos Privados na Aplicação***

Nesta seção, iremos discutir a instrumentalidade do conceito de eventos privados em contextos aplicados. O conceito de eventos privados tem recebido mais atenção nos últimos anos pelo crescimento de sua aplicação no contexto clínico. Esse será o tema do primeiro tópico desta seção: apontaremos a importância do conceito de eventos privados para dar conta de problemas envolvidos nesse contexto. Por fim, apresentaremos como o conceito é utilizado em outras áreas de atuação do analista do comportamento, de acordo com o que foi levantado na literatura analisada.



### 3.2.1. A Instrumentalidade do conceito de eventos privados no contexto clínico.

A importância do conceito de eventos privados tem sido defendida principalmente por autores que trabalham no contexto da intervenção clínica analítico-comportamental. Para autores como Guilhardi (2004), Kohlenberg e Tsai (1991/2001) e Wilson, S. C. Hayes, Gregg e Zettle (2001), o conceito de eventos privados seria importante na análise dos fenômenos que são chamados na linguagem cotidiana de sentimentos, emoções e cognições.

Autores têm usado o conceito de *terapia comportamental* reportando-se a um grande número de práticas e técnicas derivadas de teorias comportamentais (cf. Franks, 1996; Kazdin, 1996). Apesar de alguns trabalhos de Skinner (e.g., 1953/1965; 1957/1978) falarem sobre a possibilidade de uma clínica baseada na Análise do Comportamento já a partir da década de 1950 (Kohlenberg, Tsai & Dougher, 1993), a terapia comportamental começou a se distanciar cada vez mais do behaviorismo radical. Apesar de bem sucedida para lidar com pacientes institucionalizados, a terapia comportamental que se manteve baseada na Análise do Comportamento mostrou-se limitada para lidar com a terapia verbal face-a-face. Segundo Kohlenberg e cols. (1993), um dos motivos principais foi a má aplicação da teoria analítico-comportamental, que fez com que a teoria em si fosse considerada ineficiente para esta aplicação. Críticos ainda apontam que o tratamento dado por analistas do comportamento à emoção, linguagem e cognição realmente a tornavam insatisfatória (cf. S. C. Hayes, 2004), e que a lentidão da Análise do Comportamento em desenvolver um tratamento consistente da subjetividade a tornavam ineficaz (Anderson & cols., 1997 [37]).

Essa insuficiência em lidar com eventos privados é clara na literatura do que S. C. Hayes (2004) chama de “a primeira onda” da terapia comportamental, que se baseava na aplicação de técnicas de laboratório em um contexto clínico. Essa tradição é ocasionalmente referida como *modificação do comportamento*, e é descrita por Franks (1996) como possuindo algumas características centrais, entre elas (a) orientar-se para eventos observáveis

como forma de avaliar o tratamento e (b) buscar os determinantes atuais, em lugar de determinantes históricos das respostas-problema. Para Kohlenberg e cols. (1993), o pressuposto de que era necessário observar os comportamentos mal-adaptados para que se pudesse intervir era um empecilho para o desenvolvimento da terapia comportamental na clínica, que ocorria fora do ambiente natural. Isso abriu espaço para outras propostas de intervenção, baseadas em tradições teóricas, filosóficas e conceituais distintas, fazendo com que a terapia comportamental se aproximasse cada vez mais de visões cognitivistas (cf. Cavalcante, 1999; S. C. Hayes, 2004).

Dessa forma, a literatura a respeito de terapia comportamental tornou-se pouco atrativa para analistas do comportamento com interesses na área de terapia verbal. Novas alternativas precisavam ser exploradas, o que começou a ocorrer na década de 1980 e ganhou força após a década de 1990 (Dougher, 1993; Kohlenberg e cols., 1993). As propostas clínicas que surgem entre o fim da década de 1980 e início de 1990 distinguem-se das anteriores em especial por incorporarem em suas análises o conceito de eventos privados, mantendo um tratamento de fenômenos relativos à subjetividade consistente com a teoria.

Na proposta clínica tanto da *Psicoterapia Analítico-Funcional* (FAP - Kohlenberg & Tsai, 1991/2001) quanto da Terapia por Contingências de Reforçamento (Guilhardi, 2004), o conceito de eventos privados surge como forma de referir-se a ocorrências sob a pele que possuem a função de estímulos discriminativos para verbalizações relativas a emoções. Entendidos como condições corporais decorrentes de contingências ambientais, esses eventos (ou melhor, respostas que os “descrevam”) permitiriam ao terapeuta ter pistas sobre as contingências às quais o sujeito teria sido exposto. Assim, o conceito de eventos privados garantiria uma efetividade maior da atuação do terapeuta, ao lhe fornecer ferramentas com as quais poderia trabalhar com emoções e sentimentos de seus clientes.

O analista do comportamento na área clínica utilizaria o conceito de eventos privados para referir-se a sentimentos, emoções e pensamentos, partindo do auto-relato do cliente para perceber a relação entre a resposta-problema e variáveis ambientais. Para a maior parte dos autores na área, a intervenção não busca modificar diretamente eventos privados. Ainda assim, eles podem desempenhar um papel importante na formulação de hipóteses que descrevam as relações de contingência que estejam controlando a resposta-problema, permitindo o planejamento e intervenção efetiva sobre aquelas contingências.

Esse argumento é desenvolvido por Banaco (1999 [45]), ainda que não esteja discutindo nenhuma das duas propostas clínicas apontadas (FAP ou Terapia por Contingências de Reforçamento). O autor aponta que perguntar ao cliente sobre sentimentos e emoções não é um fim para a terapia, mas um meio pelo qual o clínico pode acessar e descrever as variáveis ambientais que controlam tanto a resposta-alvo da intervenção, quanto os próprios eventos privados. Para Banaco, além de fornecer uma série de informações valiosas a respeito das contingências em vigor, perguntas acerca do estado subjetivo do cliente trazem grandes ganhos em termos qualitativos para a relação terapêutica.

Outra proposta clínica na Análise do Comportamento que merece destaque é a *Terapia de Aceitação e Compromisso*, ou ACT. A ACT é descrita como uma técnica possível de intervenção na terapia verbal, consistente com os princípios analítico-comportamentais (Cavalcante, 1999; S. C. Hayes, 2004; S. C. Hayes, Strosahl & Wilson, 1999; S. C. Hayes & Wilson, 1994 [32]), baseada fortemente nas pesquisas sobre quadros relacionais (cf. D. Barnes-Holmes & cols., 2000 [49]; S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes & Roche, 2001). A teoria dos quadros relacionais é proposta por Hayes e colaboradores para abordar a linguagem e a cognição humana, a partir da noção de que o responder relacional é um tipo de resposta operante generalizada que é treinada a partir de múltiplos exemplares de respostas relacionais ao longo de uma história de reforçamento (S. C. Hayes & cols., 2001). Os autores apontam

que eventos podem ter sua função alterada não apenas por meio de equivalência de estímulos, mas também a partir de outras relações arbitrariamente treinadas, como “maior que” e “oposto a”, por exemplo. Os autores argumentam que eventos que são abordados por eles como eventos privados podem fazer parte dessas relações, alterando a (e sendo alterados pela) função de outros estímulos relacionados, em especial estímulos verbais (cf. Friman, S. C. Hayes & col., 1998 [42]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]).

Ao desenvolver a idéia de Skinner (1974/1976) de que a capacidade de descrever o próprio “mundo interno” é mediada pela cultura em que o sujeito está inserido, Wilson e S. C. Hayes (2000) apontam a importância dos processos verbais para a previsão e controle do comportamento. A bidirecionalidade (propriedade de que, dados dois estímulos relacionados A e B, eventos associados ao estímulo A podem adquirir função em relação ao estímulo B e vice-versa) faria com que estímulos privados que entrassem em quadros relacionais com estímulos verbais tivessem suas funções transformadas, passando a fazer parte de redes complexas de relações.

Na ACT, os processos verbais são essenciais para a compreensão das respostas-problema. O terapeuta reconhece que o leigo atribui a justificção de seus comportamentos a fenômenos tais como pensamentos, emoções e sentimentos. Assim, uma pessoa pode decidir não sair de casa porque está depressiva, ou não falar com alguém por estar com raiva dela. O papel da ACT seria romper estas relações que são estabelecidas verbalmente (cf. Anderson e cols., 1997; Hayes, 2004).

Quando um evento privado ocasiona um comportamento aberto problemático, a terapia não deveria acabar ou reduzir o contato com eventos privados, mas deveria romper as relações funcionais de tal forma que o evento privado não mais ocasione o comportamento aberto problemático. Na ACT, o comportamento patológico não é visto como resultado de certos eventos privados “negativos”

porque eventos privados não são inerentemente positivos ou negativos... O objetivo da ACT, então, não é mudar a forma ou a frequência de eventos privados. Em vez disso, o objetivo é determinar o contexto em que certos eventos privados são associados com respostas abertas e alterar aquele contexto. (Anderson & cols., 1997 [37], p. 173).

A proposta da ACT, portanto, seria alterar as relações de controle entre respostas verbais, comportamento aberto e sentimentos e emoções. Através de uma série de técnicas (sobre as técnicas, ver S. C. Hayes & Wilson, 1994; S. C. Hayes e cols., 1999), o terapeuta procuraria fazer com que o cliente percebesse que ele pode estar deprimido e sair de casa; ele pode estar furioso com alguém e ainda assim falar com ela. Alterando as relações entre sentimentos, pensamentos, situações específicas e comportamentos abertos, o cliente pode permitir-se experienciar situações novas e entrar em contato com novas contingências, possivelmente tendo suas respostas reforçadas por novos eventos que não faziam parte de seu ambiente até então.

A ACT, assim como outras propostas clínicas mais recentes baseadas na Análise do Comportamento, entende o conceito de eventos privados como uma ferramenta explicativa importante para lidar com emoções, sentimentos, pensamentos e outros fenômenos relativos à subjetividade. Embora dê grande importância à análise destes fenômenos para o tratamento de respostas-problema, ela mantém a consistência com o sistema explicativo analítico-comportamental, não atribuindo a sentimentos e emoções um *status* de causas do comportamento. A ACT considera que intervir nas relações estabelecidas entre eventos privados e públicos é o objetivo principal para o sucesso da terapia.

### *3.2.2. Usos do conceito de eventos privados em outras áreas da Análise do Comportamento Aplicada*

Diferentemente da clínica, outras aplicações da Análise do Comportamento têm revelado pouco uso do conceito de eventos privados. A seguir, discutiremos brevemente essas aplicações.

Entre os textos selecionados que tratam da área aplicada, a maioria tem como foco a clínica. Apenas dois textos trabalham com outras áreas: um artigo sugere uma explicação para como se formam preconceitos, a partir da Teoria dos Quadros Relacionais (Dixon & cols., 2003 [62]); outro menciona o uso de respostas encobertas no treinamento de atletas (Scala, 2000 [53]).

Dixon e cols. (2003 [62]) utilizam o conceito de eventos privados para lidar com emoções ou sentimentos. As práticas verbais de uma comunidade podem fazer com que sentimentos sejam evocados por elementos específicos de determinadas situações, a partir de relações de equivalência ou da transformação da função de estímulos. Os autores utilizam esse raciocínio para explicar os motivos pelos quais surgem tanto o terrorismo quanto o preconceito contra populações que possam estar associadas a terroristas – no caso, muçulmanos. O quadro se formaria a partir do pareamento de uma situação específica, como um atentado, que evocaria reações que seriam descritas como raiva. Se o atentado for pareado com outro estímulo, como uma população específica, essa população evocaria também raiva. Essa seria a base do preconceito contra muçulmanos: a transferência de função de uma situação para um grupo pareado com aquela situação, evocando um sentimento que seria considerado negativo, seja raiva, medo ou outro. Os autores argumentam que o mesmo raciocínio seria aplicado ainda para tornar o ocidente um alvo de atentados terroristas, na medida em que práticas abusivas desses países geram miséria e associam o país aos problemas enfrentados por aquela população.

O conceito de eventos privados é utilizado pelos autores como uma ferramenta explicativa importante no processo de criação do preconceito. Relações verbais estabelecidas pela comunidade verbal podem ocasionar certos padrões de comportamento envolvidos no preconceito e no terrorismo. Por exemplo, se ele ouve e/ou diz com frequência que tem que “fazer algo” contra quem o causa um desses sentimentos (medo ou raiva), ele pode emitir respostas nesse sentido contra as pessoas que agora evocam esse sentimento graças a uma relação indireta, construída verbalmente.

Outra aplicação é encontrada no texto de Scala (2000 [53]), que aborda técnicas aplicadas em Psicologia do Esporte. A prática encoberta, também chamada de *treino de imaginação*, tem sido utilizada para tornar atletas mais aptos a descreverem seus próprios movimentos, permitindo-os executá-los de forma mais adequada e eficiente.

Scala e Kerbaux (2001) apresentam um estudo em que, a partir de um delineamento de linha de base múltipla, um treino de imaginação foi inserido no treinamento de quatro atletas para um de dois estilos de natação que eram avaliados pelas experimentadoras. Os resultados demonstravam uma melhoria do estilo em que a técnica de prática encoberta foi proposta (estilo costas), para cada um dos atletas. O estilo em que a prática encoberta não foi proposta (borboleta) não apresentou alterações significativas. Os resultados demonstrariam a eficácia da prática encoberta aplicada ao treinamento de nadadores<sup>24</sup>.

A aplicação da prática encoberta no esporte seria mais um exemplo de uso do conceito de eventos privados para que o profissional possa operar de forma efetiva com seu objeto de estudo – no caso, o comportamento do atleta. O uso da técnica para a melhoria do desempenho de atletas atestaria em alguma medida a validade do conceito de resposta encoberta.

---

<sup>24</sup> Remetemos a Scala e Kerbaux (2001, 2005) para referências sobre a eficácia da prática encoberta em outras modalidades esportivas e dos cuidados tomados nos experimentos para certificar-se de que foi a técnica de imaginação que levou à melhoria dos tempos dos atletas.

Entretanto, é importante ressaltar que outras áreas bem estabelecidas de atividade do psicólogo não foram citadas nos textos examinados. Psicologia organizacional, escolar, jurídica, etc. não foram citadas em nenhum dos textos levantados.

Não é possível afirmar com certeza, a partir da literatura levantada, que profissionais que atuam em outros contextos não utilizam o conceito de eventos privados em sua aplicação. Um levantamento mais específico sobre esses outros contextos de aplicação, em lugar de sobre eventos privados, seria requerido para afirmações desse tipo.

Contudo, uma hipótese sobre a ausência do uso do conceito de eventos privados em outros contextos de atuação do analista do comportamento pode ser levantada a partir dos textos de Dougher (1993) e Kohlenberg e cols. (1993). Esses autores falam dos problemas que levaram os analistas do comportamento que atuavam no contexto clínico a buscar discutir as questões relativas à subjetividade a partir do conceito de eventos privados. Uma das principais questões foi que, na terapia verbal face a face, o analista do comportamento não tinha acesso às contingências que controlavam a resposta do sujeito fora do consultório. Como podia observá-las e intervir diretamente sobre elas?

O caso é diferente para o psicólogo que atua em instituições tais como organizações ou escolas. Ao contrário do psicoterapeuta, o analista do comportamento *tem* acesso às condições naturais às quais o sujeito está submetido, seja em uma empresa ou fábrica, escola ou instituição penal. Vários dos comportamentos-alvo que caberia ao profissional explicar e/ou alterar estariam sob controle de contingências que ele pode observar e, em alguns casos, modificar. Dessa forma, as contingências que selecionaram respostas dos analistas do comportamento na clínica, de buscar técnicas de intervenção que levassem em conta eventos privados, nunca atingiram com a mesma força os profissionais em áreas institucionais. As práticas desses, baseadas na manipulação direta de contingências afetando o comportamento público, teriam sido suficientes nesses campos de atuação profissional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura analítico-comportamental, o conceito de eventos privados tem sido utilizado para lidar com diversos fenômenos relacionados à subjetividade. Analistas do comportamento têm lançado mão do conceito para dar conta de emoções, sentimentos e cognições.

É comum encontrar na literatura, bem como em congressos e apresentações científicas da Análise do Comportamento, a posição de que o conceito de eventos privados constitui uma ferramenta importante do profissional e do pesquisador da área. Afirmações como a de Moore (2001 [57]), a seguir, são consideradas válidas por vários autores e leitores da área:

Para a Análise do Comportamento, a maior parte das variáveis com respeito as quais humanos comportam-se são publicamente observáveis. Entretanto, nem todas as variáveis precisam ser públicas. Alguns fenômenos, acessíveis somente a uma pessoa, podem influenciar o comportamento de forma importante. Contudo, não precisamos assumir que esses fenômenos privados têm quaisquer propriedades especiais, pedem por qualquer tipo de análise especial, simplesmente porque não podem ser acessíveis a mais de uma pessoa... Para analistas do comportamento, portanto, dicotomias entre objetivo e subjetivo, conhecedor e conhecido, ou observador e agente implicam, no máximo, em um acesso único a parte do mundo, em vez de dicotomias ontológicas. (p. 169).

A posição defendida por Moore (2001 [57]) é possível graças ao critério de verdade da Análise do Comportamento. Não adotando a observabilidade pública como critério de verdade, mas a instrumentalidade, uma ciência do comportamento pode voltar-se para fenômenos inacessíveis à observação pública direta:

Ao propor a funcionalidade como critério de verdade, opondo-se ao critério de observação pública, Skinner expressa um aspecto fundamental de sua ciência do comportamento: o interesse na previsão e controle dos fenômenos comportamentais. No âmbito da ciência skinneriana, portanto, o que imporá não é a precisão de descrições fisicalistas da topografia do comportamento, mas a descoberta de leis que expressem relações dinâmicas entre o comportamento dos organismos e condições ambientais. (Tourinho, 1995, p. 10)

Com o critério instrumental de verdade, seria aceitável o conceito de eventos privados, e assim estudar em uma ciência experimental aspectos importantes de sentimentos, emoções e cognições tal como são experimentados sob contingências culturais que promovem a auto-observação e o autocontrole (cf. Moore, 2000 [52], 2001 [57]; Schnaitter, 1978 [10]; Zuriff, 1979 [11]). Esta postura tem sido referida na literatura analítico-comportamental como um diferencial em relação a outras modalidades de behaviorismo (cf. Baum, 2005; Costa, 2002; Matos, 2001; Moore, 2001 [57]; Tourinho, 1999b). Nas palavras de Moore (1980 [21]):

Quando alguém começa a estudar o behaviorismo radical, é provável que encontre que o behaviorismo se distingue de outros tipos de psicologia basicamente por sua posição em relação a eventos privados. (p. 3)

Aqui mais interessa a principal distinção que precisa ser feita e que se dá entre o behaviorismo metodológico e o behaviorismo radical. O primeiro exclui de consideração qualquer fenômeno que não possa ser publicamente conhecido e o segundo, ao contrário, admite e preocupa-se com os fenômenos localizados sob a pele, a que denomina eventos privados. (Carrara, 2005, p. 359)

Tendo como ponto de partida essas afirmações, o presente trabalho propôs-se a discutir os usos do termo eventos privados à luz do pragmatismo. Para fazê-lo, utilizamos

algumas categorias desenvolvidas com base em proposições do pragmatismo sobre a validação de conceitos científicos.

A primeira discussão teve como questão central o tratamento dado à linguagem, um ponto de aproximação entre analistas do comportamento e pragmatistas. Com uma abordagem funcional da linguagem, discutimos como a Análise do Comportamento lida de forma anti-mentalista e relacional com a questão da subjetividade. A Análise do Comportamento procura manter uma visão não-representacionista dos conceitos psicológicos. Apesar disso, alguns autores mantêm uma postura representacionista ao lidar com o termo eventos privados, por exemplo quando discutem a (im)precisão de auto-relatos sob controle daqueles eventos.

A segunda discussão parte da noção de que a verdade de um conceito depende de sua articulação com outras verdades (cf. James, 1907/1987a, 1909/1987b), ou seja, um conceito precisa ser compreendido dentro de um sistema explicativo. Discutimos então o que aparece na literatura analisada sobre a coerência do conceito de eventos privados (tal como empregado por Skinner) com a Análise do Comportamento. Identificamos que não há consenso sobre esse tema, e relacionamos isso ao fato de que quando analistas do comportamento emitem a resposta verbal “evento privado”, estão sob controle de fenômenos distintos e isso representaria diferentes conceitos e conduziria a diferentes posturas sobre sua coerência com a Análise do Comportamento. Assim, alguns autores que trabalham com um enfoque fisicalista e usam o termo eventos privados sob controle de condições fisiológicas consideram que tal conceito dirige o olhar do cientista e do profissional para um conjunto de fenômenos que não é objeto da Análise do Comportamento. Em contrapartida, autores que usam o termo sob controle de termos de relações comportamentais inacessíveis à observação pública direta apontam que existem maneiras de articular o conceito de eventos privados ao sistema explicativo analítico-comportamental. Isso seria possível tomados alguns cuidados

metodológicos como manter um enfoque relacional e descrever ainda como eventos privados adquirem função (no caso de estímulos) ou tornam-se encobertos (no caso de respostas).

O conceito de eventos privados permitiria ao cientista e ao profissional lidar com o problema da subjetividade, ampliando a capacidade da Análise do Comportamento abordar diversos fenômenos, entre os quais pensamentos, sentimentos e emoções. Esse ponto foi debatido ao levantarmos o tema da instrumentalidade do conceito. Um conceito científico é válido na medida em que permite ao cientista abordar conceitualmente e praticamente seu objeto de estudo. Debatemos como, para diversos autores, o conceito de eventos privados permitiria dar conta de uma maior variedade de fenômenos. Apontamos ainda as implicações do conceito de eventos privados para a prática clínica, e discutimos brevemente outros contextos de atuação em que o conceito de eventos privados pode ser apropriado como suporte para a prática profissional.

Ao promover essas discussões, fica claro um problema apontado por James (1907/1987a) no início de sua segunda conferência sobre o pragmatismo. Em uma festa no campo, o autor encontrou um grupo discutindo efusivamente sobre uma questão aparentemente banal: se um esquilo corre ao redor de um eixo da árvore, e um homem corre ao redor da mesma árvore de forma que esta sempre está entre o homem e o esquilo, o homem está correndo *ao redor do esquilo*? Quando solicitado a opinar, James sugere que o problema central seria que não havia definição clara sobre *o que é correr ao redor de algo*. A resposta para essa pergunta elucidaria a questão discutida pelos seus colegas na festa.

A solução proposta parece evasiva, mas aborda uma questão fundamental para a discussão deste trabalho. Alguns debates estão fadados a jamais chegarem a uma conclusão quando não há uma concordância sobre o que está sendo debatido. No caso do termo eventos privados, observamos uma variedade de conceitos possíveis, às vezes incoerentes uns com os outros, lidando com níveis de complexidade diferentes dos problemas relativos à

subjetividade. Isso gera uma variedade de posições sobre a validade do conceito, freqüentemente inconsistentes umas com as outras.

Enquanto alguns autores afirmam que o conceito de eventos privados é válido na Análise do Comportamento, por ser coerente e útil para prever e controlar o comportamento, outros dirão que o conceito não lida com a questão da subjetividade, e é uma ruptura com o enfoque relacional da Análise do Comportamento. Isso é possível, pois essas afirmações refletem usos distintos do termo eventos privados, isto é, dizem respeito a conceitos diversos.

Assim, aquelas posições de Skinner (1945; 1974/1976) sobre o conceito de eventos privados continuam a causar controvérsia na literatura. Ainda que alguns autores afirmem que o conceito de eventos privados garantiria lidar com fenômenos emocionais e cognitivos, diferenciando a Análise do Comportamento de outras propostas de behaviorismo, essa posição não é isenta de críticas na própria literatura analítico-comportamental. A idéia de que o conceito de eventos privados pode ser utilizado não é completamente aceita por toda a área, refletindo que ainda são necessárias discussões sobre o conceito de eventos privados e sobre o tratamento analítico-comportamental da subjetividade.

Autores como Leigland (2003 [64]), Moore (1975 [4], 1980 [16], 2000 [52], 2001 [57]), Hayes e colaboradores (e.g., Anderson e cols. 1997 [37]; Anderson e cols., 2000 [48]; S. C. Hayes e Wilson, 1994 [32]; Friman, S. C. Hayes e col., 1998 [42]; Wilson & S. C. Hayes, 2000 [55]), entre outros, apontam a importância da análise de eventos privados para o desenvolvimento conceitual e técnico da área. Trabalhando com uma perspectiva de análise baseada na tríplice contingência (mesmo que expandida para levar em consideração relações de equivalência ou operações estabelecidas, por exemplo<sup>25</sup>), o conceito de eventos privados

---

<sup>25</sup> Sobre a análise de eventos privados em relações de equivalência, remetemos o leitor a DeGrandpre e cols. (1994 [29]) e Wilson e Hayes (2000 [55]). Sobre a relação de eventos privados e operações estabelecidas, ver Dougher e Hackbert (2000 [50]).

é considerado não apenas válido, mas essencial para que seja possível ao analista do comportamento lidar com a subjetividade.

Outros autores, como Stemmer (1992 [30], 2003 [67]) e Lamal (1998 [44]), ao utilizarem o termo eventos privados, estão sob controle de eventos fisiológicos e, portanto, de fenômenos que estão fora do âmbito de estudo da Análise do Comportamento. Questões relativas à subjetividade precisam ser discutidas a partir de variáveis publicamente observáveis, e não variáveis “internas”. O próprio debate de que eventos privados não diriam respeito a eventos internos, mas a termos de uma relação (cf. Ribes, 1982 [17]; Tourinho, 2006d) parece não ser aceito por esses autores.

Já autores como Rachlin (2003) trabalham com uma perspectiva molar de análise, ou baseados nos escritos de Ryle (1949/1968) (e.g., Lopes, 2003, 2004), entendem que ao lidar com a subjetividade, o analista não está se reportando a fenômenos que teriam uma ocorrência inacessível à observação pública, mas a certos padrões de comportamento estendidos no tempo. Discutir a subjetividade a partir do conceito de eventos privados seria, portanto, um erro de categoria. Diferente do que acontece com as colocações de Stemmer (1992 [30]) e Lamal (1998 [44]), neste caso, a crítica é formulada operando-se com o mesmo conceito proposto por Skinner.

Assim, se perguntarmos se a proposição e uso do conceito de eventos privados são instrumentais para e coerentes com a Análise do Comportamento, não poderemos dar uma única resposta que seja aplicável a qualquer uso do conceito de eventos privados. A validade do conceito está subordinada aos usos que se fazem desse termo, e não encontramos na literatura consultada uma consistência nesses usos.

As afirmações de que a Análise do Comportamento se distingue de outras modalidades de Behaviorismo por seu tratamento dos problemas relativos à subjetividade com o conceito de eventos privados deve ser discutida. A preocupação com essas questões não se revela em

toda a literatura analítico-comportamental, demonstrando que alguns autores dessa comunidade verbal não apontariam o tratamento da privacidade como a principal característica que distingue a Análise do Comportamento de outras tradições psicológicas em geral, e comportamentais em particular.

Mesmo quando usam o conceito de eventos privados sob o controle do mesmo conjunto de fenômenos, os analistas do comportamento podem até concordar sobre a questão da coerência do conceito com o sistema explicativo analítico-comportamental, mas ainda varia o grau de instrumentalidade atribuído ao conceito. Alguns autores apontam que o conceito é importante para lidar com questões relativas à subjetividade (e.g., Overskeid, 1994 [33]); outros, que pode ser ignorado quando o interesse são questões práticas de previsão e controle do comportamento (e.g., Skinner, 1953/1965).

Estas conclusões estão obviamente circunscritas à literatura discutida neste trabalho. Contudo, uma vez que nesse recorte já encontramos vários usos e proposições do conceito de eventos privados, uma ampliação da literatura consultada provavelmente encontraria os mesmos resultados, e talvez ainda mais posições distintas a respeito do tratamento da subjetividade com o conceito de eventos privados.

Uma maior concordância sobre essa questão foi encontrada entre os autores que têm interesse na área clínica, seja atuando diretamente nesse contexto (e.g., Banaco, 1999 [45]; S. C. Hayes & Wilson, 1994 [32]), ou abordando sistematicamente questões suscitadas por ele (e.g., Moore, 2000 [52]; Tourinho, 2006b [77]). Embora não seja possível neste trabalho debater de forma exaustiva que contingências seriam responsáveis por essa concordância sobre a instrumentalidade do conceito de eventos privados na área clínica, algumas considerações sobre o tema parecem ser importantes.

No capítulo 3, levantamos uma hipótese sobre porque o conceito de eventos privados pouco aparece em outros contextos de aplicação da Análise do Comportamento. Sugerimos

que o motivo central seria que, naqueles contextos, as contingências necessárias para a intervenção podem ser diretamente observadas pelo profissional, a partir do argumento de Dougher (1993) e Kohlenberg e cols. (1993) sobre levar em consideração sentimentos e emoções tornou-se um foco na clínica comportamental a partir da década de 1980.

Se concordarmos com Dougher (1993) e Kohlenberg e cols. (1993), a razão central que levou os analistas do comportamento que atuam na área clínica a demonstrar interesse por sentimentos e cognições foi o fato de que as contingências relevantes para a atividade do terapeuta não são passíveis de serem observadas usualmente no contexto clínico<sup>26</sup>. Sem acesso às contingências que controlam as respostas-alvo do terapeuta, trabalhar com emoções e cognições torna-se essencial. O conceito de eventos privados, para o clínico, é a forma de acessar as contingências relevantes que controlam o comportamento do cliente e, assim, planejar intervenções efetivas para lidar com o problema.

Esse raciocínio nos leva a uma questão: isso significa que apenas aqueles contextos de aplicação onde o profissional não possui acesso direto às contingências de controle de uma resposta requerem o conceito de eventos privados? Quando o analista do comportamento possui acesso a essas contingências, como em um laboratório em um contexto institucional, operar com o conceito de eventos privados torna-se desnecessário? Essa hipótese certamente é favorecido pelo baixo número de trabalhos fora da aplicação clínica que ocupa-se de fenômenos privados. Essa análise seguiria na direção da afirmação de Skinner (1953/1965) de que o conceito de eventos privados é uma ferramenta explicativa possível para o analista do comportamento, mas que suas aplicações práticas são poucas.

Uma segunda alternativa parte da análise de Tourinho (2006b [77]), que entende que a resposta verbal “eventos privados” é emitida sob controle de fenômeno com níveis variáveis de complexidade. O cientista em ambiente de laboratório, assim como, em parte, o

---

<sup>26</sup> A grande ênfase da FAP, inclusive, seria dispor contingências que façam com que o comportamento clinicamente relevante ocorra *na sessão* (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).



profissional que atua em contextos institucionais, pode trabalhar de forma a examinar a relação que contingências específicas têm com determinadas respostas, permitindo uma análise (aqui em seu sentido de fracionar, examinar por partes) do controle das respostas. Com a opção de fazer um recorte da complexidade do fenômeno com o qual vão trabalhar, os analistas do comportamento que lidam com laboratório e com contextos institucionais não precisam lidar com temas relativos à subjetividade<sup>27</sup>. Por sua vez, o clínico não possui esse “privilégio” de selecionar o nível de complexidade do fenômeno com o qual trabalhará. Ele precisa lidar com fenômenos de complexidade variável, e por vezes bastante alta, envolvendo longas histórias de reforçamento e respostas que são fruto de repetidos processos de seleção nos três níveis. Esses problemas ocasionalmente irão incluir questões que incluem conceitos psicológicos como emoções e cognições.

Uma terceira hipótese sobre a importância do conceito de eventos privados no contexto clínico aparece em afirmações de que o conceito é um problema para o cientista ou profissional que busca explicar o comportamento, mas não para o leigo que usa os conceitos cognitivos e emocionais em seu dia-a-dia (e.g., Brigham, 1980 [13]; Moore, 2001 [57]; Morris, 1985 [24]). Isso implica em dizer que, na cultura ocidental contemporânea, na linguagem cotidiana, é comum atribuir grande importância e até um *status* de causa a sentimentos, emoções e cognições. O clínico, sem acesso a outras contingências fora do consultório, recebe como respostas a perguntas como “por que você fez isso?”, justificativas baseadas em fenômenos subjetivos. Além de em certa medida competir com uma cultura que seleciona essas respostas, buscando instalar um repertório autodescritivo de descrever relações funcionais entre o ambiente e o sujeito, o clínico precisa responder a uma demanda dos clientes sob a forma de referência a sentimentos e emoções.

---

<sup>27</sup> Isso não quer dizer que não abordem questões de grande complexidade, ou mesmo que não estudem fenômenos relativos ao conceito de eventos privados, como apontamos no capítulo 2 ao discutir estudos experimentais que lidam com o conceito de eventos privados. As questões é que tais eventos não são as únicas contingências em que o profissional pode intervir.

As três hipóteses levantadas não são exaustivas, e certamente não são mutuamente excludentes. Não é objetivo deste trabalho discutir de forma mais aprofundada a questão da concordância sobre a importância do conceito de eventos privados por analistas do comportamento que atuam no contexto clínico. A questão, entretanto, parece ser pertinente e poderá ser discutida de forma mais aprofundada em outro momento.

Um estudo semelhante ao desenvolvido neste trabalho, voltado para a literatura nacional também poderia apresentar um panorama do uso do conceito de eventos privados no Brasil. Dos textos examinados, 14 (aproximadamente 20%) foram veiculados em periódicos nacionais, apesar de o tema ter começado a ser discutido relativamente há pouco tempo no Brasil (apenas a partir da década de 1980). Se levarmos em consideração ainda artigos publicados em outros periódicos nacionais não analisados neste trabalho, outra pesquisa pode oferecer um panorama de como o conceito tem sido utilizado no Brasil.

Na forma como foi trabalhado por Skinner (e.g., 1945, 1953/1965, 1974/1976) e outros autores da área (e.g., Day, 1969/1992b [02], 1976/1992a [07]; Moore, 1980 [16]; Schnaitter, 1978 [10]), o conceito de eventos privados abriu espaço para a discussão de temas que seriam considerados difíceis para uma ciência experimental. A abordagem do problema da subjetividade faz (ou deveria fazer) parte da própria proposta de estudo de uma teoria que se propõe psicológica. Tourinho (2006d) aponta que

A referência a estímulos privados e respostas encobertas funciona para afirmar que permanecemos no terreno dos fenômenos comportamentais quando nos voltamos para sentimentos, emoções e pensamento. Mas esse é um ponto de partida, não um ponto de chegada, como tornam evidentes os debates encontrados na literatura analítico-comportamental mais recente, sobretudo as proposições de analistas do comportamento com atuação clínica. (pp. 206-207).

Perceber certas inconsistências na área, contudo, é fundamental para seu desenvolvimento. É constatando essa diversidade de usos que se pode lançar propostas que permitam sistematizar o problema, e futuramente referir-se às questões que os cientistas e profissionais lidam com o conceito de eventos privados de forma mais coerente e efetiva.

A proposição do conceito de eventos privados foi útil para trazer ao analista do comportamento a possibilidade de estudar questões relativas à subjetividade. Para uma ciência que foi proposta como uma alternativa para lidar com os problemas psicológicos de forma científica, abordar esses problemas não é apenas importante, mas essencial para dar conta das demandas culturais que serão exigidas de uma ciência psicológica.

Tourinho (2006d) aponta a diferença entre o que ele chama de dicotomias psicológicas clássicas (público/privado, físico/mental, objetivo/subjetivo e interno/externo<sup>28</sup>); sem um tratamento conceitual adequado, o analista do comportamento pode confundir – e confunde – essas dicotomias e lidar com o conceito de privado como interno, perdendo de vista o caráter relacional da Análise do Comportamento. Se isso ocorre, é possível começar a falar novamente em eventos que sejam internos ao sujeito, voltando a discussões internalistas e afastando-se da proposta da Análise do Comportamento.

As críticas de autores como Ribes (1982 [17]) e Rachlin (2003), de que o conceito de subjetividade não diz respeito ao que é privado, mas a fenômenos públicos, são relevantes no sentido de salientar o caráter relacional de emoções, sentimentos e cognições. Ainda assim, é inegável que na cultura ocidental contemporânea o homem comum experimenta emoções e cognições de forma privatizada. O conceito de eventos privados é capaz de dar conta dessa maneira de experimentar emoções, sentimentos e cognições, mas apontando que a

---

<sup>28</sup> Tourinho (2006d) aponta que essas dicotomias dão conta de questões diferentes. Os conceitos de público e privado relacionam-se ao que é dado a ser conhecido pelos outros, ou seja, ao que é acessível à observação pública; o conceito físico e mental diz respeito à natureza atribuída aos fenômenos; objetivo e subjetivo relacionam-se ao conhecimento do mundo; e interno e externo à localização dos eventos.

subjetividade não pode ser compreendida como outra coisa que não formas de relação entre o homem e o mundo.

Neste trabalho, o pragmatismo ofereceu categorias interessantes para discutir o conceito de eventos privados. A partir de suas proposições sobre a validade e natureza de um conceito científico, pudemos tornar clara uma dificuldade na área. Enquanto uma filosofia que discute a validade e o alcance do conhecimento científico, o pragmatismo oferece ao cientista uma referência para pensar seu sistema explicativo e o reflexo da teoria em sua prática profissional. O pragmatismo, ao discutir como são validadas as verdades que adotamos, seja no terreno da ciência, da filosofia ou mesmo do senso comum, oferece uma forma de sistematizar nossa compreensão do mundo. Ao falar na instrumentalidade de descrições, ele nos leva ainda a questionar não apenas se um conceito nos permite operar sobre a realidade, mas ainda a perguntar o que estamos compreendendo como “operar sobre a realidade” e o que queremos com isso.

Provavelmente, as categorias aqui utilizadas seriam também úteis para avaliar outros conceitos, o que pode constituir uma proposta de pesquisa futura. Esse processo, de avaliar as ferramentas que o analista do comportamento dispõe é fundamental para o desenvolvimento da área, em especial quando procuramos não apenas desenvolver uma forma de descrever e compreender a realidade, mas, principalmente, de agir sobre o mundo e modificá-lo.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*, 237-247.
- Abib, J. A. D. (2001a). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. Em: H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.) *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade, v.7* (pp. 20-35). Santo André, SP: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2001b). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. Em: H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade, v.8* (pp. 158-161). Santo André, SP: ESETec.
- Allen, H. J. (1980). P. W. Bridgman and B. F. Skinner on private experience. *Behaviorism, 8*, 15-29.
- American Psychological Association (2001). *Publication manual of the American Psychological Association* (5<sup>a</sup> ed.). Washington, D.C.: Autor.
- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., Freeman, K. A., & Scotti, J. R. (2000). Private events: Do they belong in a science of human behavior? *The Behavior Analyst, 23*, 1-10.
- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., & Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. *Behavior Therapy, 28*, 157-179.
- Banaco, R. A. (1999). O acesso a eventos privados na prática clínica: Um fim ou um meio? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 1*, 135-142.
- Barnes-Holmes, D. (2003). For the radical behaviorist biological events are not biological and public events are not public. *Behavior and Philosophy, 31*, 145-150.

- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Cullinan, V. (2000). Relational frame theory and Skinner's Verbal Behavior: A possible synthesis. *The Behavior Analyst, 23*, 69-84.
- Baum, W. M. (2001). Molar versus molecular as a paradigm clash. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 75*, 338-341.
- Baum, W. M. (2002). From molecular to molar: A paradigm shift in behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 78*, 95-116.
- Baum, W. M. (2004). Molar and molecular views of choice. *Behavioural Processes, 66*, 349-359.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution* (2a. ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Begelman, D. A. (1976). Wittgenstein. *Behaviorism, 4*(2), 201-207.
- Blackman, D. E. (1991). B.F. Skinner and G.H. Mead: On biological science and social science. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 55*, 251-265.
- Branch, M. N. (2006). How research in behavioral pharmacology informs behavioral science. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 85*, 407-423.
- Brigham, T. A. (1980). Self-control revisited: Or why doesn't anyone actually read Skinner anymore? *The Behavior Analyst, 3*, 25-33.
- Calkin, A. B. (2002). Inner behavior: Empirical investigations of private events. *The Behavior Analyst, 25*, 255-259.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.
- Catania, A. C. (2003). B. F. Skinner's *Science and Human Behavior*: Its antecedents and its consequences. *Journal of Experimental Analysis of Behavior, 80*, 313-320..
- Cavalcante, S. N. (1999). *Análise funcional na terapia comportamental: uma discussão das recomendações do behaviorismo contextualista*. Dissertação de Mestrado não

- publicada, Curso de Mestrado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Cohen, D. J., & Blair, C. (1998). Mental rotation and temporal contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 70, 203-214.
- Costa, N. (2002). *Terapia analítico-comportamental: Dos fundamentos filosóficos à relação com o modelo cognitivista*. Santo André: ESETec.
- Costa, N. (2005). Contribuições da psicologia evolutiva e da análise do comportamento acerca do ciúme. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 5-13.
- Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B.F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, 8, 31-53.
- Critchfield, T. S., & Epting, L. K. (1998). The trouble with babies and the value of bathwater: Complexities in the use of verbal reports as data. *The Analysis of Verbal Behavior*, 15, 65-74.
- Darwich, R. A., & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por conseqüências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 107-118.
- Day, W. F. (1992a). Analyzing verbal behavior under the control of private events. Em: S. Leigland (Ed.) *Radical behaviorism: Willard Day on Psychology and Philosophy*. (pp. 171-175). Reno, Nevada: Context Press. Publicado originalmente em 1976.
- Day, W. F. (1992b). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B.F. Skinner. Em: S. Leigland (Ed.) *Radical behaviorism: Willard Day on Psychology and Philosophy*. (pp. 93-115). Reno, Nevada: Context Press. Publicado originalmente em 1969.

- DeGrandpre, R. J. Bickel, W. K., & Higgins, S. T. (1992). Emergent equivalence relations between interoceptive (drug) and exteroceptive (visual) stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 58, 9-18.
- Deitz, S. M., & Arrington, R. L. (1984). Wittgenstein's language-games and the call to cognition. *Behaviorism*, 12(2), 1-14.
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de doutorado não publicada, Programa de Doutorado em Filosofia, Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Dixon, M. R., Dymond, S., Rehfeldt, R. A., Roche, B., & Zlomke, K. R. (2003). Terrorism and relational frame theory. *Behavior and Social Issues*, 12, 129-147.
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). The origins of learned behavior. Em: J. W. Donahoe & D. C. Palmer. *Learning and complex behavior*. (pp. 1-30). Boston: Allyn and Bacon.
- Dougher, M. J. (1993). Introduction. *The Behavior Analyst*, 16, 269-270.
- Dougher, M. J., & Hackbert, L. (2000). Establishing operations, cognition, and emotion. *The Behavior Analyst*, 23, 11-24
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Tradução de V. Ribeiro. Publicado originalmente em 1984.
- Figueiredo, L. C. M., & Santi, P. L. R. (2003). *Psicologia: Uma (nova) introdução* (2ª ed.). São Paulo: Educ.
- Figueiredo, L. C. M. (2002). *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* (6ª ed.) São Paulo: Escuta.
- Flanagan, Jr., O. J. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, 8, 1-13.



- Franks, C. M. (1996). Origens, história recente, questões atuais e estados futuros da terapia comportamental: Uma revisão conceitual. Em: V. E. Caballo. *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 3-22). São Paulo: Editora Santos. Tradução de M. D. Claudino.
- Friman, P. C., Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis, 31*, 137-156.
- Friman, P. C., Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (1998). Behavior analysis of private events is possible, progressive, and nondualistic: A response to Lamal. *Journal of Applied Behavior Analysis, 31*, 707-708.
- Garcia-Serpa, F. A., Meyer, S. B., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Origem social do relato de sentimentos: Evidência empírica indireta. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 5*, 21-29.
- Gongorra, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 3*, 9-24.
- Guilhardi, H. J. (2004). Terapia por contingências de reforçamento. Em: C. N. de Abreu, e H. J. Guilhardi (Eds.). *Terapia comportamental e cognitivo comportamental: práticas clínicas*. (pp. 3-40). São Paulo: Roca.
- Hayes, L. J. (1994). Thinking. Em: S. C. Hayes, L. J. Hayes, M. Sato & K. Ono (Orgs.) *Behavior analysis of language and cognition* (pp. 146-164). Reno, Nevada: Context Press.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Theory, 25*, 639-665.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). Relational frame theory: A précis. Em: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes & B. Roche (Eds.). *Relational frame theory: A post-*

- skinnerian account of human language and cognition* (pp. 141-154). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., & Brownstein, A. J. (1986). Mentalism, behavior-behavior relations, and a behavior-analytic view of the purposes of science. *The Behavior Analyst, 9*, 175-190.
- Hayes, S. C., Strohsahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. New York: The Guildford Press.
- Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1994). Acceptance and commitment therapy: Altering the verbal support for experiential avoidance. *The Behavior Analyst, 17*, 289-303.
- Howard, J. S., & Rice, D. E. (1988). Establishing a generalized autoclitic repertoire in preschool children. *The Analysis of Verbal Behavior, 6*, 45-59.
- James, W. (1987a). Pragmatism: A new way of some old ways of thinking. Em: B. Kuklick (Ed.). *William James: Writings 1902-1910* (pp. 479-624). New York: The Library of America. Publicado originalmente em 1907.
- James, W. (1987b). The meaning of truth. Em: B. Kuklick (Ed.). *William James: Writings 1902-1910* (pp. 821-978). New York: The Library of America. Publicado originalmente em 1909.
- Kazdin, A. E. (1996). Aspectos conceituais e empíricos da terapia comportamental. Em: V. E. Caballo. *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 23-42). São Paulo: Editora Santos. Tradução de M. D. Claudino.
- Keat, R. (1972). A critical examination of B. F. Skinner's objections to mentalism. *Behaviorism, 1*(1), 53-70.
- Keenan, M., & Dillenburg, K. (2000). Images of Behavior Analysis: The shaping game and the behavioral stream. *Behavior and Social Issues, 10*, 19-38.
- Keenan, M. (1996). Teaching about private events in the classroom. *Behavior and Social Issues, 6*, 75-84.

- Kennedy, C. H., & Souza, G. (1995). Functional analysis and treatment of eye poking. *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*, 27-37.
- Kirby, K. C., & Bickel, W. K. (1995). Implications of behavioral pharmacology research for applied behavior analyses: JEAB's special issue celebrating the contributions of Joseph V. Brady (March 1994). *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*, 105-112.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia analítica funcional*. Santo André, SP: ESETec. Tradução de R. R. Kerbauy (Org.), F. Conte, M. Delitti, M. Z. S. Brandão, P. R. Derdyk, R. C. Wielenska, R. A. Banaco, R. Starling. Publicado originalmente em 1991.
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M., & Dougher, M. J. (1993). The dimensions of clinical behavior analysis. *The Behavior Analyst, 16*, 271-282.
- Kuhn, T. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva. Publicado originalmente em 1962.
- Lacey, H. M., & Rachlin, H. (1978). Behavior, cognition and theories of choice. *Behaviorism, 6*(1), 177-202.
- Lahren, B. (1976). Commentary on Margolis' paper "mental states". *Behaviorism, 4*, 77-95.
- Lamal, P. A. (1983). A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism, 11*, 103-109.
- Lamal, P. A. (1985). A Response to a call to cognition: Comments on Deitz and Arrington. *Behaviorism, 13*, 147-149.
- Lamal, P. A. (1998). Advancing backwards. *Journal of Applied Behavior Analysis, 31*, 705-706.
- Lattal, K. A., & Laipple, J. S. (2003). Pragmatism and behavior analysis. Em: K. A. Lattal & P. N. Chase (eds.). *Behavior theory and philosophy*. (pp. 41-61). New York: Kluwer Academic/Plenum publishers.

- Leigland, S. (1999). Pragmatism, science, and society: A review of Richard Rorty's Objectivity, Relativism, and Truth: Philosophical Papers, Volume 1. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 71, 483-500.
- Leigland, S. (2003). Private events and the language of the mental: Comments on Moore. *Behavior and Philosophy*, 31, 159-164.
- Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: Comments on Malone (2001). *Behavior and Philosophy*, 32, 305-312.
- Lopes, C. E. (2003). Conceitos disposicionais no behaviorismo radical e a mente imanente. Em: M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva & S. M. Oliane (Orgs.) *Sobre comportamento e cognição, vol. 11* (pp. 82-88). Santo André: ESETec.
- Lopes, C. E. (2004). Comportamento e disposição. Em: M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva & S. M. Oliane (Orgs.) *Sobre comportamento e cognição, vol. 13* (pp. 39-43). Santo André: ESETec.
- Lubinski, D., & Thompson, T. (1987). An animal model of the interpersonal communication of interoceptive (private) states. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 48, 1-15.
- Matos, M. A. (2001). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em: R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista*. (pp. 57-69). Santo André: ESETec.
- Moore, J. (1975). On the principle of operationism in a science of behavior. *Behaviorism*, 3(2), 120-138.
- Moore, J. (1980). On behaviorism and private events. *The Psychological Record*, 30, 459-475.

- Moore, J. (1984). On Privacy, causes, and contingencies. *The Behavior Analyst*, 7, 3-16.
- Moore, J. (2000). Thinking about thinking and feeling about feeling. *The Behavior Analyst*, 23, 45-56.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.
- Moore, J. (2003). Some further thoughts on the pragmatic and behavioral conception of private events. *Behavior and Philosophy*, 31, 151-157.
- Moróz, M., Rubano, D. R., Lopes, A. L., Marutto, A. A., Lucci, M. A., Utida, H. H., & Bocchi, K. B. (2005). Verbalizações e o estudo de eventos encobertos: Discussão metodológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 179-195.
- Morris, E. K. (1985). "Wittgenstein's language-games and the call to cognition": Comments on Deitz and Arrington. *Behaviorism*, 13(2), 137-146.
- Moxley, R. A. (2001). Sources for Skinner's pragmatic selectionism in 1945. *The Behavior Analyst*, 24, 201-212.
- Natsoulas, T. (1983). Perhaps the most difficult problem faced by behaviorism. *Behaviorism*, 11, 1-16.
- Overskeid, G. (1994). Private events and other causes of behavior: Who can tell the difference? *The Psychological Record*, 44, 25-43.
- Palmer, D. C. (2004). Data in search of a principle: A review of relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 81, 189-204.
- Palmer, D., Eshleman, J., Brandon, P., Layng, T. V. J., McDonough, C., Michael, J., & cols. (2004). Dialogue on private events. *The Analysis of Verbal Behavior*, 20, 111-128.
- Place, U. T. (1993). A radical behaviorist methodology for the empirical investigation of private events. *Behavior and Philosophy*, 20/21, 25-35.

- Rachlin, H. (2003). Privacy. Em: K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds), *Behavior theory and philosophy*. (pp. 187-201). New York: Kluwer Academic/Plenum publishers.
- Reese, H. W. (2004). Private speech and other forms of self-communication. *The Behavior Analyst Today*, 5, Pg. 182-188.
- Ribes, E. (1982). Los eventos privados: ¿Un problema para la teoría de la conducta? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 8, 11-29.
- Rorty, R. (1988). *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. .  
Tradução de J. Pires. Publicado originalmente em 1980
- Rorty, R. (1997a). A ciência natural é um gênero natural? Em: R. Rorty. (Ed.) *Objetivismo, relativismo e verdade* (pp. 69-90). Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Tradução de Tradução de M. A. Casanova. Publicado originalmente em 1988.
- Rorty, R. (1997b). Ciência enquanto solidariedade Em: R. Rorty. (Ed.) *Objetivismo, relativismo e verdade* (pp. 55-68). Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Tradução de M. A. Casanova. Publicado originalmente em 1987.
- Rorty, R. (1997c). Pragmatismo sem método Em: R. Rorty. (Ed.) *Objetivismo, relativismo e verdade* (pp. 91-110). Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Tradução de M. A. Casanova. Publicado originalmente em 1983.
- Rorty, R. (1997d). Solidariedade ou objetividade? Em: R. Rorty (Ed.) *Objetivismo, relativismo e verdade* (pp. 37-54). Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Tradução de M. A. Casanova. Publicado originalmente em 1985.
- Rorty, R. (2005). Introdução. Em: R. Rorty. (Ed.) *Verdade e progresso* (p. VII-XXV). Barueri, SP: Manole. Tradução de D. R. Sales. Publicado originalmente em 1998.
- Ryle, G. (1963). *The concept of mind*. New York: Penguin Books. Publicado originalmente em 1949.

- Scala, C. T. (2000). Proposta de intervenção em psicologia do esporte. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2, 53-59.
- Scala, C. T., & Kerbauy, R. R. (2001). Penso ou faço? A prática encoberta do esporte. Em: R. C. Wielenska (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos*, v. 6 (pp. 126-140). Santo André, SP: ESETEC editores associados.
- Scala, C. T. & Kerbauy, R. R. (2005). Auto-fala e esporte: Estímulo discriminativo do ambiente natural na melhora do rendimento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 145-158.
- Schnaitter, R. (1978). Private causes. *Behaviorism*, 6(1), 1-12.
- Schnaitter, R. (1984). Skinner on the “mental” and the “physical”. *Behaviorism*, 12(1), 1-14.
- Schnaitter, R. (1987). Behaviorism is not cognitive and cognitivism is not behavioral. *Behaviorism*, 15, 1-11.
- Simonassi, L. E. (1999). Cognição: Contato com contingências e regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 83-93.
- Simonassi, L. E., & Cameshi, C. E. (2003). O episódio verbal e a análise de comportamentos verbais privados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5, 105-119.
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 133-142.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277/291-294.
- Skinner, B. F. (1959). An experimental analysis of certain emotions. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 2, 264.

- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. Publicado originalmente em 1953.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. Publicado originalmente em 1974.
- Skinner, B. F. (1978). *Comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix. Tradução de M. P. Villalobos. Publicado originalmente em 1957.
- Skinner, B. F. (1988). Selection by consequences. Em: A. C. Catania & S. Harnad (Eds.). *The selection of behavior: The operant behaviorism of B.F. Skinner: Comments and consequences*. (pp. 11-20). New York: Cambridge University Press. Publicado originalmente em 1981.
- Skinner, B. F. (1999). Can psychology be a science of mind? Em: B.F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 661-673). Cambridge: Copley Publishing Group. Publicado originalmente em 1990.
- Skinner, B. F. (2002a). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company. Publicado originalmente em 1971.
- Skinner, B. F. (2002b). *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas, SP: Papyrus. Tradução de A. L. Neri. Publicado originalmente em 1989.
- Stemmer, N. (1992). Skinner and a Solution to the Problem of Inner Events. *The Behavior Analyst, 15*, 115-128.
- Stemmer, N. (2003). Covert behavior and mental terms: A reply to Moore. *Behavior and Philosophy, 31*, 165-171.
- Taylor, I., & O'Reilly, M. F. (1997). Toward a functional analysis of private verbal self-regulation. *Journal of Applied Behavior Analysis, 30*, 43-58.
- Tomasello, M. (2003). *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press.



- Tourinho, E. Z. (1993). A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo. *Acta Comportamental*, 2, 219-232.
- Tourinho, E. Z. (1994). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: Uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tourinho, E. Z. (1995). O Autoconhecimento na psicologia comportamental de B.F. Skinner. Belém: Editora Universitária UFPA.
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia*, 2, 41-56.
- Tourinho, E. Z. (1997). Evento privado: Função e limites do conceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 13, 203-209.
- Tourinho, E. Z. (1999a). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7, 213-222.
- Tourinho, E. Z. (1999b). Eventos privados: O que, como e por que estudar. Em: R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Eds.). *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade na aplicação*. (pp. 13-25). Santo André, SP: ESETec.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção do conhecimento em Psicologia: a Análise do Comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 30-41.
- Tourinho, E. Z. (2004). Behaviorism, interbehaviorism and the boundaries of a science of behavior. *European Journal of Behavior Analysis*, 5, 15-27.
- Tourinho, E. Z. (2006a). Mundo interno e autocontrole. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2, 21-36.
- Tourinho, E. Z. (2006b). Private stimuli, covert responses, and private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst*, 29, 13-31.

- Tourinho, E. Z. (2006c). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia, 10*, 1-8.
- Tourinho, E. Z. (2006d). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese de professor titular não publicada. Departamento de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Tourinho, E. Z. (2007). *Eventos privados como resposta verbal*. Texto não publicado.
- Tourinho, E. Z., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy, 31*, 63-81.
- Tourinho, E. Z., Teixeira, E. R., & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 13*, 425-434.
- Vandenberghe, L. (2004). Relatar emoções transforma emoções relatadas? Um questionamento do paradigma de Pennebaker com implicações para a prevenção de transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 6*, 39-48.
- Wasserman, E. A. (1982). Further remarks on the role of cognition in the comparative analysis of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 38*, 211-216.
- Watson, J. B. (2004). *Behaviorism*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers. Publicado originalmente em 1924.
- Wilson, K. G., & Hayes, S. C. (2000). Why it is crucial to understand thinking and feeling: An analysis and application to drug abuse. *The Behavior Analyst, 23*, 25-43.
- Wilson, K. G., Hayes, S. C., Gregg, J., & Zettle, R. D. (2001). Psychopathology and psychotherapy. Em: S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes & B. Roche (Eds.). *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition*. (pp. 211-237). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.

- Wisocki, P. A. (1976). Instructions, Exposure, Rehearsal and Feedback as Elements in Imagery-Based Procedures. *Behaviorism*, 4(2), 189-193.
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural. Publicado originalmente em 1953.
- Woolfolk, R. L. (1983). Behaviorism, Rorty and the end of epistemology. *Behaviorism*, 11, 111-113.
- Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. *Behaviorism*, 7(1), 1-8.